

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

DÉBORA LOPES FRANCISCO

O DESENHO E A TRILHA INTERPRETATIVA COMO INSTRUMENTOS DE
PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

Rio Claro (SP)
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

DÉBORA LOPES FRANCISCO

O DESENHO E A TRILHA INTERPRETATIVA COMO INSTRUMENTOS DE
PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado
apresentada para o Programa
de Pós-Graduação em
Geografia, do Instituto de
Geociências e Ciências Exatas
como requisito para obtenção
do título de Mestre em
Geografia: Área de
Organização do Espaço

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Rio Claro (SP)
2011

910.07 Francisco, Débora Lopes
F818d O desenho e a trilha interpretativa como instrumentos de percepção e interpretação da paisagem urbana no ensino de Geografia / Débora Lopes Francisco. - Rio Claro : [s.n.], 2011
168 f. : il., figs., tabs., fots., mapas, plant.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Solange T. de Lima Guimarães

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Ribeirão Preto. I.
Titulo.

DÉBORA LOPES FRANCISCO

O DESENHO E A TRILHA INTERPRETATIVA COMO INSTRUMENTOS DE
PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado
apresentada para o Programa
de Pós-Graduação em
Geografia, do Instituto de
Geociências e Ciências Exatas
como requisito para obtenção
do título de Mestre em
Geografia: Área de
Organização do Espaço.

Comissão Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Solange T. de Lima Guimarães
Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Rio Claro (SP), Brasil

Prof^ª. Dr^ª. Suíse Monteiro Leon Bordest
Universidade Federal do Mato Grosso – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Cuiabá (MT), Brasil

Prof. Dr. Antônio Carlos Tavares
Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Rio Claro (SP), Brasil

Rio Claro, 4 de Novembro de 2011.

Dedico este trabalho aos meus avós Carmen Joaquim Lopes e Antônio Delorenço (in memoriam) que, apesar de não usufruírem dos benefícios da educação, tinham clareza da sua importância na autonomia e liberdade dos homens.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Solange T. de Lima Guimarães, pela aceitação, acolhimento, disponibilidade, ensinamentos, paciência, confiança e amizade.

Aos meus queridos pais, Maria Ap. Delorenço e Reynaldo L. Francisco pela força nessa trajetória.

Ao Elias Ibrahim, meu marido, pela paciência, apoio e companheirismo nas dificuldades e por participar de muitos momentos de alegria.

Às minhas irmãs Gabriela L. Francisco, Carmen Juliana L. Francisco e Maria Rosália Vilela.

Ao Gui, meu sobrinho querido e a Ana Elisa que está por chegar nesse mundo.

À Olívia e Elisa dos Santos, tia e avó por me ensinarem, com seus modos simples de viver com os outros, a amar.

À inesquecível Marlene João Ibrahim (*in memoriam*).

Ao Prof. Dr. José Gilberto de Souza pela disponibilidade, incentivo e apoio para ingressar no Mestrado.

À Julinha, minha querida afilhada, trazendo-me alegrias que só uma criança é capaz de oferecer-nos.

Ao Heleno Ferreira dos Santos, amigo, por ajudar-me a superar os momentos difíceis com boas risadas e pela doação de fotos importantes presentes neste trabalho.

À Roseli Aquino, companheira das idas e vindas a Rio Claro, tornando-se grande e querida amiga.

À Marta Sant'Anna, pela disposição, cuidado, carinho e auxílio que me deu nesse período.

Aos Profs. Dr. Antônio Carlos Tavares e Dr. Fadel David Antonio Filho que participaram da banca de qualificação.

À Ângela, pela confiança, valorização e compreensão das minhas ausências às aulas para a execução deste trabalho e às duas coordenadoras: Nilza Cristovão e Marta Vilela, pelo apoio e incentivo.

A todos os Profs. das disciplinas que cursei durante o Mestrado: a Prof^a. Dr^a Lígia Márcia Martins, Prof. Dr. Manuel Baldomero Rolando Berríos Godoy e ao Prof. Dr. João Pedro Pezzato.

Ao Gilberto, desenhista do Departamento de Geografia e Thiago Borguezon, pelo cuidado e atenção que me deram, fundamentalmente na elaboração dos mapas e plantas.

À minha Prof^a. do Ensino Fundamental II, Maria Aurora Roselino Crivelanti, por fazer parte da minha história ativa com a força e clareza das suas intenções.

À Regina Drummond, pela sua disposição de repassar-me dados importantes para a realização deste trabalho.

À Vera, a Maica, a Rose e a todas as funcionárias da Pós-Graduação e do Departamento de Geografia.

Aos meus amigos da Geografia de Ribeirão Preto: Adi Mellin, Zilda Rodrigues, Denise Cardoso, Sílvia Sousa e Sandro Sartório.

A todos os meus amigos: Bá e Perce Polegatto, Angélica Arantes, Vera Borges, Lenice Lira, Regina, Cláudia Cardoso, Val Moraes, Liliane Ibrahim, Mariana e Laíta Vilela, Zé de Assis da Serra da Canastra, entre tantos pelos quais tenho grande carinho.

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no campo do ensino de Geografia, tem como objetivo demonstrar uma experiência de ensino baseada no uso do desenho e da trilha interpretativa com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II, em uma escola particular em Ribeirão Preto – SP, realizada no ano de 2006. Inicialmente, buscamos evidenciar, a partir dos estudos de Vigotski, a concepção de indivíduos. Posteriormente, fizemos uma caracterização desses indivíduos no contexto da sociedade urbana contemporânea e dos territórios que ocupam na cidade de Ribeirão Preto, utilizando-nos da amostragem dos desenhos, documentos de análise da cidade, como expressão das percepções dos indivíduos. Por meio de uma ação dialógica estabelecida com os alunos, a partir de uma abordagem mais focada na análise sistêmica da paisagem, os desenhos foram projetados em transparência no retroprojeto e analisados através de uma metodologia de leitura da paisagem, entendida como trama, em que figuram muitos elementos colaborando com um sentido. Superada a etapa de ensino, caracterizada pelo uso dos desenhos, optamos por realizar a trilha interpretativa como nova ação necessária para garantir uma compreensão mais significativa da cidade, aproximando os conteúdos da cidade subjetiva com os da cidade objetiva. Para isso, tomamos como objeto de estudo o Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto (SP), Brasil, recorte intraurbano significativo de ensino para o grupo de indivíduos envolvidos na experiência, ao fazermos uma caracterização geral, a partir do levantamento bibliográfico em relação à natureza física, histórica e geográfica, bem como de inúmeras fontes iconográficas que subsidiaram a produção. Por fim, caracterizou-se a cidade de Ribeirão Preto pelas análises de sua paisagem urbana, delimitada pelo percurso da trilha interpretativa. À medida que as formulações, indagações e informações encaminhavam as análises, essas manifestavam o próprio objeto de estudo superando as imagens apresentadas nos desenhos. Ficou evidenciado, no decorrer da implementação das estratégias didáticas, que o uso do desenho e da trilha interpretativa são instrumentais eficazes no ensino de Geografia, pois engendram as mediações, demandando novos conteúdos, direcionando interpretações mais qualitativas no que se refere aos níveis de articulação que se materializam na paisagem urbana, amplificando os níveis sensoriais e perceptivos primários, ao estabelecer contrapontos entre a cidade objetiva e a cidade subjetiva, possibilitando encadear ações pedagógicas na correlação entre o empírico e o conceitual, desdobrando-se na construção de novas representações mais fidedignas da paisagem urbana.

Palavras-chave: Ensino. Geografia. Desenho. Trilha Interpretativa. Ribeirão Preto (SP).

ABSTRACT

This survey, conducted in the teaching field of Geography, aims to demonstrate a learning experience based on drawing use and interpretive trail with students of the 7th year of elementary school II in a private school in Ribeirão Preto (State of São Paulo), held in 2006. Initially, the research aimed to evidence, from Vygotsky's studies, the individuals' conception. Later, a characterization of these individuals were performed in the context of contemporary urban society and of territories they occupy in the city of Ribeirão Preto, using the drawings sampling, city analysis documents, as an expression of individuals' perceptions. Through a dialogical action established with the students, from a more focused approach on a systemic analysis of landscape, the drawings were projected on a transparency sheet in a overhead projector and analyzed through a reading landscape methodology, understood as plot, in which figures many elements collaborating to a sense. Overcome the teaching stage, characterized by the drawings use, a conduction of an interpretive trail was chosen as a new necessary action to ensure a more significant comprehension of the city approaching contents of the subjective city with the objective city. For this, the object taken in this study was the Central Quadrangle of Ribeirão Preto (State of São Paulo), Brazil, a significant intraurban cut for teaching the group of individuals involved in the experiment, a general characterization was made, from bibliographical survey regarding the physical, historical and geographical nature, as well as numerous iconographic sources that subsidized the production. Finally, the city of Ribeirão Preto was characterized by analysis of its urban landscape, bounded by the interpretive trail course. As the formulations, questions and information directed the analysis, these manifested the object of study itself overcoming the images presented in the drawings. Was evident, during the implementation of didactic strategies, that drawings use and interpretive trail are effective tools in the teaching of Geography, because they make the mediations, demanding new content, directing more qualitative interpretations regarding the articulation levels that materialize in the urban landscape, amplifying the sensory and perceptual primary levels, to establish counterpoints between the objective city and the subjective city, enabling to chain pedagogical actions in the correlation between the empirical and conceptual, which results in the construction of new representations more reliable of urban landscape.

Keywords: Teaching. Geography. Drawings. Interpretative Trails. Ribeirão Preto (State of São Paulo).

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura	Pág.
Figura 1. A Cidade	39
Figura 2. A cidade e a sua complexidade	41
Figura 3. Localização do Município de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo	44
Figura 4. Localização da mesorregião de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo	46
Figura 5. Mapa do solo do município de Ribeirão Preto.....	47
Figura 6. Vista panorâmica da Estação Ecológica Mata de Santa Tereza.....	48
Figura 7. Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto.....	51
Figura 8. Planta urbana da cidade de Ribeirão Preto (1874)	56
Figura 9. Vista da confluência entre o córrego Retiro Saudoso e o ribeirão Preto	57
Figura 10. Vista aérea parcial do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto.....	58
Figura 11. Mapa da cidade de Ribeirão Preto, 1903.....	59
Figura 12. Antigo Banco Constructor.	60
Figura 13. Edificação do Antigo Banco Constructor.	61
Figura 14. Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887.....	63
Figura 15. Vista parcial da Rua General Osório	64
Figura 16. Rua General Osório (2006)	65
Figura 17. Teatro Carlos Gomes	66
Figura 18. Praças XV de Novembro, Carlos Gomes e Praça das Bandeiras	67
Figura 19. Hotel Guapé	69
Figura 20. Mercado Municipal	69
Figura 21. Comércio de produtos nos arredores da Estação	70
Figura 22. Cia. Cervejaria Antarctica.....	71
Figura 23. Companhia Cervejaria Antarctica.....	72
Figura 24. Presença da indústria na Rua José Bonifácio.....	73
Figura 25. Avenida Jerônimo Gonçalves, 1927	74
Figura. 26. Vista parcial da Rua General Osório, ano de 1927.	75
Figura 27. Comerciantes da Rua São Sebastião, após enchente, em 2002.	75

Figura 28. Imediações da Rua Américo Brasiliense atingidas pela enchente 2002.	76
Figura 29. Vista frontal do Quarteirão Paulista.....	77
Figura 30. Sociedade Recreativa e Palacete <i>Paschoal Innechi</i>	78
Figura 31. Vista do prédio da Antiga Sociedade Recreativa	78
Figura 32. Antiga Residência do Cel. Quito Junqueira e Sinhá Junqueira	79
Figura 33. Planta da cidade de Ribeirão Preto, 1935.....	81
Figura 34. Vista parcial da Rua José Bonifácio.....	82
Figura 35. Vista da Avenida Nove de Julho, 1956.....	83
Figura 36. Vista da Rua Martinico Prado.....	84
Figura 37. Aspectos das fachadas de lojas da Rua José Bonifácio	87
Figura 38. Terminal de ônibus urbano Antônio Achê	88
Figura 39. Vista do Antigo Terminal de ônibus urbano Carlos Gomes.....	89
Figura 40. Rua José Bonifácio no cruzamento com a Rua Duque de Caxias	90
Figura 41. Rua José Bonifácio local do antigo Hotel Guapé	90
Figura 42. Vista frontal do Centro Popular de Compras	91
Figura 43. Parada de ônibus urbano na Rua José Bonifácio	92
Figura 44. Vista aérea da alteração na confluência do córrego Retiro Saudoso com o ribeirão Preto.	96
Figura 45. Vista da Avenida Jerônimo Gonçalves.....	96
Figura 46. Avenida Jerônimo Gonçalves após a realização da primeira fase das obras antienchentes, 2011.	97
Figura 47. Quadrilátero Central de Ribeirão Preto: Localização dos pontos referentes às fotografias apresentadas.	100
Figura. 48. Traçado da trilha Interpretativa sobre planta do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto.	104
Figura 49. Fonte da Praça XV de Novembro	112
Figura 50. Casarão Camilo de Matos.....	113
Figura 51. Proximidade das praças XV de Novembro e Carlos Gomes.....	114
Figura 52. A cidade na sua homogeneidade.....	115
Figura 53. Vista do Prédio <i>Diedericksen</i>	120
Figura 54. Fragmentos do mosaico da primeira capela da cidade	123
Figura 55. Vista parcial das edificações da Rua José Bonifácio.	126
Figura 56. O traçado da cidade	127

Figura 57. Estação Ferroviária Mogiana	128
Figura 58. Arredores da rua São Sebastião, esquina com a Jerônimo Gonçalves.	129
Figura 59. Vista da Rua José Bonifácio com a Rua São Sebastião, prédio do antigo Banco Constructor de Ribeirão Preto	131
Figura 60. Parada de ônibus urbana Rua José Bonifácio	132
Figura 61. Novos locais de espera de ônibus urbano construídos na Avenida Jerônimo Gonçalves.....	133
Figura 62. A indústria na cidade	136
Figura 63. Vista parcial do Espaço Kaiser de Cinema, situado no cruzamento da Rua Visconde do Rio Branco com a Jerônimo Gonçalves.	138
Figura 64. Jerônimo Gonçalves defronte à rodoviária	140
Figura 65. Obras no ribeirão Preto	144
Figura 66. Vista parcial das edificações na Rua José Bonifácio	146
Figura 67. Revitalização de edifício em amarelo, à esquerda da foto, localizado na Rua José Bonifácio	147
Figura 68. Cidade futurista	150

LISTA DE TABELAS

Tabela	Pág.
Tabela 1. Moradia dos alunos por bairros/condomínios e setores de Ribeirão Preto (SP)	26
Tabela 2. Percentuais de moradia dos alunos por setores de Ribeirão Preto (SP)	27
Tabela 3. Doadores de terras para a constituição de Ribeirão Preto	55
Tabela 4 - Alta Mogiana: População total 1874-1934.....	62
Tabela 5 - Principais indústrias em Ribeirão Preto.....	80
Tabela 6. Caracterização da Ocupação da Rua José Bonifácio	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIRP – Associação Comercial de Ribeirão Preto

APHRP – Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto

CODERP – Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto

CONPPAC – Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto.

CPC – Centro Popular de Compras

FUNDET – Fundação de Educação para o Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

IRFM – Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo

PIB - Produto Interno Bruto

PMRP – Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

UGRHI – Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos

ÚNICA – União das Indústrias de Cana-De-Açúcar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
HIPÓTESE	16
 I CAPÍTULO – PAISAGENS, SUBJETIVIDADES E O ENSINO DE GEOGRAFIA	17
1.1 – Concepção de indivíduo e subjetividade	17
1.2 – Caracterização dos indivíduos do estudo	25
1.3 – O desenho como proposta didática no ensino de Geografia	30
 II CAPÍTULO – CONSIDERAÇÕES PARA O TRAÇADO DA TRILHA INTERPRETATIVA DO QUADRILÁTERO CENTRAL DE RIBERÃO PRETO ...	44
 III CAPÍTULO – A TRILHA INTERPRETATIVA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA NO ESTUDO DA PAISAGEM URBANA DO QUADRILÁTERO CENTRAL DE RIBEIRÃO PRETO (SP): SUPERANDO AS IMAGENS DO DESENHO.....	101
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
 ANEXOS	163

INTRODUÇÃO

No início da elaboração do projeto *O desenho e a trilha interpretativa como instrumentos de percepção e interpretação da paisagem no ensino de Geografia*, algumas variantes conduziram as nossas escolhas. A primeira delas decorreu da importância de se realizar um trabalho que contribuísse com o nosso aperfeiçoamento profissional como professoras do Ensino Fundamental II. A segunda, relacionada à primeira, originou-se de questões que convergiam para a reflexão das práticas desenvolvidas nas aulas de Geografia, no ano de 2006, para alunos do sétimo ano de uma escola particular de Ribeirão Preto (SP).

A escolha pela teorização da experiência relatada neste trabalho foi determinada, ainda, pelo significado que nela encontramos e, do ponto de vista metodológico, pelo encadeamento das ações educativas estabelecidas por novas necessidades, tanto dos indivíduos em processo de desenvolvimento e compreensão da realidade, quanto das nossas ações como professoras, responsáveis por ensinar Geografia para um grupo de alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II, no ano de 2006, em uma escola particular na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo (SP), Brasil. Nesse sentido, teorizar a experiência potencializaria o nosso desenvolvimento intelectual, tornando-nos mais conscientes do trabalho educativo e instrumentalizando-nos para aqueles que ainda deverão efetivar-se, uma vez que nossa função como educadores, nos permite participar da construção da sociedade, mesmo quando entendida numa dimensão mais restrita.

Assim, as formulações advinham desse contexto: como desenvolver um trabalho científico de maneira que contemplasse as demandas ligadas à nossa formação teórica, a partir da reflexão de uma experiência que constitui o nosso trabalho pedagógico.

Desse modo, tínhamos a clareza de que as reflexões das ações pedagógicas no contexto da prática representaria também a superação das dificuldades impostas no processo de ensino, ao enriquecer teoricamente a experiência, expandindo o campo dos referenciais perceptivos, interpretativos e valorativos concernentes ao tema em estudo, as possibilidades de correlações, considerando-se os níveis experienciais diretos e indiretos na paisagem urbana.

Esta pesquisa baseia-se em um estudo de caso de uma experiência didática em que os desenhos dos alunos do 7º ano cumpriram uma função clara no processo

de ensino de Geografia. Partindo da concepção de Vigotski (1991:128), de que “cualquier percepción nuestra tiene un significado”, utilizamos os desenhos como produtos da percepção dos indivíduos acerca da cidade, os quais serviram como instrumentais para mediação e inserção de conceitos da Geografia urbana em uma etapa do ensino.

Por conseguinte, como encadeamento intencional das ações pedagógicas que constituem a atividade escolar, posterior ao uso dos desenhos, utilizamos a trilha interpretativa como estratégia pedagógica, na expectativa de que os indivíduos amplificassem as primeiras imagens perceptivas no reconhecimento de outros fragmentos da cidade, na inserção dos conteúdos trabalhados com a análise dos desenhos e na comunicação interpretativa de alguns trechos da paisagem do Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto.

Utilizando-nos de uma abordagem plural, optamos por trabalhar com conceitos da Psicologia Histórico-Cultural desenvolvidos sob o paradigma do materialismo histórico dialético que estrutura a teoria de desenvolvimento dos indivíduos e da aprendizagem como um processo complexo de inter-relações. Neste sentido, recorremos aos conceitos oriundos dos estudos de Vigotski (1896-1934) e de Leontiev (1904-1979). Para a compreensão das análises geográficas, optamos por uma abordagem mais focada na análise sistêmica, tanto dos desenhos quanto daquelas realizadas na trilha interpretativa, tendo em vista subsidiar as leituras da paisagem do Quadrilátero Central da cidade, derivadas da experiência subjetiva e objetiva.

Diante desse contexto, o objetivo do trabalho constituiu-se em **revisitar** a experiência **de** e **na** paisagem, desenvolvendo esta como um estudo de caso, sob uma abordagem qualitativa. Não pretendemos, no entanto, apresentá-la como um modelo rígido a ser aplicável em todos os contextos de ensino, pois, como será possível constatar durante nosso estudo, a implementação das ações dependerá da percepção dos indivíduos, manifestadas nos desenhos que são considerados como base documental para a análise da cidade percebida pelos sujeitos concretos. A partir da leitura e análise dos desenhos sobre a paisagem urbana, elegemos como objeto de estudo, o Quadrilátero Central da cidade, determinando, neste fragmento urbano que é ao mesmo tempo articulado, o traçado da trilha interpretativa. Desse modo, os procedimentos metodológicos encontram-se implícitos nos processos que envolvem a compreensão do objeto de estudo, definidos na leitura e análise dos

desenhos que nortearam a escolha do traçado da trilha e o direcionamento dado para a interpretação da cidade.

Numa perspectiva dialógica, buscamos analisar como esses instrumentais podem servir de referências eficazes no ensino da Geografia e, para tanto, o trabalho divide-se em três partes:

No Capítulo 1, discorremos sobre a concepção de indivíduo para caracterizar o que entendemos por subjetividade e como essa concepção pode instrumentalizar-nos na leitura e análise das paisagens urbanas expressas naqueles desenhos, bem como as necessidades de mediação para a superação da percepção das primeiras imagens da cidade. Para sustentar as nossas discussões utilizamo-nos, principalmente, dos referenciais teóricos de Vigotski e Leontiev sobre a *Atividade e Consciência*.

No capítulo 2, apresentamos uma caracterização geo-histórica dos aspectos concernentes à formação do Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto, permitindo definir no recorte intraurbano, o objeto de estudo para o traçado da trilha interpretativa. Do ponto de vista metodológico, o capítulo pautou-se por um levantamento bibliográfico sobre a história de formação do município por meio de produções científicas de inúmeras áreas de conhecimento, tais como Geografia, Arquitetura, História, Ecologia e Biologia. Além do levantamento bibliográfico, buscamos outras fontes documentais junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto que permitiram identificar os usos e as formas de ocupação do Quadrilátero Central, ao longo da história da Rua, além da realização de visitas técnicas, identificando os diferentes usos da Rua atualmente. Os dados foram sistematizados e optamos, ainda, por registrar fotograficamente pontos de referência do processo de ocupação.

Por último, no Capítulo 3, destacamos as funções da trilha interpretativa e, a partir das análises estabelecidas em seu percurso, evidenciadas pelas formulações e amostragens de produções escritas, oriundas da atividade solicitada aos alunos, posteriormente à realização da trilha, destacamos alguns aspectos analíticos do Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto. Para discorrer sobre a comunicação interpretativa da paisagem, utilizamo-nos especialmente dos referenciais de Tilden (1977), Guimarães (2007), Ferrara (1993,1998), assim como de Carlos (2002, 2009) e outros autores da Geografia que subsidiaram as discussões do espaço urbano e da cidade.

O objetivo geral do trabalho foi verificar como as ações de ordem qualitativas, encadeadas no ensino de Geografia, a partir do desenho e da trilha interpretativa, possibilitam contemplar os aspectos objetivos e subjetivos da atividade dos indivíduos. Ainda ao considerarmos essa trajetória, intencionamos contribuir com a formação da consciência, cujos reflexos se encontram relacionados à vida futura desses indivíduos, estimulando o desenvolvimento de uma cidadania efetivamente participativa, envolvendo condutas pró-ambientais e pró-ativas no tocante à própria paisagem urbana, seja na abrangência da dimensão dos seus significados, como também de seus conflitos, problemas e vulnerabilidades, entre outros aspectos.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos alcançados no trabalho foram:

- Analisar como o desenho – expressão da subjetividade do indivíduo – pode ser um instrumento no ensino da Geografia Urbana, a partir de uma amostragem documental;
- Caracterizar, por meio do levantamento de fontes documentais, aspectos da área de estudo do Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto, com a finalidade da delimitação do percurso da trilha interpretativa e seus campos de significados.
- Refletir sobre o papel da trilha interpretativa associada ao desenho, como recurso didático fundamentado na experiência, percepção e interpretação da paisagem urbana do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto.

Hipótese

A hipótese central do trabalho é de que forma o uso do desenho e da trilha interpretativa ações qualitativas no processo de ensino de Geografia, no sétimo ano do Ensino Fundamental II, pode contribuir para a formação do indivíduo, pautada em conceitos que norteiem uma percepção, interpretação e valoração mais reflexivas da cidade, bem como dos aspectos geográficos abarcados em suas paisagens.

I CAPÍTULO – PAISAGENS, SUBJETIVIDADE E O ENSINO DE GEOGRAFIA

1.1 - Concepção de indivíduo e de subjetividade

Para iniciar nossas reflexões, julgamos necessário definir a concepção de indivíduo a ser abordada ao longo do desenvolvimento deste estudo, já que o trabalho contempla o ensino de Geografia, a partir dos desenhos dos alunos, considerados como produção subjetiva e a trilha interpretativa como estratégia didática no ensino da Geografia.

Neste contexto, torna-se importante tecermos uma breve exposição da gênese da psicologia fundada nos preceitos do materialismo histórico, visto ser nossa intenção, situar historicamente alguns elementos que subsidiam o entendimento dos conceitos da teoria histórico-cultural de Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934), sustentados posteriormente por Aleksei Nikolaievitch Leontiev (1904-1979), Aleksander Romanovitch Luria (1902-1977), entre outros autores, contemplados no trabalho. No entanto, em momento algum, pretendemos limitar e esgotar, nesses poucos parágrafos, as dimensões conceituais implícitas na gênese e na estrutura da psicologia histórico-cultural, nascida por volta do século XIX, num momento em que a burguesia coroava o resultado das revoluções sociais.

Ao tornar os meios de produção individual, as relações nos centros pioneiros do capitalismo iam se tornando cada vez mais complexas, sobretudo com grande descontentamento da massa de trabalhadores. Superado o seu caráter revolucionário, necessário para a derrocada da ordem feudal estabelecida, a burguesia procurava manter o domínio de suas conquistas. A ciência, como produto histórico e social, procurando resolver os problemas humanos de uma sociedade moderna, respondia às necessidades advindas do capitalismo, ao adotar um método de análise e entendimento do homem, marcado pelo predomínio da racionalidade científica, baseado no modelo de entendimento do mundo físico sustentado pelo positivismo. (TULESKI, 2004, 2009)

Desse modo, a psicologia atuava como representante e difusora da ideologia burguesa, ao contribuir cientificamente com o entendimento do homem, num momento em que os métodos adotados pela ciência se restringiam a descrever suas percepções, sensações, com intuito de dissecá-lo e explicar um indivíduo recortado,

limitado, encerrado em si mesmo, suprimindo a realidade que constituía a sua vida em sociedade.

O que notamos é que, frente à aceleração do tempo e das transformações do trabalho manifestadas no espaço, a psicologia mantinha as abordagens individuais para problemas de ordem econômica e social sobre os quais a sociedade se estruturava.

Ao elaborar críticas à psicologia vigente, Vigotski justificava que esse entendimento do homem só seria possível, caso a sociedade fosse igualitária. No entanto, outra era a realidade daquele período, que se encontrava sob os efeitos da intensificação da divisão do trabalho, da apropriação dos meios de produção pela burguesia, da implementação dos conhecimentos científicos na produção industrial, da intensificação da divisão das classes sociais, principalmente, com a transformação do trabalho como fonte de riqueza concreta e com o fortalecimento do capitalismo a partir da sua expansão representada pelo imperialismo.

Ainda no século XX, as produções científicas da “velha psicologia”, assim como Vigotski designava, continuavam demasiadamente influenciadas pela organização socioeconômica, reforçando a estrutura criada ao eliminar de suas análises os conflitos que pudessem pôr em risco a ordem burguesa. Para o autor, a produção de teorias que reconheciam o homem no seu modo de pensar/agir, nas suas etapas e em seus estágios de desenvolvimento, estruturadas numa sociedade tida como natural, abstraiam de suas análises a vida dos indivíduos e todos os fatores que nela implicavam, deslocando o problema da sociedade para o indivíduo¹. (TULESKI: 2004; 2009).

Sobre o caráter ideológico presente na psicologia, Tuleski (2004:135) afirma:

Em quase todas as vertentes psicológicas do período encontra-se um ponto de convergência: o deslocamento dos problemas da sociedade para o indivíduo, tanto em seu comportamento observável e passível de medição, quanto em seu interior emocional e/ou cognitivo. Esse parece ser o limite dado pela prática burguesa à

¹ Segundo a leitura de Saviani (2004) é notória a permanência e disseminação dessas teorias na educação no século XXI redimensionada ao longo do processo histórico da pedagogia da essência para a da existência expressando-se, sobretudo na mudança das práticas educativas. Esses “nem tão novos discursos” educativos de melhoria dos homens camufla o caráter desumano das relações capitalistas, não instrumentalizando os homens na inteligibilidade do real garantida pelo desenvolvimento de suas funções, do seu desenvolvimento prático-intelectual necessário a realizar as transformações que superem essas relações desumanas.

ciência psicológica nascente, que busca não só conhecer, mas também resolver ideologicamente os problemas humanos da sociedade moderna. [...] Esta psicologia, no entanto, não poderia entender o homem em sua concretude, isto é, como síntese de múltiplas relações sociais que são históricas e, assim sendo, passível de transformações como a *própria* essência humana.

Nesse quadro, a psicologia como ciência baseava-se nos paradigmas das ciências naturais, mas estudando fenômenos não naturais. Assim, sua produção poderia ser classificada em duas categorias, colocando a ciência como materialista e idealista: enquanto a primeira objetivava o homem, a outra o subjetivava². Para que a ciência não ficasse sujeita às interferências científicas e ideológicas, Vigotski defendia a necessidade de uma psicologia geral, unindo um conjunto de princípios filosóficos em todos os ramos heterogêneos do saber, pois afirmava que as formas particulares e fragmentadas de entender os indivíduos deveriam ser superadas. (TULESKI, 2004; 2009).

Em Vigotski (1991:290) apud Tuleski (2004:128) lemos:

² A respeito do caráter ideológico e da adoção de várias metodologias na produção científica, vimos, no movimento de construção do pensamento geográfico, desde as produções de Ratzel, no século XIX com a Antropogeografia, a análise das influências naturais sobre a humanidade e o papel do Estado na ampliação do território, justificando o caráter expansionista alemão. Nas produções de La Blache, também no século XIX, tivemos a adoção do homem abstrato, adotando nas suas análises a neutralidade da ação humana resultando nas diferentes paisagens. Nessa abordagem a natureza era vista como possibilidade para o homem, antigo hóspede da superfície terrestre que, ao atuar, transformando matéria natural em superfície terrestre, adaptava-se ao meio que o envolvia. Hettner, geógrafo alemão do final do século XIX, propõe uma análise geográfica que superasse o Determinismo e o Possibilismo como concepção que visavam a diferenciação das áreas, buscando nas inter-relações dos elementos, as razões para as explicações das diferenças existentes na superfície terrestre. Após a Primeira Guerra Mundial, Hartshorne, encontrando espaço viabilizado pela dominação norte-americana no Ocidente, retoma os princípios de Hettner. Mais tarde, difundiu a idéia de que as ciências se constituiriam por seu método próprio e não pelo objeto, apresentando a Geografia como estudo das interações entre fenômenos diferentes e estas relações como base explicativa para as diferentes áreas da superfície da Terra. Nos anos 30, a Geografia Cultural, representada por Sauer, propõe a análise das formas que as culturas imprimem na organização do seu meio. Em meados de 50, inicia-se o movimento de renovação da Geografia e, novamente, entram em pauta discussões acerca do objeto e método da Geografia, rompendo com as certezas da Geografia Tradicional. Porém, as novas complexidades da realidade, principalmente no período pós-guerra, exigiram fundamentos teóricos e filosóficos que criaram inúmeras e antagônicas concepções sistematizadas, dando origem à Geografia Pragmática e à Geografia Crítica, cujos critérios de análises adotados revelavam as concepções de mundo dos autores, expressando-se em diversas produções científicas que se fazem presentes nas análises geográficas atuais. (MORAES, 1995).

Em realidade, a interpretação científica não é senão uma forma mais de atividade do homem social entre outras atividades. Por conseguinte, o conhecimento científico, considerado como conhecimento da natureza e não da ideologia, constitui um tipo de trabalho e como todo trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza [...].

Trata-se, pois de um processo condicionado tanto pelas propriedades da natureza transformada como pelas propriedades da força transformadora da natureza, isto é, condicionado neste caso pela natureza dos fenômenos psíquicos e pelas condições cognoscitivas do homem.

Foram com os primeiros trabalhos de Vigotski – “*La Conciencia como Problema da Psicologia de la Conducta*”, em 1924, e “*Pensamento y Linguagem*”, em 1934 –, que foram introduzidos na psicologia, os princípios filosóficos de Marx (1818-1883), trazendo, inicialmente, um enfoque histórico do psiquismo humano, a teoria da consciência como reflexo da realidade e a teoria da atividade. (LEONTIEV, 1978).

Apesar de ter vivido apenas 38 anos, as principais produções de Vigotski apresentaram-se também como um desafio histórico, não apenas de caráter teórico-científico, ao elaborar, no início do século XX, críticas que visavam à superação da psicologia tradicional, mas decorriam da necessidade histórica imposta também pela Revolução Russa (1919). Os acontecimentos históricos e todos os seus contraditos, expressos pela guerra civil, apontavam para a necessidade de construção de uma sociedade essencialmente comunista não determinada por relações capitalistas como ainda vigoravam na União Soviética. Porém, vale ressaltar que, sob o regime stalinista (1924-1953), sua produção foi censurada e proibida entre os anos de 1930 e meados de 1950. (TULESKI, 2004; 2009).

Historicamente, estava colocado o desafio de entender o homem e educá-lo na construção de um projeto coletivo de sociedade, por isso, era necessário, além de conceber o indivíduo como um ser integral, construído nas relações sociais, identificar as relações que determinavam a sua vida para além da dicotomia posta pela velha psicologia.

A propósito dessa abordagem, a “nova” psicologia concebia a relação homem-natureza numa trajetória histórica em que o homem fosse produto e responsável por sua produção (LEONTIEV, 1978) e da própria natureza. Assim, segundo Vigotski, a ciência seria um instrumento de conhecimento humano, capaz

de solucionar os problemas gerados nas relações sociais, ao adotar um método que fundamentasse a análise da realidade de forma intervencional com a sua história, buscando as explicações na interdependência e não nas partes isoladas como ocorria com a “velha” psicologia³.

A esse respeito, Leontiev (1978:20) destaca:

En verdad, el descubrimiento filosófico de Marx no consiste en modo alguno en identificar la práctica con el conocimiento, sino en que el conocimiento no existe al margen del proceso vital, que por su propia naturaleza es un proceso material, práctico. El reflexo de la realidad surge y se desarrolla a en el proceso de desarrollo de los vínculos reales de los hombres cognoscentes con el mundo humano que los circundaba, es determinado por esos vínculos y, a su vez, ejerce na influencia externa sobre o desarrollo de éstos .

Na verdade, a descoberta filosófica de Marx não consiste de maneira alguma em identificar prática com conhecimento, mas sim que o conhecimento não existe à margem do processo vital que, por sua própria natureza é um processo material prático. O reflexo da realidade aparece e se desdobra no processo de desenvolvimento dos vínculos reais dos homens cognoscentes do mundo humano que os circundava, é determinado por esses vínculos, e por sua vez, exerce influência externa sobre o desenvolvimento deles.

Fica claro que, para Vigotski, a única condição para se construir uma nova psicologia seria vincular o indivíduo à realidade objetiva, partindo das análises entre os fenômenos e a realidade, numa perspectiva histórica e, nesse percurso, seria possível compreender o psiquismo humano.

Ao conceituar psiquismo humano, o autor concebe-o como imagem subjetiva do mundo objetivo, definindo que imagens subjetivas são resultados de processos em si objetivos que foram construídos, gestados e engendrados pelas atividades do homem, ao longo do seu desenvolvimento histórico. A subjetividade é, então, reflexo da realidade que existe fora do homem, independente da consciência humana que, aos poucos, é incorporada pela atividade, à medida que os vínculos reais são exercidos ao se organizarem, produzirem e reproduzirem suas vidas, viabilizando, assim, a incorporação da realidade na subjetividade. (LEONTIEV, 1978).

³ No Brasil, nos anos 70, do século XX, as produções da Geografia Crítica seguindo os princípios filosóficos e metodológicos marxista, postulavam a necessidade de transformação da realidade social. Os autores envolvidos na sua produção assumiam os conteúdos políticos do conhecimento científico, apontando as faces das ideologias presentes na ciência e o escamoteamento das contradições sociais que marcaram as produções geográficas, entre inúmeras críticas. (MORAES,1995)

Esses vínculos, baseados nos preceitos ontológicos marxistas, estabelecem-se quando o homem age sobre a natureza, transformando-a segundo suas necessidades. Ao agir sobre ela, transforma o ato em atividade vital – trabalho, por meio do qual os homens produzem a si mesmos (MARX, 2004).

Do ponto de vista histórico, ao transformar a primeira natureza, necessária para a sua sobrevivência, o homem se humaniza a medida que essa transformação se objetiva e engendra a formação subjetiva. É nessa relação de produção de instrumentos que se dá o processo de objetivação e apropriação.

Nas palavras de Marx (2004:85):

O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico.[...] [...] na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Essa produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como sua obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica, não apenas na consciência, intelectual[mente], operativa, efetiva[mente], contemplando-se por isso, a si mesmo num mundo criado por ele.

Portanto, o entendimento do psiquismo, correlaciona-se com a natureza social do homem por meio da sua relação ativa com a natureza e das relações sociais que se desdobram no desenvolvimento das funções psicológicas, resultando na formação do psiquismo humano.

Aqui cabe frisar as palavras de Duarte (2003:74-75): “na psicologia sócio-histórica de Vigotski e seus seguidores, a análise de funções e faculdades psíquicas tinha, por pressuposto, que cada função psíquica não tem um desenvolvimento autônomo, mas sim depende de um todo do qual ela é parte”.

Assim como no trabalho em que a ação humana sobre a natureza se potencializa a partir do uso das ferramentas, na educação, a implementação das ações e operações qualitativas que estruturam a atividade é que engendrará a complexificação das funções psicológicas dos indivíduos, as quais determinarão a maneira pela qual ele se desenvolverá. Daí a importância da educação no desenvolvimento das funções psicológicas, pois serão elas que dirigirão o funcionamento” dos indivíduos. Ainda de acordo com Martins (2004:65), a atividade

é “manifestação em atos pela qual o homem se firma na realidade objetiva e, ao mesmo tempo, a transforma em realidade subjetiva”.

Através do trabalho educativo como atividade de produzir intencionalmente, nos indivíduos, a humanidade produzida historicamente pelos homens (SAVIANI, 2004), a atividade escolar terá uma função crucial na constituição da subjetividade, da imagem da realidade que os indivíduos refletem e na estruturação da própria atividade interna garantida pelo desenvolvimento das funções psicológicas elementares e superiores.

Se a essência do homem se vincula à atividade, que segundo Vigotski estrutura-se por ações e operações e na sua gênese está o motivo, como foi apontado anteriormente, na escola podemos pensar que, se deixado por si, se não houver ativação realizada pelo sujeito consciente – no caso, o professor – o desenvolvimento da consciência do indivíduo e a superação das formas de pensar e agir também não se complexificam. Não estamos abrindo precedentes a fim de justificar que as razões da falta de aprendizagem e a má formação das crianças e adultos estejam relacionadas apenas com o trabalho docente, ao contrário, essa é uma consideração subsequente àqueles resultados.

Temos clareza de que muitos outros fatores estão implicados na precariedade do desenvolvimento dos indivíduos em formação, principalmente aquelas comprometidas pelos baixos níveis socioeconômicos que estruturam suas vidas, criando restrições de acesso a outras formas de experienciar a realidade. A esse respeito, observamos que nas relações capitalistas os homens não se apropriam apenas dos meios de produção, senão das condições que limitam a realização da vida cotidiana e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos. (LEONTIEV, 1978).

Entendemos que esses indivíduos são o produto das relações históricas e que, com a expansão do capitalismo, foram criados mecanismos que se desdobraram em relações sociais responsáveis por usurpar a possibilidade dos mesmos reproduzirem suas vidas e, conseqüentemente, de se desenvolverem. A intenção aqui não é fazer uma investigação profunda das razões históricas que se intervinclam com esse fenômeno, mas se nos propomos a entender o indivíduo, não podemos abstrair de nossas análises que, se antes, a atividade era baseada nas relações sociais de produção coletiva, então ela sofreu alterações com a

existência da propriedade privada e com a alienação que se expressa na formação do homem.

Em Marx (2004:84), localizamos alguns efeitos encontrados do processo de alienação, aqui traduzido por estranhamento:

na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio para a vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada.

Nessa perspectiva, o correlato que se desdobra é: se por um lado o trabalho ativo, cria condição formativa do indivíduo numa perspectiva individual e coletiva, o trabalho alienado enfraquece essa dimensão, suprime o indivíduo das condições de formação da sua objetivação e subjetivação, fragmentando a consciência e a própria imagem psíquica da realidade, traduzindo-se na semi-formação, inclusive do professor que participa desse processo na preparação de indivíduos para a sociedade e, ao mesmo tempo, de produzir sociedade.

Ao pensarmos no trabalho educativo e no ensino da Geografia como ciência/disciplina escolar componente de uma atividade mais complexa, como seria possível promover o desenvolvimento individual na perspectiva da coletividade em uma educação voltada para a retomada dos significados coletivos numa sociedade alienada?

Em Saviani (2004:29), vimos que alienados são “aqueles que não têm consciência de sua própria situação, que não se sabem como sujeitos da história, aqueles que perderam sua condição de sujeitos de seus próprios atos, de suas próprias obras”. Portanto, a essência do homem se manifesta alienada, negada nas relações reais que o mantêm.

Sendo assim, se as atividades se compõem por ações que os homens realizam ao longo de sua vida e a formação dos indivíduos advém da relação que se estabelece com a realidade social e a realidade externa afeta a interna, (LEONTIEV, 1978), fica a necessidade de criar condições educativas, como professores, a fim de criar vínculos reais externos entre os alunos concretos, por meio dessa atividade, buscando transformar os vínculos internos e amenizar os efeitos da alienação no desenvolvimento do indivíduo, com vistas à construção de autonomia gerida pela

consciência. Em outras palavras, defrontamo-nos com as seguintes questões: Como atingir um *fim* no ensino de Geografia, de modo que consigamos contemplar a subjetividade e, nesse processo, complexificar as imagens da realidade urbana em outras representações? Quais relações poderíamos encontrar entre esses conceitos norteadores de concepção do indivíduo com as atividades escolares e, mais especificamente, com o uso do desenho no ensino de Geografia?

Essas questões criam a necessidade de outras discussões que estarão presentes no item que se segue.

1.2 Caracterização dos indivíduos do estudo

Depois de caracterizar a concepção de indivíduo, julgamos que ainda falta tratar, mais precisamente, de quais indivíduos falamos. Num panorama geral, eles pertencem a uma sociedade ancorada na propriedade privada, no trabalho alienado, na mercantilização da natureza e das relações humanas. Sustentados pelo discurso da globalização como uma das únicas explicações do mundo, nasceram e são educados num contexto histórico de grandes transformações na produção de mercadorias com a implementação e o desenvolvimento maciço das tecnologias em todos os segmentos produtivos, atuando, sobejamente, nas alterações do trabalho e das relações espaciais da sociedade.

Os efeitos dessas transformações, entre tantas outras, são espelhados nas heterogeneidade dos aspectos multifuncionais das paisagens que reestruturam novos cenários urbanos e rurais, viabilizados pelo modelo econômico neoliberal⁴ adotado pelo Estado, que prioriza, financia e normatiza a expansão desse modelo produtivo, em detrimento do desenvolvimento e das garantias de sobrevivência dos homens.

Na interface dessa sociedade, temos a atuação da grande mídia, disseminando o modelo de desenvolvimento que padroniza culturas e costumes,

⁴ HARVEY (2005:12) em sua obra intitulada: *O Neoliberalismo - História e Implicações*, vimos que o “neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro”.

fundamentalmente de consumo. Esses fatores se desdobram na construção do pensamento em uma forma de conceber o mundo e a sociedade, estruturando novas representações que convergem na construção de individualidades.

Compartilhamos o pensamento de Heller (2008:31-34) quando afirma: “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro [...] A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico.” Portanto, reconhecer os aspectos da realidade que estruturam a vida dos indivíduos é necessário de modo que nos apegamos a esse contexto.

Em nosso estudo de caso, os indivíduos eram crianças que, em 2006, tinham em média 12 anos, e cursavam o 7º ano do Ensino Fundamental II, em uma escola particular de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, localizada na Zona Sul da cidade de Ribeirão Preto, (SP), Brasil. O grupo era composto por 32 alunos que residiam, na época, nos bairros/condomínios e setores da cidade, como expressam os dados da tabela a seguir:

Tabela 1. Moradia dos alunos por bairros/condomínios e setores de Ribeirão Preto (SP)

Número de alunos	Bairro/Condomínio	Setor
02	Condomínio <i>Country Village</i>	Sul
02	Quinta da Boa Vista	Oeste
01	Condomínio Buritis	Sul
03	Jardim Califórnia	Sul
01	Jardim Independência	Norte
03	Riberânia	Leste
01	Jardim Mosteiro	Norte
02	Jardim Canadá	Sul
01	Jardim Nova Aliança	Sul
01	Jardim Recreio	Oeste
01	Parque Bandeirante	Leste
03	Bonfim Paulista	Sul
01	Jardim Irajá	Sul
03	Alto da Boa Vista	Sul
02	Colina do Sabiá	Sul
02	Centro	Centro
01	Santa Cruz	Sul
01	Jardim Santa Luzia	Oeste
01	Monte Alegre	Oeste

Org.: Débora Lopes Francisco (2011).

Tabela 2. Percentuais de moradia dos alunos por setores de Ribeirão Preto (SP)

N° de alunos	Setor da cidade	Percentuais (%)
19	Sul	59,3%
5	Oeste	15,6%
4	Leste	12,5%
2	Norte	6,2%
2	Centro	6,2%

Org.: Débora Lopes Francisco (2011).

Como é possível visualizar, 59% dos alunos residiam no setor Sul de Ribeirão Preto, incluindo condomínios de alto padrão, enquanto 41% dos alunos viviam em bairros, também considerados nobres na sua maioria, e totalmente equipados com infraestruturas urbanísticas.

Esses mesmos indivíduos pertencem a um momento histórico de difusão da urbanização, cujas consequências se desdobram na fragmentação da cidade e na diluição da sociabilidade nesse espaço. O que marca essa urbanização, entre outras coisas, é a supressão da rua como espaço de encontro (CARLOS, 2002). A rua dos condomínios, apesar de pública, separa-se da cidade por muros, cercas e guaritas (MAIA, 2006), estabelecendo novas relações que se refletem na quebra da consciência que é social e territorial. (CARLOS, 2009). Dacanal (2004), ao analisar a qualidade ambiental e de vida dos cidadãos residentes nos condomínios horizontais de Ribeirão Preto, direciona suas análises para as zonas da cidade ocupadas, atualmente, por condomínios, afirmando que, por enquanto, se encontram “isoladas” do tecido urbano mais contínuo, mas quando houver a expansão urbana na sua direção, os muros e a falta de áreas livres públicas poderão intensificar esta sensação de barreira urbana construída.

Nesse quadro, os indivíduos, oriundos de famílias com condições de pagar pelas melhores mercadorias urbanas, aquelas dotadas de equipamentos e infraestruturas necessárias à reprodução da vida, não lidam cotidianamente com as contradições expressas na paisagem urbana, marcada pela precariedade das habitações, pelas casas pobres, pela angústia dos sujeitos que “não moram”, pelas iniquidades ambientais, e por todas as marcas da estrutura política e econômica presentes na cidade, como aponta Carlos (2002:175):

Na cidade brasileira a reprodução da vida gera estratégias de sobrevivência – a construção de favelas e cortiços, por exemplo, ou

mesmo um modo de morar nas ruas da cidade – nas ruas, vê-se novas atividades como aquelas dos catadores de papéis ou latas de refrigerantes e cerveja que alimentam o mercado dos artigos reciclados. De outro lado, as estratégias das classes médias se trancando em condomínios fechados com altos muros e serviço sofisticado de segurança. Esses fenômenos apontam as formas de segregação espacial.

O “desconhecimento” resulta, também, da “adoção” de um modelo de vida marcado pelo uso restrito da cidade, cujos deslocamentos realizados pelo automóvel equipado com som, *DVDs*, ar condicionado, entre outros, implicam o (re)direcionamento do foco de atenção que contribui significativamente para o esvaziamento dos conteúdos mediante a percepção da paisagem.

Nesse sentido, além de viver a cidade nos limites do setor Sul (já que a maioria das atividades cotidianas se restringe a esse setor), o uso frequente dos meios técnicos no cotidiano da sociedade urbana, tais como celulares, sites, como aponta Ribeiro (2008:197), não garantem “sincronicidade, eficácia ou conectividade de leitura da realidade. Ao contrário, dizem da perda do sentido da ação e de impedimentos à reflexão, principalmente os que carregam, para as suas tarefas, um excesso de memória”. O uso do celular, por exemplo, contribui para o abandono da descrição do lugar, eliminando a necessidade de novas operações dos indivíduos ao suprimir a evocação da memória que acionaria lembranças e a possibilidade de ativação das funções sensoriais e intelectuais que garantem estabelecer novas interações e percepções da paisagem urbana.

Somadas ao hábito dos encontros dos indivíduos em espaços privados, principalmente nos *shoppings centers* da cidade, com destaque ao Ribeirão Shopping, suas relações pessoais que se limitam ao mundo privado, tornam-se reproduções daquelas existentes nos grandes centros econômicos internacionais, permeadas pelo consumo padronizado pelas grandes marcas mundiais e pela profusão de imperativos criados pelo *marketing*, estruturando um modo de vida que constitui as paisagens da Zona Sul da cidade.

Para Leontiev (1978:53): “la percepción es activa, a que la imagen subjetiva del mundo exterior es producto de la actividad del sujeto en ese mundo”. Desse modo, conhecer os aspectos gerais que constituem a vida dos indivíduos pressupõe, no plano da educação, a fundamentação do trabalho educativo. No entanto, cabe pontuar o limite que se impõe na nossa caracterização. Não temos dúvidas de que a

biografia de cada indivíduo também o constitui, mas tem importância secundária nesse momento. Propositamente não será contemplada, mas nem por isso deve ser menosprezada.

Aliás, caso essa consideração se efetivasse, poderíamos estar colocando dificuldades tanto para o trabalho acadêmico, ao descrever exaustivamente as características particulares de cada um, como no trabalho profissional que envolveria o desenvolvimento dos conteúdos, ao adotar um “modelo” de análise de casos particulares que valorizassem em excesso o individual, com a finalidade de obter um conceito geral, não contemplando, desse modo, a proposição em questão. Portanto, a caracterização geral refere-se aos aspectos pertencentes ao grupo, baseada em uma leitura geo-histórica da maneira como se inserem na realidade socioespacial, que reflete a sua constituição.

Procuramos, então, entendê-los nas relações que estabelecem com outros homens e como reproduzem suas vidas, sendo esses os fatores fundamentais que estruturam e refletem na incorporação da realidade e na subjetividade (LEONTIEV, 1978), subsidiando-nos para entrelaçar aspectos da realidade dos sujeitos concretos com o ensino da Geografia Urbana, já que entendemos ser o objetivo maior que estrutura a ciência, a análise do espaço da sociedade. (GONÇALVES, 1987).

Por *sujeito concreto*, entendemos, segundo os apontamentos de Saviani (2009:47-48), aquele indivíduo que:

sintetiza em si as relações sociais próprias da sociedade em que vive e em que se dá o processo de sua educação [...] o aluno depara-se diante dele [do professor] vivo, inteiro concreto. E é em relação a esse aluno que temos que agir. É esse aluno que temos que educar.

Nesse contexto, se lidamos com o homem concreto, quanto a Geografia que se pretende ensinar, oferece ao indivíduo em termos de conteúdos e conceitos possíveis para fundamentar as relações que se estabelecem no espaço urbano vislumbrando superação no modo de pensar/agir?

1.3 - O desenho como proposta didática no ensino de Geografia

A fim de tornar mais clara a trajetória e a compreensão deste trabalho e avançar nas discussões para contemplar a análise, do ponto de vista metodológico, cabe retomar e fazer algumas conexões. Entendemos, nos itens anteriores, a compreensão dos indivíduos com base nas relações que estabelecem com os outros homens e que essa relação, por sua vez, é histórica. Nesse momento, destacamos o “lugar” que ocupam na sociedade e, territorialmente, na cidade, constituindo a vida cotidiana que também se desdobra na formação da imagem sensorial e, posteriormente, do psiquismo, ou seja, na apreensão da realidade objetiva. (LEONTIEV, 1978).

Cabe, agora, discorrer sobre os aspectos que envolveram a situação em estudo, dando ênfase à importância do desenho da paisagem urbana no processo de ensino de Geografia e a importância da Atividade, compreendida como “meio pelo qual o indivíduo estabelece relações com a realidade tendo em vista a satisfação das necessidades”. (MARTINS, 2006:30).

Em 2006, como professores, procurávamos elaborar um currículo estruturado em temas referentes a cada série, privilegiando uma abordagem metodológica, com vistas a estabelecer o maior número de articulações espaciais, bem como a compreensão das formas que estruturam as cidades subjetivas. Buscávamos no conteúdo, atender às demandas reais daqueles sujeitos concretos, visando envolvê-los nas ações do processo de ensino, intentando corroborar e potencializar qualitativamente o desenvolvimento dos indivíduos. Deste modo, o estudo das cidades foi o tema selecionado para compor o currículo do segundo semestre do ano letivo de 2006.

O estudo foi dividido em várias etapas que se constituíram por registros das concepções acerca da origem das cidades, produção de livretos cuja temática se referia às condições necessárias para a existência da cidade na história, pela produção dos desenhos, pela leitura do livro: “*A vida nas cidades*”, de Eliseu S. Spósito (2001), pela projeção de documentários e pela apresentação do filme “Redentor”, até a realização da trilha interpretativa no Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto, que será tratada mais adiante.

O contexto e a localização se fazem necessários para situar o leitor e também para destacar que, no início, os alunos se sentiram bastante motivados com as

atividades, mas que, ao longo do processo, as dificuldades começaram a surgir. Sem menosprezar a relevância, mas por considerar os limites que temos para analisar as variáveis circunscritas nas dificuldades específicas, também oriundas de um processo global, encontradas no processo ensino, em função delas, num dado momento, ficamos em dúvida sobre qual seria o melhor caminho pedagógico a ser traçado para aquele grupo.

Pelas dificuldades encontradas naquele momento, como professores, sentíamos a necessidade de mudar a metodologia a fim de garantir que os indivíduos realmente se apropriassem e se voltassem, prazerosamente, para os estudos da cidade. Hoje, não mais convencidas por esse discurso, muitas vezes repetido e pouco refletido, inclusive por estruturar situações pedagógicas que não garantem o desenvolvimento das funções dos indivíduos em termos qualitativos, fazemos uso das palavras de Katuta (2007:231) sobre a necessidade de termos, no processo de estruturação do trabalho e de ensino, a clareza de que:

existe uma crença de que são as metodologias ou as linguagens usadas pelo educador que têm o poder de transformação das aulas. O equívoco desta postura tem como fundamento a fetichização e reificação⁵ das metodologias e linguagens. Em outras palavras, deposita-se uma crença no objeto, dotando-o de características mágicas e esquece-se do fato de que o determinante nesta questão é a relação que os sujeitos irão estabelecer com as mesmas.

Assim, tentando motivá-los com o trabalho, após a etapa de confecção dos livros e leitura dos textos que localizavam as cidades em períodos pontuais na história, tais como as cidades no Império Romano, na Idade Média e na Revolução Industrial, propusemos como atividade, que os alunos fizessem o desenho de uma cidade contemporânea com o intuito de apreendê-la sob a percepção dos efeitos das relações capitalistas de produção.

Para Leontiev (1978:57), a percepção é uma função psicológica sintética; nela se opera de forma frequente um processo de:

⁵ A fim de localizar o conceito, vimos em Bottomore (2001:314) que é o “ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam a sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso ‘especial’ de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.”

‘extraer’ de la realidad existente las propiedades, las relaciones, etc., de ésta, su fijación en estados transitorios o prolongados de los sistemas receptores y la reproducción de estas propiedades en actos de formación de nuevas imágenes, en actos de reconocimiento y de formación de nuevas imágenes, en actos de reconocimiento y memorización de los objetos.

Os desenhos foram feitos, individualmente, em sala de aula em uma folha de papel sulfite, tamanho A3. Posteriormente, ao desenvolver a leitura dos desenhos das cidades, percebíamos que neles estavam projetadas as necessidades daqueles alunos e, aos poucos, o desenho começava a ocupar lugar no conjunto de outras atividades de um projeto que estava por se consolidar.

Nossas convicções da potencialidade dos desenhos reforçavam os nossos primeiros objetivos, justificados pela apreensão dos sujeitos concretos e por conduzir-nos na escolha da paisagem, como conceito-chave para viabilizar o ensino. Desta forma, optamos por trabalhar com uma abordagem teórica plural, envolvendo também a uma visão sistêmica da paisagem.

Gonzalez Bernaldez (1981:3), ao fazer um levantamento das acepções do termo paisagem, classificou-as em dois grupos: na acepção mais de campo visual, o termo tem relação com a imagem de um território percebida pelos olhos, enquanto na acepção mais complexa, fundada na análise da paisagem geográfica como um sistema, corresponde a um conjunto de elementos ligados num território por uma relação de interdependência, nem sempre facilmente perceptíveis. Ainda segundo Gonzalez Bernaldez (1981), utilizando-se das definições de Díaz Pineda e outros: “a paisagem é a percepção plurissensorial de um sistema de relações facilmente perceptíveis cujo conhecimento explica a coexistência dos elementos percebidos e a coerência entre outros elementos que a compõe que não são facilmente perceptíveis”. Por isso, segundo o autor, é possível distinguir na paisagem um *fenossistema* como conjunto de elementos perceptíveis que a compõem, e o *criptossistema* que compõe sistemas de interações, sem que haja um aprisionamento empírico nos elementos expressos nos desenhos.

Gonzalez Bernaldez (1981) ainda ressalta que o termo geossistema corresponde a um sistema de relações geográficas e seu uso corresponde a um equilíbrio entre os processos naturais e históricos. Nesse caso, é possível conceber que as relações geográficas que estabelecemos com a paisagem envolvem uma

dinâmica objetiva e subjetiva, produtos das relações naturais e do trabalho humano, em constante processo de transformação.

Diante disso, os desenhos nos interessam no ensino da Geografia como imagens/paisagens que resultam como produto da percepção dos sujeitos concretos e, ao mesmo tempo, são condicionantes do processo de ensino, indicando para o professor/educador a necessidade de promover ações e operações que estruturam a *Atividade*.

À medida que apontam para a necessidade de criar, no processo dialógico, novos vínculos externos na leitura da paisagem, essas se expressam em saltos qualitativos do pensamento, superando os elementos que foram apropriados da paisagem objetiva presentes nos desenhos, ao demandar a inserção dos conceitos da Geografia no processo de compreensão do *criptosistema*. (GONZALEZ BERNALDEZ, 1981; GUIMARÃES, 2007).

Em busca de sustentar nossos argumentos, utilizamo-nos de Miranda (2009:142) que, ao comentar sobre a potencialidade dos desenhos nos estudos de Gonthier-Cohen (1987), destaca que:

o desenho serve para fazer geografia como método de abordagem e de análise, como investigação da paisagem através de confrontações entre o assunto observado (e não o modelo) e os traçados que resultam da análise. [...] lembra que se a fotografia é instantânea e possibilita contornar as dificuldades enfrentadas com o desenho, ela oferece um todo acabado como produto, enquanto que o desenho se faz por um processo em que se produz uma confrontação entre nossos conhecimentos e a realidade.

Nesse caso, os desenhos cumprem, a função de instrumentos didáticos de análise espacial, viabilizando a ressignificação do saber com vistas à complexificação das percepções dos indivíduos, fundadas na sensorialidade, que têm uma natureza histórica acerca das imagens das paisagens urbanas.

Desse modo, o desenho torna-se importante por julgarmos que trabalhar com indivíduos de diferentes grupos sociais tem implicações bastante significativas no sentido de apreender as relações contraditórias expressas nas suas vidas que se realizam na cidade. Para um grupo, por exemplo, que mora nos melhores lugares oferecidos na cidade, portadores de instrumentos tecnológicos avançados, poderíamos ainda utilizar mais recursos complementares, tais como imagens de satélites, fotografias disponíveis nos livros, *internet*, entre outras.

Poderíamos utilizar fotografias recentes da cidade de Ribeirão Preto, como também imagens antigas, na tentativa de que os indivíduos reconstituíssem uma paisagem selecionada por meio da pesquisa bibliográfica, fotográfica, entrevista, como propõe Rojas (2001). Julgamos, porém, que essas atividades não estariam dentro dos nossos propósitos por dupla razão. Primeiramente, porque pensamos que o desenho demanda a observação, o estímulo da acuidade perceptiva, a mobilização da memória, das formas predominantes e observadas na paisagem, do resgate das representações que se expressariam numa composição de elementos a serem pensados coletivamente. Segundo, do ponto de vista metodológico, ao fazer crítica à Escola Nova, hoje, concordamos com os argumentos de Saviani (2009:43), em relação aos métodos, quando afirma:

o ensino não é o processo de pesquisa. Querer transformá-lo num processo de pesquisa é artificializá-lo. [...] Se a pesquisa é incursão no desconhecido, e por, isso ela não pode estar atrelada a esquemas rigidamente lógicos e preconcebidos, também é verdade que: primeiro, o desconhecido só se define por confronto com conhecido, isto é, se não se domina o já conhecido, não é possível detectar o ainda não conhecido.

Os exemplos citados, a nosso ver, limitariam a criação das necessidades colocadas pela singeleza das suas imagens que se expressam na reciprocidade do indivíduo-objeto, necessárias de serem pensadas.

Na psicologia marxiana, lida em Leontiev (1978), para que se forme no cérebro do homem uma imagem é necessário que se estabeleça entre o sujeito e o objeto uma relação ativa. Essa relação, por sua vez, depende da complexificação que o sujeito estabelece com o objeto. Através dela, a imagem se adéqua e enriquece transformando-se, depois, em imagem psíquica. Leontiev (1978:30), ao se referir à investigação psicológica da percepção, afirma:

Por lo tanto, para explicar científicamente el surgimiento y las particularidades de la imagen sensorial subjetiva no basta con estudiar, por un lado, la estructura y funcionamiento de los órganos de los sentidos y, por el otro, la naturaleza física de las influencias que el objeto ejerce sobre ellos. Es necesario penetrar también en la actividad del sujeto, que mediatiza sus vínculos con el mundo objetivo.

Vê-se, portanto, nesse processo, a importância da consciência do professor no projeto e na articulação das ações e dos conteúdos que estruturam o ensino de Geografia e como o desenho se insere nele como proposta viável. Não que os conteúdos supostamente transmitidos, deem conta da formação integral dos indivíduos, já que consideramos que as atividades escolares desenvolvidas, não só nas aulas de Geografia, mas, nas outras disciplinas, são ínfimas frente à complexidade das atividades que estruturam a sua vida. Mas não deixemos de validar o caráter institucional da escola no processo formativo responsável pelo desenvolvimento dos indivíduos ao garantir a apropriação dos conteúdos científicos, da sociedade e do espaço.

A propósito, lê-se em Leontiev (1978:66):

¿Pero que es la vida humana? Es el conjunto, más precisamente, el sistema, de actividades que sustituyen unas a otras. Es en la actividad donde se produce la transición del objeto a su forma subjetiva, a la imagen; a la vez, en la actividad se opera también la transición de la actividad a sus resultados objetivos, a sus productos. Tomada desde este ángulo la actividad aparece como un proceso en el cual se concretan las transiciones recíprocas entre los polos “sujeto-objeto”. ‘en la producción se objetiviza la personalidad; en el consumo se subjetiviza el objeto’, acota Marx.

Refletir sobre a essencialidade do nosso trabalho como professores visa, agora, a conscientização sobre nossas próprias objetivações que se expressam na construção de seres humanos e na produção da sociedade. Se assim é, cabe-nos perguntar: “*Quais seres humanos queremos formar e forma-los para quê?*”

Sabemos da complexidade que envolve a resposta para essa pergunta, mas procuraremos limitá-la de maneira que ofereça uma perspectiva crescente em nosso trabalho, ao fazermos uso das palavras de Mészáros (2004:47), quando afirma:

[...] todo o ser humano contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de um mundo predominante. Em segundo lugar, ele assinala que tal contribuição pode cair nas categorias contrastantes de ‘manutenção’ e da ‘mudança’. Pode não ser apenas uma ou outra, mas ambas, simultaneamente. Qual das duas é mais acentuada, e em que grau, isso obviamente dependerá de como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes. Em outras palavras, a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim de uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha de ‘manutenção e/ou mudança’ num período relativamente estático, muito mais de

‘manutenção’ do que de ‘mudança’ ou vice-versa no momento em que houver uma grande elevação na intensidade dos confrontos hegemônicos e antagônicos - de uma dada concepção de mundo, que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa.

Num projeto maior de formação e desenvolvimento dos indivíduos, com objetivo de construção de sujeitos com autocontrole e autodomínio, acreditamos que, adotando o desenho como instrumento para o ensino da Geografia, este favorece o exame da realidade concreta, permitindo levar a análise geográfica para além das simples traduções, descrições e limitação das análises nos níveis sensoriais dos indivíduos que, no caso, contribuiriam com a manutenção das relações espaciais desiguais.

Essa dimensão de análise se faz urgente não apenas pelos indivíduos que estudam e estão em processo de reconhecimento da realidade geográfica, mas pela necessidade de identificar, reconhecer aqueles sujeitos acometidos pelas consequências dessas relações desiguais que foram se intensificando, principalmente, com a expansão das relações capitalistas de produção.

Nesse quadro, nos perguntamos o quanto os desenhos expressam a necessidade de os indivíduos se apropriarem de conteúdos que fundamentem as diferentes formas de apropriação da cidade, de organização socioespacial que extrapolem as circunstâncias da imediatez da sua vida.

Por isso, o processo de leitura e análise do desenho, viabiliza a mediação entre o indivíduo e os conhecimentos científicos que expressam as contradições nas relações espaciais da sociedade.

Gonzalez Bernaldez (1981), ao oferecer elementos de leitura da paisagem, aponta que a justaposição de concepções diversas de um mesmo espaço garante proporcionar resultados, ao promover a comunicação entre duas culturas – e segmentos sociais – que praticam modos distintos de conceber o entorno.

Como professores, pela necessidade de expor as contradições viabilizando a nova qualidade da percepção - função psicológica que atuará na construção da imagem psíquica - fazemos uso das palavras de Gonçalves (1987: s/n):

[...] se a sociedade que temos é natural e garante aos homens a felicidade; se nesta sociedade as estruturas sociais, econômicas, políticas e geográficas são capazes de dignificar o homem, temos todo o direito de propugnar pela sua preservação e passar para os

nossos alunos os seus valores. Porém, se esta sociedade é contraditória e dentro dela há pessoas resistindo devemos ouvi-las. Pode-se considerar que estamos diante de uma questão só de tempo para resolvermos os problemas como o de salário que se paga, as condições em que se vive, as condições ambientais, de saneamento básico de que dispomos, etc... Não temos é o direito de confundir nossos alunos e passar-lhes a ideia de que nossa sociedade é harmônica é muito mais integrada, quando ela é contraditória. Qualquer análise que ignore este fato não é uma análise científica.

O desenho, como expressão da percepção, enriquece o estudo científico da paisagem urbana, numa construção analítica e crítica em movimento, ao engendrar a necessidade de mediações que promovam conexões no movimento do pensamento, ao confrontar forma e conteúdo das paisagens, evidenciando a presença e a ausência de elementos no desenho e na própria cidade em que se vive. Essa conexão é aprendida e se expressa no desenvolvimento do indivíduo, que, segundo Vigotski (1995:141):

[...] se trata de un complejo proceso dialéctico que se distingue por una complicada periodicidad, la desproporción en el desarrollo de las diversas funciones, las metamorfosis o transformación cualitativa de unas en otras, un entrelazamiento complejo de procesos evolutivos e involutivos, el complejo cruce de factores externos e internos, un complejo proceso de superación de dificultades y de adaptación

No confronto entre o que se sabe e o que se deve saber, estabelecem-se juízos, criando a necessidade da inserção de outros conceitos. Nesse caso, o desenho viabiliza a mediação visando à ativação das funções dos indivíduos acerca da paisagem, cujo caráter é ativo e está em constante processo de complexificação, como revela Leontiev (1978:56):

Se sobrentiende que en hombre ya debe estar formado el cuadro de esse mundo. Pero se va conformando no solo en un nivel directamente sensorial, sino también en los niveles cognoscitivos superiores, o sea, como resultado de que o individuo asimila la experiencia de la pratica social reflejada en la forma verbal, en el sistema de significados.[...]

Assim, na experiência de ensino realizada com a classe, os desenhos foram apresentados em transparência, foram projetados um a um, com o auxílio do retroprojeto e, a partir daí, analisados e interpretados coletivamente.

No que se refere ao uso dos instrumentos metodológicos na análise dos desenhos, compartilhamos a proposição de Gomes (2008) que traz a ideia de trama como ferramenta para a análise geográfica das imagens fixas. Segundo o autor, a imagem fixa “encerra muitos elementos de ordens diferentes que figuram sobre um mesmo plano [que] colaboram todos na proposição de um sentido quando associados daquela maneira”. (GOMES, 2008:20).

Para melhor compreensão, o autor faz uma analogia com a confecção de um tecido, destacando que os fios que se entremeiam sobre um fundo estrutural que apresenta cores diferentes. Essas cores, juntas, contribuem com um desenho final que surge da variedade dos fios, dos nós que se fazem. No processo de análise da imagem, essa composição pode ser desfeita de acordo com o traçado de alguns fios e na maneira pela qual eles entram e colaboram com a trama.

Gomes (2008:20) acrescenta, ainda, que:

Essa metáfora da trama pode assim, por exemplo, ser aplicada à análise de uma paisagem. Nesse caso, todos os elementos que colaboram na composição final têm importância, sejam elas de ordem natural ou cultural e se associam no efeito final da cena.

Seguindo essa metodologia, projetamos os desenhos cuja ação se desdobrou em inúmeros questionamentos que viabilizavam suas análises. Como os diálogos das aulas não foram gravados para que pudéssemos transcrever algumas falas, optamos por não reproduzir uma leitura “fechada” da paisagem, mesmo porque as análises se construíram no movimento do diálogo, à medida que apresentávamos conceitos, e esses também demandavam a construção de outros juízos que engendravam outros novos conceitos.

Em Severino, lemos que os juízos são relações entre os conceitos.

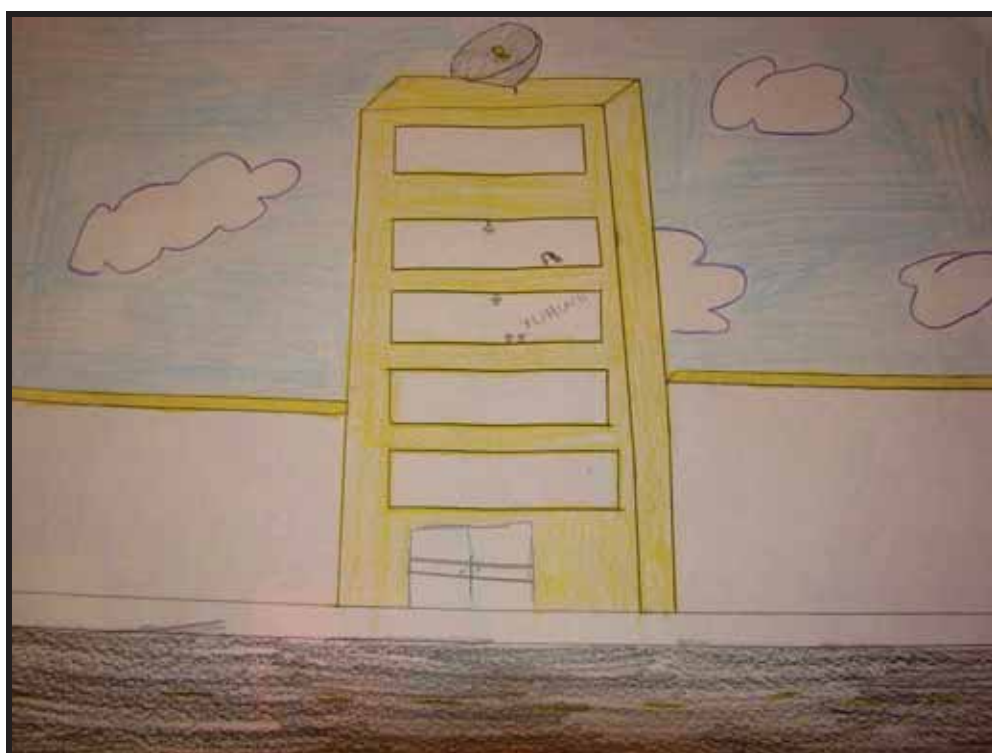
Por isso, pode-se dizer que o conhecimento humano inicia-se com a formação de conceitos. O conceito é a imagem mental por meio da qual se representa um objeto, sinal imediato do objeto representado. O conceito garante uma referência direta ao objeto real. [...] Este objeto passa então a existir para a inteligência, passa a ser pensado. Portanto, o conceito representa e substitui a coisa no nível da inteligência. (2007:83-84).

Para a exemplificação, escolhemos nesse momento do trabalho, apenas dois desenhos por julgarmos que refletem níveis de percepção da cidade bastante

distintos. Tal escolha se fez por considerarmos que, talvez, a maior contribuição deste trabalho esteja na fundamentação teórica da prática de professores em processo de complexificação do seu sistema de conhecimentos, fato que, em nosso entender, relativiza a necessidade de reprodução exaustiva das formulações de diferentes ordens que viabilizam e viabilizaram a leitura das imagens/paisagens.

Vejamos a seguir os questionamentos possíveis feitos a partir da leitura do desenho. (fig.1).

Fig. 1. A Cidade



Fonte: Aluna G., 12 anos (2006).

Nessa escala, é possível visualizar elementos que permitem a caracterização do sítio urbano? Existem elementos naturais que nos possibilitem recompor a paisagem natural antes da produção da cidade? Quais elementos da paisagem revelam o tempo e as marcas da história da cidade? Essa paisagem refere-se a qual setor da cidade? Na cidade em que moramos, os fragmentos apresentam as mesmas paisagens? Quais atividades econômicas são desenvolvidas nessa cidade? Como vivem seus habitantes? É possível visualizar na paisagem elementos que expliquem as possíveis razões das construções verticais? Quem constrói as habitações? Para quem elas são construídas? Todos os cidadãos possuem

moradia? Esse tipo de edificação é recente nas cidades brasileiras? O que a justifica? Qual seria a sua função? Por quê? O que é necessário para morar?

A partir dos questionamentos, é possível ensinar inúmeros conceitos, tais como: desigualdades sociais, cidade-mercadoria, verticalização, morfologia das cidades, especulação imobiliária, segmentação do espaço urbano, historicidade das paisagens, divisão social do trabalho, dinâmicas territoriais urbanas, caracterização do sítio urbano, conservação dos recursos naturais nas áreas urbanas, hierarquia das cidades e funções da paisagem urbana, etc.

Apesar de ser a representação a percepção que indivíduos possuem da cidade e apontar para a problematização, não pretendemos limitar a sua leitura ao reconhecimento dos elementos da paisagem ou preconizar os aspectos ligados à complexidade das percepções de cada indivíduo e, muito menos, deixar que as observações e análises se limitem às subjetividades científicas. Aliás, reduzir a compreensão nesses aspectos refletiria uma trajetória, para a qual as práticas geográficas e pedagógicas seriam estéreis.

A respeito das potencialidades do estudo da paisagem, Gonzalez Bernaldez (1998:211) ressalta: “é um importante objeto de atenção entre o enfoque científico, abstrato, qualitativo e o mundo da cultura empírica e sensorial. Daí a grande importância de buscar a complementaridade entre ambos”.

Embora saibamos das potencialidades do estudo das paisagens, não acreditamos que, sem uma intenção bem definida, o uso do desenho, nas aulas de Geografia, proporcione a identificação dos problemas humanos e a garantia dos saltos qualitativos no pensamento. Não seria apenas a identificação da reciprocidade entre o sujeito e a sua imagem que garantiria a evolução da percepção, mas, como foi possível observar no desenho de G., a mediação estabelecida pelo professor, a partir do uso dos instrumentos conceituais, promoveu a intervenção no pensamento com o estabelecimento dos elos espaciais que se fundem nas paisagens.

É o tipo de pensamento que, segundo Leontiev (1978:32): “é producto del desarrollo histórico-social, como una forma teórica especial de la actividad humana que no es otra cosa que un derivado de la actividad práctica”. Nesse sentido, a atividade prática se realiza no contato direto, prático, dos indivíduos com o objeto. Portanto, no plano do ensino, a ação dialógica acerca da paisagem urbana engendra

o desenvolvimento do pensamento qualitativo ao promover o confronto entre os elementos paisagísticos presentes nos desenhos e a inteligibilidade dos fenômenos reais constituidores do espaço urbano. No entanto, há que reconhecer os limites, no sentido de que essas ações nem sempre garantem imediatamente a internalização dos conceitos e significados. Para Vigotski, é somente ao longo do desenvolvimento do indivíduo que a atividade mental vai se desprendendo da atividade prática que ocorre com a interiorização dessa atividade como a reconstrução interna daqueles conceitos e significados. (MARTINS, 2009).

A partir das premissas, notamos que, no processo de ensino, quanto mais os desenhos proporcionam qualidade e intervinculação entre os elos que se manifestam na cidade percebida pelo indivíduo, mais elaborados serão os juízos, como é possível observar nas formulações feitas com o desenho da aluna, (fig. 2) já que se apresenta qualitativamente mais complexo do que o anterior.

Fig. 2 – A cidade e a sua complexidade.



Fonte: Aluna C., 12 anos (2006).

Nesse caso, os elementos a serem considerados na trama são inúmeros e a leitura da paisagem, no caso, permite-nos extrair mais associações que se expressam nos âmbitos locais e mundiais ao identificar os distintos lugares que compõem a cidade, tais como o *shopping*, o parque urbano, o clube, a área residencial e o aeroporto, entre outros.

Além disso, o desenho permite-nos abordar questões referentes à forma como a cidade cresce, caracterizar com maior nível de relação os aspectos ligados ao sítio urbano, assim como as razões da constituição do traçado das ruas. Também voltamos às análises dos impactos nos ecossistemas, decorrentes da produção da cidade, ao questionar as razões da manutenção da cobertura vegetal original nos arredores da cidade, bem como a falta de proteção das matas ciliares, dos cursos d'água e as suas implicações diretas e indiretas no ecossistema.

Ao mesmo tempo, podemos fazer o exercício de pensar como é possível conciliar a proteção da cobertura vegetal e seu crescimento no modelo de expansão urbana que temos atualmente.

Fatores relacionados ao plano político e econômico foram destacados, quando questionamos sobre os possíveis estímulos realizados por parte do Estado ao financiar os arranjos territoriais, e se o mesmo atua sempre em prol das necessidades da coletividade. Por último, conscientes da abrangência de análises que o desenho proporciona, poderíamos indagar sobre a capacidade diferente de apropriação do solo urbano e a expressão dos conflitos observados na paisagem da cidade.

Embora reconheçamos que apenas a análise dos desenhos não garante o entendimento e a apropriação plena dos conceitos trabalhados, não podemos deixar de salientar que o método de abordagem do estudo supera demasiadamente os níveis de fragmentação das análises geográficas, ainda muito presentes no ensino, quando tomamos a paisagem natural ou construída como unidade de análise.

Nesse sentido, ao pontuar as problemáticas expostas nos desenhos, sempre fazíamos referências à compreensão de aspectos ligados à fragmentação, às enchentes, ao patrimônio histórico da cidade de Ribeirão Preto, assim como à poluição, entre outros. À medida que as correlações eram feitas, percebíamos o nível de desconhecimento da cidade por aqueles indivíduos, não só dos inúmeros espaços públicos, por não fazerem uso deles, como também da área central que guarda, na sua paisagem, testemunhos arquitetônicos e marcas do processo

desencadeado por uma urbanização recente, caracterizada pelos investimentos do setor financeiro e viabilizada pelo setor imobiliário, reproduzindo o espaço urbano como mercadoria-consumível. (CARLOS, 2009).

Por isso, ao constatar que algumas necessidades primárias estavam superadas, e embora conscientes de que o trabalho em sala tivesse deixado lacunas, pudemos notar que havíamos criado novas necessidades e expectativas. Esse foi o motivo da implementação de novas ações educativas, entre elas, a trilha interpretativa, que será abordada no capítulo três.

O que pretendíamos nessa nova etapa, sustentada pelos conceitos trabalhados em sala de aula, era dar continuidade ao estudo da cidade na sua dimensão real, experiencial, buscando construir uma nova qualidade concernente às percepções. Essa qualidade se expressa justamente no seu caráter significativo, pois os significados são constituidores fundamentais da consciência dos indivíduos, segundo Leontiev (1978).

Ainda a esse respeito das novas necessidades, fazemos uso das teorizações de Vigotski, quando Facci (2009:103), ao referir-se à sua obra afirma que:

todo o conhecimento transmitido apropriado no processo de escolarização só faz sentido se levar a perceber as contradições históricas que geraram esse próprio conhecimento e mesmo sua vinculação com o contexto em que está inserido de forma a buscar a transformação não somente na vida, mas na prática social.

Assim, ao potencializar a inteligibilidade da cidade, por meio de novas ações no processo de ensino, vislumbramos o desenvolvimento dos indivíduos no sentido de colaborar, de fato, com a formação de futuros sujeitos sociais.

II CAPÍTULO – CONSIDERAÇÕES PARA O TRAÇADO DA TRILHA INTERPRETATIVA DO QUADRILÁTERO CENTRAL DE RIBEIRÃO PRETO

O município de Ribeirão Preto localiza-se a Nordeste do Estado de São Paulo, a 313 km da capital. Com uma extensão territorial de 651,276 km² e uma população que, em 2010, somava 604.682 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 928,46 habitantes por km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2010).

Fig. 3 – Localização do Município de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo.



Com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$13,89 bilhões, IBGE (BRASIL, 2008), que coloca o município em primeiro lugar entre os outros vinte e quatro municípios que formam a Região Administrativa de Ribeirão Preto⁶, a cidade tem grande participação no comércio de serviços, representando 81,49% do valor total agregado, dos quais 18,29% na indústria e 0,21% na agropecuária, conforme levantamento no Sistema Estadual de Análise de Dados. (SEADE, 2008). Além de ser uma das poucas cidades do Brasil que tem mais de 500 mil habitantes e não tem atributo de capital, concentra grande volume de negócios, pela diversidade do seu comércio, e pela presença de redes regionais de educação, saúde e lazer, exercendo grande influência econômica na região.

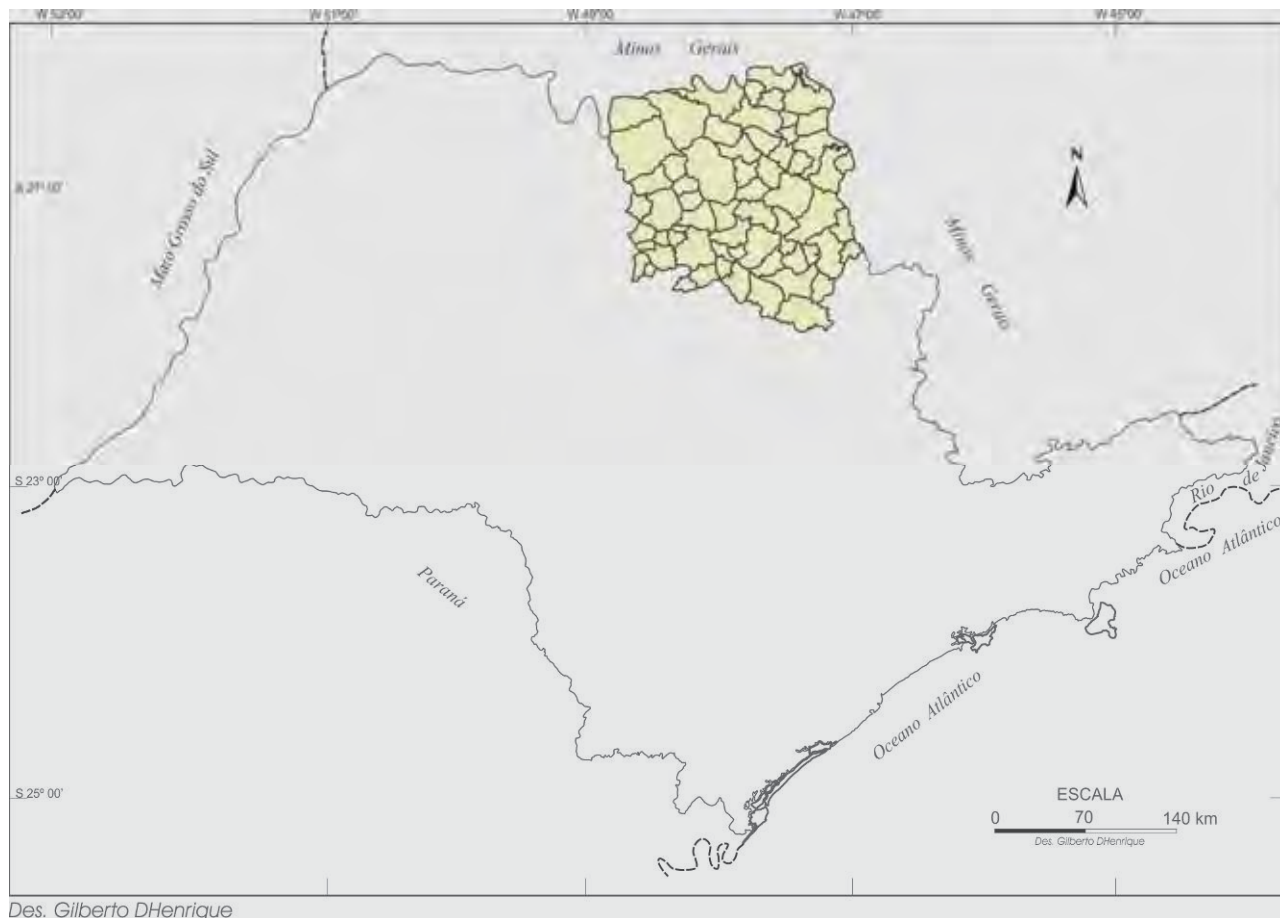
Na zona rural, marcada pelas estruturas do sistema agroindustrial sucroalcooleiro, o cultivo da cana-de-açúcar ocupa quase 37.000 hectares do território do município e sua população restringe-se a 1.713 habitantes, de acordo com IBGE. (BRASIL, 2010).

Em termos das mesorregiões socioeconômicas do Estado de São Paulo (fig.4), está localizada na Mesorregião de Ribeirão Preto, formada por 66 municípios, apresentando uma área de 27.532.230 km², e uma população de 2.387.542 habitantes, de acordo com o censo IBGE (BRASIL, 2010), com uma densidade demográfica de 84,4 hab./km². No contexto dos indicadores econômicos, apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 39.756.796.000,00, e um PIB *per capita* de R\$ 16.688,70, de acordo com o IBGE. (BRASIL, 2008).

Ao considerarmos a paisagem física relacionada aos aspectos geológicos em escala do continente sul-americano, o município localiza-se na bacia do rio Paraná, que se estruturou com o derramamento sucessivo de lavas basálticas, ocorrido há milhões de anos, um dos mais intensos do globo, em uma área superior a 1.000.000 de km². Essas camadas de basalto se intercalaram a rochas sedimentares, sustentando os ressaltos topográficos. (AB´SÁBER, 2003).

⁶ Os municípios da R.A de Ribeirão Preto são: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral. Seade (2009)

Fig. 4 - Localização da mesorregião de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo.

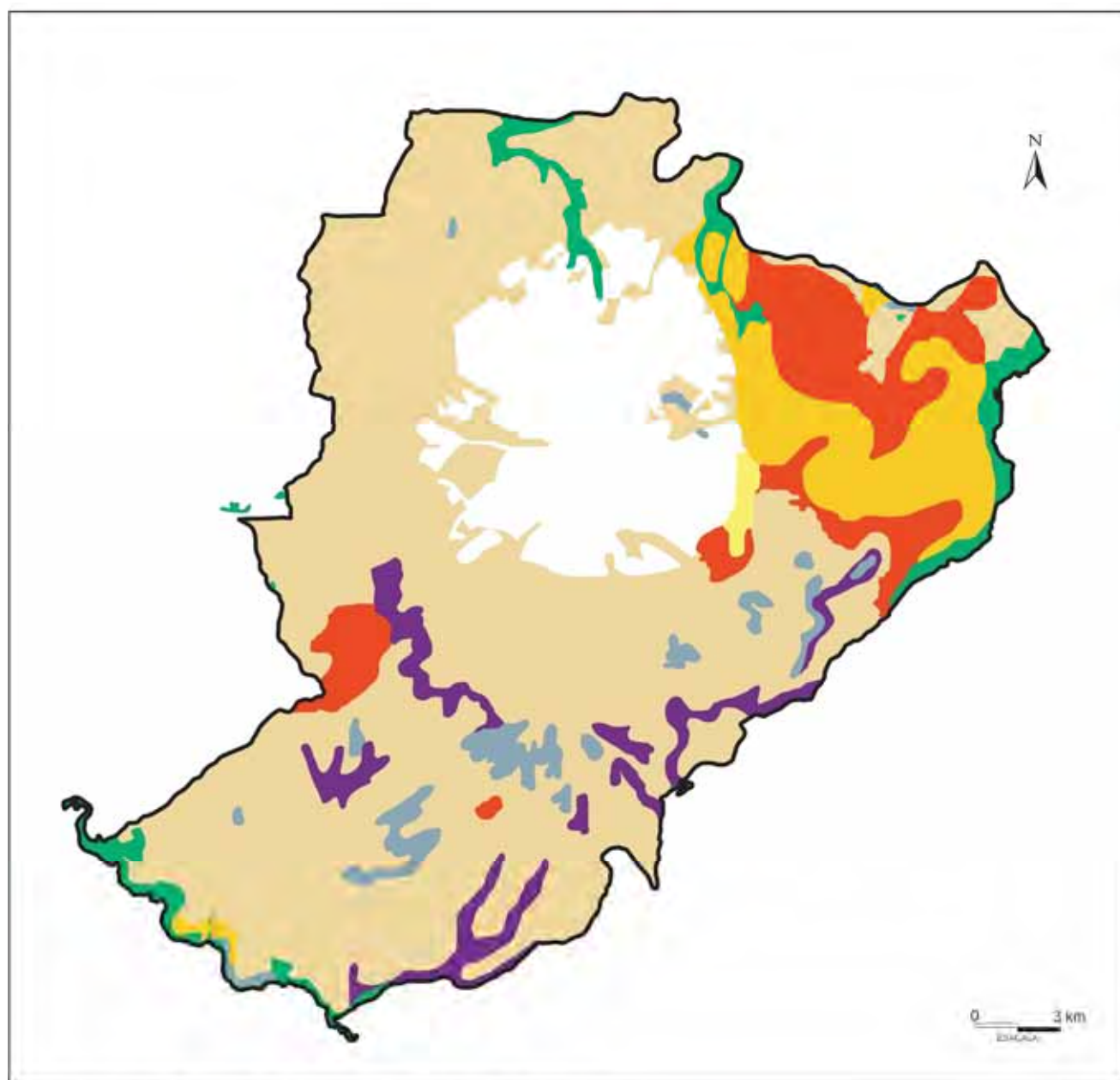


Fonte: IBGE (2008).

Com a ação dos agentes exógenos regidos pelas condições climáticas e pela dinâmica dos agentes endógenos, as rochas basálticas, provenientes do derramamento de lavas, deram origem ao solo terra roxa que se encontra na frente e no reverso da *cuesta*, caracterizada por uma forma de relevo sem simetria e formada, essencialmente, pela sucessão de camadas com variações nas resistências em relação ao desgaste. (GUERRA, 1972).

Nesse quadro, o basalto aflora, entre outras áreas pontuais do Estado, na maior extensão do sítio do município de Ribeirão Preto, originalmente recoberto pela Floresta Estacional Semidecídua. (Figs. 5 e 6).

Fig. 5 – Mapa do solo do município de Ribeirão Preto



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Ambiental.
Desenho: Tiago J. Borguezon

- | | |
|----------------------------|---------------------|
| Latossolo Roxo | Areia Quatzoza |
| Latossolo Vermelho Escuro | Solos Litólicos |
| Latossolo Vermelho Amarelo | Solos Hidromórficos |
| Terra Roxa Estruturada | Área Urbanizada |

Fig.6 – Vista panorâmica da Estação Ecológica Mata de Santa Tereza



Sob a responsabilidade do Instituto Florestal do Estado de São Paulo, a mata é um remanescente da Floresta Semidecídua. Com 154,16 hectares, encontra-se localizada na área urbana nos setores Sul e Oeste, para além do anel viário Sul, limite do perímetro urbano. É curioso observar que, por volta de 1900, o território do atual município conservava 42% da sua cobertura vegetal original. Fonte: PMRP (não datada)

Nas áreas onde não há predomínio do latossolo roxo, proveniente do basalto, encontramos os latossolos vermelho escuro e vermelho amarelo nas regiões Leste e Nordeste do município (fig. 5) que, segundo levantamentos disponíveis nos mapas da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, ocupam 25% do território. (ATLAS ESCOLAR HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E AMBIENTAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2008).

Oriundos do arenito Botucatu, na gênese desses solos, observa-se ainda a forte influência do clima desértico da Era Secundária. Esse fator, associado à ação de agentes como a chuva e os ventos, confere à rocha um tom avermelhado de fraca resistência, cuja fragilidade contribui para a formação de areias improdutivas marcadamente reconhecidas pela sua impermeabilidade a qual favorece a recarga do manancial subterrâneo⁷ (MONBEIG,1984), já que o município se encontra inteiramente na área de abrangência do Sistema Aquífero Guarani.

Por sua composição, diferentemente da Floresta Semidecídua predominante no basalto, essas áreas abrigavam o Cerrado Campo Limpo e Cerradão. Dados obtidos nos estudos de Kotchetkoff-Henriques; Joly e Bernacci, (2005) apontam que em 2005, os remanescentes de vegetação

⁷ A partir das informações contidas no mapa do solo de Ribeirão Preto, é possível observar que a área urbana se encontra nas zonas de recarga do Aquífero Guarani, cuja rocha porosa facilita a impermeabilização das águas oriundas da precipitação.

natural em Ribeirão Preto ocupavam 2.535,67ha, ou seja, 3,89% da área do município.

Nessa paisagem natural, caracterizada descritivamente pelos aspectos físicos, temos o município de Ribeirão Preto, localizado na província geomorfológica das *cuestas* basálticas, entre os rios Pardo e Mogi-Guaçu (ROSSINI; OLIVEIRA, 1999), cujas altitudes variam entre 510 m na margem do rio Pardo e cerca de 800 m a Oeste, na divisa com Cravinhos. (KOTCHETKOFF-HENRIQUES, JOLY, BERNACCI, 2005).

Em relação à bacia hidrográfica, Ribeirão Preto está situado na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (UGRHI 04), pela Lei no 9.034/94, de 27/12/1994, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (SÃO PAULO, 1994), abrangendo uma área de 7.249,18 km², conforme o Relatório Zero (IPT, 2000), e integrada por 23 municípios⁸. Compreende seis sub-bacias, ordenadas de Oeste para Leste e de Norte para Sul. (IPT, 2000).

É no território do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto, pertencente a uma paisagem mais complexa, que se encontra o nosso objeto de estudo. (Fig.7).

Desse modo, pretendemos abordar em nossa trajetória histórico-geográfica, a construção da paisagem do centro de Ribeirão Preto, dando ênfase ao território da antiga Igreja Matriz de São Sebastião, na Praça XV de Novembro até a Avenida Jerônimo Gonçalves, com destaque à Rua José Bonifácio, em razão das características socioeconômicas e culturais expressas na paisagem.

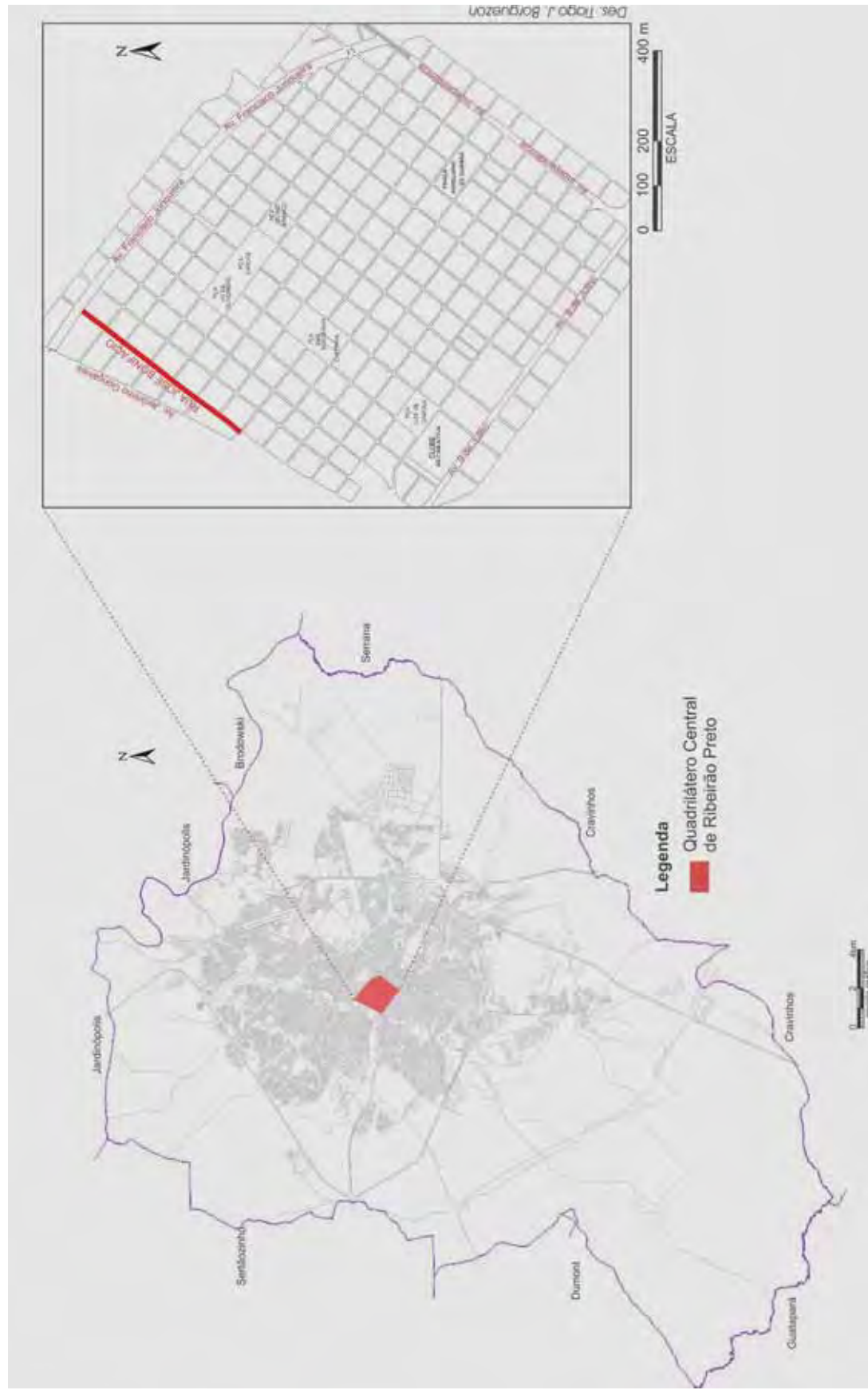
Cabe pontuar, no entanto, que não pretendemos abordar os aspectos do Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto apenas como paisagem resultante e condicionante do desenvolvimento e “progresso” da atividade cafeeira e sucroalcooleira que, segundo muitas abordagens, se instalaram nessa região, principalmente pelas garantias das características físico-naturais. Também sabemos que a análise da paisagem do Quadrilátero Central,

⁸ Altinópolis, Brodowski, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Divinolândia, Itobi, Jardinópolis, Mococa, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, São Simão, Serra Azul, Serrana, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul.

delimitado pelas avenidas Francisco Junqueira, Nove de Julho, Jerônimo Gonçalves e Independência, segundo a Divisão por Sub-Setor, criada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, não abarca todos os fatores responsáveis pela produção da cidade de Ribeirão Preto.

Apesar de apresentar-se se como um recorte intraurbano, julgamos que essa paisagem espelha, na sua constituição, elementos que nos permitem avaliar processos geográficos e históricos importantes ao longo da produção e expansão da cidade.

Fig. 7 – Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto



Fonte: PMRP, (2011).

Por conseguinte, em nossas análises, não seguiremos uma rígida linearidade cronológica, mas correlacionaremos os aspectos das paisagens atuais como processos e produtos dos fatores socioeconômicos mais relevantes na sua história em construção.

Para seguir a história de sua formação, destacamos que, no século XIX, o período em que os migrantes povoaram a região foi marcado pela decadência das minas de ouro, pelo esvaziamento das vilas e cidades formadas pela atividade mineradora mineira. Esse processo de adentramento pelos migrantes é considerado por Lages (1996:71), quando compartilha do conceito de *frentes de expansão*⁹ como: “o uso privado das terras devolutas em que essas não assumem a equivalência de mercadorias. Por isso, a figura central da frente de expansão é o posseiro”.

Foi justamente nesse território de natureza pouco alterada, onde se formaria posteriormente a cidade de Ribeirão Preto, se instalaram fazendas originadas pela posse de terras que os migrantes, ao derrubar e queimar porções de matas e cerrado desenvolveram seus plantios de roças. Aos poucos, conforme nos apresenta Silva (2008:80): “os ajuntamentos de ranchos nas encruzilhadas dos caminhos deram origem aos arraiais que, mais tarde, transformaram-se nas cidades da região, tais como Franca, Batatais, Ribeirão Preto e outras”.

Em Bacellar e Brioschi (1999), vimos que, na região, a influência mineira se manteve pela economia baseada nas roças de subsistência e na criação de gado, tudo isso traduzido na preservação dos vínculos com o sul de Minas Gerais, na consolidação e conservação dos traços culturais que se refletiam tanto na arquitetura quanto no modo de falar mineiro.

Observamos diante desse contexto que a ocupação das terras do atual município de Ribeirão Preto foi determinada por relações socioeconômicas e políticas de âmbito nacional e internacional, caracterizadas por um cenário econômico marcadamente agropecuário, cujos aspectos são intensificados posteriormente à economia mineradora, devido ao esgotamento das minas de

⁹ Cf. MARTINS, J. S. Frentes pioneiras: contribuição para uma caracterização sociológica. São Paulo: Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, n °5, 1972. p.105-112

ouro, conforme já citado. Também merece destaque, a partir de 1800, a implantação do café no Rio de Janeiro.

Decorrente das articulações da política imperial (1822-1889), as lavouras de café, desenvolvidas inicialmente no Vale do Paraíba, se expandiram pela Depressão Periférica, restringindo-se a essa região entre os anos de 1860 e 1880 e avançando mais intensamente entre 1880 a 1900, para a atual região de Ribeirão Preto e Jaú. (MONBEIG, 1984). Essa expansão, por sua vez, foi substituindo as roças de subsistência dos primeiros migrantes, cujo processo se fez acompanhar, segundo Silva (2008), de “violência explícita ou implícita”. A esse respeito, Bacellar (1999:110) aponta:

Ao pequeno lavrador, herdeiro de uma ou mais gerações, a implantação do café restava difícil. Muito chegaram a plantar pequenas lavouras de café, mantidas com a mão-de-obra familiar, mas com poucas chances de enfrentar a concorrência dos grandes cafeicultores. Mesmo quando dispunha de centenas de hectares de terras, a baixa capitalização do pequeno lavrador não lhe abria muitas perspectivas diante da nova lavoura. A derrubada das matas, para o aproveitamento das terras roxas, era operação lenta e custosa, requerendo a disponibilidade de considerável mão-de-obra. [...] A este pequeno produtor a pressão econômica e política pela sua expulsão era quase sempre inevitável.

À medida que se expandia territorialmente, a economia cafeeira definia novas relações produtivas que traduziam uma forma de ocupação marcada pelo uso das novas tecnologias desenvolvidas na II Revolução Industrial (1850-1870), viabilizando maior produção, a partir do uso de máquinas de beneficiamento, empréstimos de elevadas somas de capital inglês, associados ao poder político da oligarquia cafeeira e ao grande número de imigrantes que garantiam a expressiva produção. (MONBEIG, 1984).

Nota-se, portanto, que a ocupação da região não era determinada apenas pela fertilidade do latossolo roxo. Decorrentes de fatores que transcendem os benefícios de ordem natural, integrantes de famílias como a Almeida Prado (uma das primeiras a ocupar a região) exerciam grande influência nos órgãos públicos pertencentes ao Governo Imperial. Desse modo, houve a criação de uma classe de fazendeiros que dirigiam bancos e ferrovias,

assim como as administrações públicas e outras atividades que se realizariam com maior intensidade na cidade. (MONBEIG, 1984).

Nessa conjuntura que evidencia fatores de múltiplas ordens, buscamos apontar elementos que se contrapõem ao entendimento de muitos historiadores e memorialistas que registraram os aspectos históricos responsáveis pela existência da nossa cidade, assim como Cione (1994:39), observa: “A fundação de Ribeirão Preto foi imperativa e consequência das aspirações religiosas que se verificaram em meados do século passado [XIX]”.

Se fizermos uma análise para além das questões religiosas, observaremos que o que está implícito no processo de doação das terras não é apenas a necessidade de construção de uma capela, já que a outra existente localizava-se em São Simão, mas que essas doações legitimavam as terras empossadas e a sua valorização¹⁰, como é destacado por Lages (1996:211), quando afirma:

Acreditamos na profunda religiosidade dos primitivos povoadores da região de Ribeirão Preto, mas maximizar o imperativo religioso na formação do seu núcleo urbano nos leva a camuflar uma realidade estrutural subjacente àquele profundo sentimento espiritual: a necessidade de legitimar e regularizar a posse da terra. Assim, aqueles posseiros buscavam elevar-se à condição de cidadãos num contexto em que a propriedade da terra se mercantilizava cada vez mais, nos labores da economia cafeeira.

Nessa ocasião, a primeira doação ocorreu em 1852, segundo Miranda (1971), a qual, no entanto, não foi aceita pela Igreja, pois o patrimônio para a sua construção deveria equivaler a 120 mil reis. Diante disso, João Alves da Silva e a sua mulher, Ana Delfina Bezerra, doaram mais trinta alqueires e, ainda assim, a Igreja rejeitou as doações, pois, apesar de cumprirem a extensão exigida pelos eclesiásticos, não havia documentos que comprovassem a posse legal das terras doadas.

Por volta de março e abril de 1853, novamente foram doadas terras a São Sebastião, após outras tentativas que fracassaram. É evidente que esse

¹⁰ Nosso intuito aqui não é destacar e apresentar detalhadamente o processo legal e jurídico que envolveu as doações de terras sobre as quais, futuramente, se assentaria a cidade, mas trazer alguns apontamentos, a fim de despertar uma leitura mais crítica daquela que permaneceu por muito tempo nos estudos que abordavam a formação da cidade. Lages, (1996) faz uma descrição minuciosa desse processo de ocupação e dos trâmites acerca da legitimação das terras e das doações.

processo de legalização, junção e demarcação não ocorreu de forma harmoniosa como relatado em muitos documentos pesquisados. O problema foi levado ao jurídico para solucionar inúmeros conflitos, cujas alegações se pautavam em doações de terras alheias, falta de concordância dos envolvidos nas doações, entre outros motivos. Após negociações, o processo finalmente efetivou-se, em 1856, com a divisão da Fazenda Barra do Retiro que seria demarcado o patrimônio de São Sebastião.

Lages (1996:216), citando Cione (1992), apresenta a relação de doações cuja aprovação eclesiástica, que se configurava como marco jurídico, se desencadearia nas primeiras articulações para a formação da cidade.

Tabela 3. Doadores de terras para a constituição de Ribeirão Preto

Doadores	Fazenda	Extensão	Data
João Alves da Silva e Ana Delfina Bezerra	Retiro	30 alqueires	19.12.18 52
Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento	Retiro	2 alqueires	22.04.18 53
Inácio Bruno da Costa e Maria Izidora de Jesus	Retiro	Uma oitava de terras (9 alqueires)	19.04.18 53
José Borges da Costa e Maria Felizarda	Retiro	Uma oitava de terras (9 alqueires)	20.03.18 53
Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Theodora	Retiro	Duas partes de terras (12 alqueires)	16.03.18 53

Fonte: Lages, (1996).

No entanto, a comparação entre os levantamentos encontrados em Miranda (1971) e Lages (1996), não coincidem. Segundo Miranda (1971), as terras doadas somavam 64 alqueires. Essa diferença de dois alqueires é explicada pela inserção dos nomes de José Alves da Silva e dona Pucina Maria de Jesus como doadores, citação que não aparece nos levantamentos de Lages (1996).

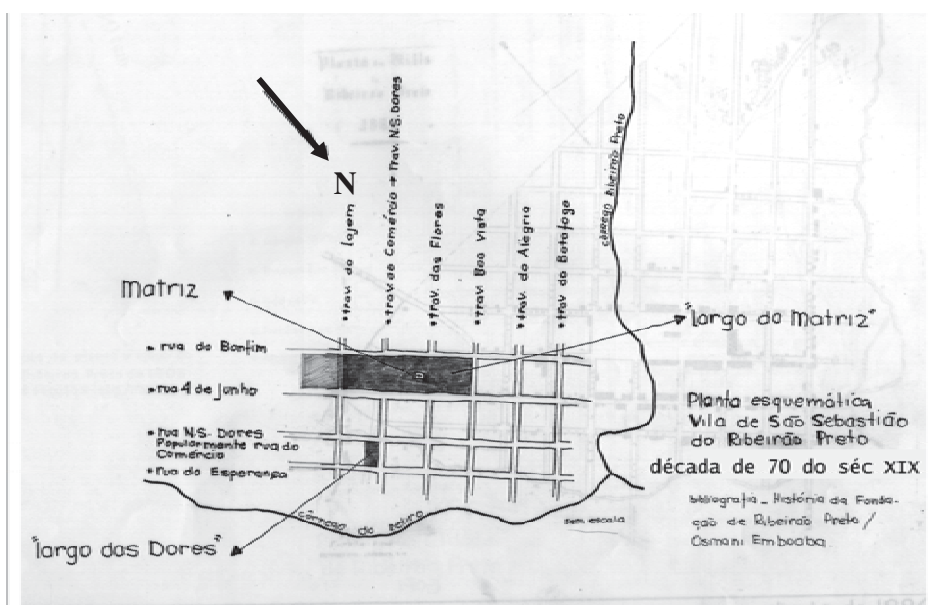
Consideradas as divergências, constatamos que, em 19 de junho de 1856, o magistrado despachou a aceitação da doação e a fundação do patrimônio. Foi, então, na principal bacia hidrográfica do município, a do ribeirão Preto, responsável atualmente pela drenagem de 53% da área total do município (ATLAS ESCOLAR HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E AMBIENTAL DE

RIBEIRÃO PRETO, 2008), o local onde a vila de Ribeirão Preto se consolidou (figs. 8 e 9) ou como é possível constatar na afirmação de Miranda (1971:44): [...] “aproveitaram os demarcadores do arruamento do povoado, para o traçado das ruas a posição dos mananciais de água, que correm formando um círculo de 95 graus mais ou menos antes de o afluente desaguar no Ribeirão Preto”.

Registramos ainda que, por volta de 1850, as cidades brasileiras encontravam-se agregadas ao campo, e foi justamente a partir do parcelamento do terreno que o uso e estrutura do solo urbano passam a ser alterados (MAIA, 2006). Ao comentar sobre os estudos das cidades brasileiras no período de 1870 e 1930, realizados por Abreu (2001), Maia (2006:158) ainda afirma que:

a consolidação dos processos capitalistas modernos nas cidades brasileiras se deu nesse período quando também se verifica a emergência de um mercado urbano de terras, inicialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde havia forte pressão dos imigrantes e depois nas áreas urbanas no território brasileiro.

Fig. 8 – Planta urbana da cidade de Ribeirão Preto (1874)



Primeira planta urbana construída por *Augusto Gremensen*. Em razão da sinuosidade do córrego, as primeiras construções localizavam-se mais afastadas das suas margens, ocupando terrenos onde atualmente se encontra a Rua Saldanha Marinho. Na vertical, mais próxima ao córrego ribeirão Preto, a atual Rua Saldanha Marinho (Trav. do Botafogo) é ocupada por edificações que antecedem a existência da Rua José Bonifácio, que surgiu posteriormente. Fonte: APHRP (1874)¹¹.

¹¹ Mapa histórico sem referência de escala.

Fig. 9 – Vista da confluência entre o córrego Retiro Saudoso e o ribeirão Preto.



Confluência do ribeirão Preto (1) com o Retiro Saudoso (2). Com as obras iniciadas em 2009, que visam “amenizar” as enchentes que comprometem a região, principalmente no verão, quando a atuação da massa Equatorial Continental e da Tropical Atlântica contribui com significativa umidade do ar e intensas precipitações. Foto: Débora L. Francisco, maio/2009.

A partir do ordenamento expresso na planta de 1874, podemos inferir que os aspectos naturais e o parcelamento de terras e venda de lotes, antes utilizados na agricultura, influenciaram, não somente o traçado das ruas que, segundo Maia (2006), surgiram antes dos lotes com a existência da propriedade privada e do mercado de terras, mas também na definição do terreno para a construção da Igreja Matriz, pois a topografia do fundo do vale do ribeirão não favorecia a posição de destaque e a visualização da Igreja, como é possível observar na figura 8.

Com a construção da capela de São Sebastião houve um direcionamento na ocupação e valorização do solo entre o ribeirão Preto e o córrego do Retiro. (Fig.8).

Fig. 10 – Vista aérea parcial do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto.



Vista aérea de parte do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto. À direita da foto, vê-se o córrego Retiro Saudoso (1) e no fundo do vale, o córrego ribeirão Preto (2). Destaque à fonte luminosa (3) localizada no centro da praça, local onde foi construída a Matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, em 25 de março de 1868. Fonte: (PMRP, não datada).

Por volta de 1883, com a implantação da linha férrea da Companhia Mogiana, definiam-se novas funções para a vila. Fundada em 1872, a Companhia de Estradas de Ferro Mogiana¹² iniciou-se em Campinas, seguiu até Mogi Guaçu, Casa Branca e Ribeirão Preto (MONBEIG, 1984). Esse novo meio de transporte, utilizado para potencializar a produção e os lucros do café, colocou o Estado do São Paulo como o maior exportador mundial do produto (BACELLAR, 1999), garantindo o escoamento da produção ao ligar as áreas do interior paulista ao Porto de Santos e, deste, ao continente europeu.

A instalação dos trilhos nas margens do córrego relaciona-se diretamente à existência da Rua José Bonifácio – rua paralela, mais próxima ao ribeirão Preto (fig. 11). Como pudemos visualizar na primeira planta da vila, de 1874 (fig.8), o traçado da rua não aparece. As considerações de Cione (1994:56), acerca de uma planta bastante semelhante à apresentada, datada

¹² Em 1872, através da Lei Provincial nº 18, de 21 de março, o Governo Imperial concedeu privilégio e garantias para construção de uma estrada de ferro, ligando Campinas a Mogi Mirim. No dia 1º de julho deste mesmo ano, realizou-se na Câmara Municipal de Campinas, a primeira reunião oficial para organização da Companhia Mogiana, contando com a presença dos principais fazendeiros da região, políticos e capitalistas. A Cia. Mogiana foi organizada pelo capital cafeeiro brasileiro e seus principais acionistas eram os próprios fazendeiros. O primeiro presidente da Cia. Mogiana foi o Dr. Antônio de Queiroz Telles, Barão, Visconde e depois Conde de Parnaíba, tendo exercido esse cargo de 1873 a 1886. Em 25 de abril de 1880, uma lei provincial concedeu à Cia. Mogiana o privilégio para a construção de uma estrada ligando Casa Branca a São Simão e Ribeirão Preto. Fonte: APHRP (2010)

Concomitantemente com a implantação dos trilhos e a expansão da monocultura cafeeira, foram criadas condições para a existência e complexificação da vila, dada a abrangência e o volume de capitais movimentados pela atividade e as demandas por novos serviços. Desenvolveu-se, paralelamente, o setor bancário em razão das necessidades de financiamentos e novos investimentos oriundos das negociações comerciais de caráter mundial. Segundo os levantamentos feitos por Flávio Saes, em 1891 já existia em Ribeirão Preto o Banco Construtor, em 1895 (figs.12 e 13) as casas bancárias Dumont e Cia., em 1901 o Banco de Ribeirão Preto e em 1902 o Banco Italiano de Ribeirão Preto e o Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto (BACELLAR,1999) que, conjuntamente, com outras atividades urbanas foi desencadeando uma ocupação mais intensa no Quadrilátero Central.

Fig. 12 – Antigo Banco Constructor.



Antigo Banco Constructor de *Diederichsen & Hibbeln*, localizado na esquina das ruas São Sebastião com José Bonifácio. Fonte: APHRP (1907).

Fig. 13 – Edificação do Antigo Banco Constructor.



Edificação do antigo o antigo Banco Construtor onde atualmente muitas pessoas se reúnem para a comercialização de produtos como relógios, canetas e isqueiros, entre outros. Foto: Débora L. Francisco, 2009.

Os investimentos realizados pelos proprietários dos meios de produção viabilizavam um novo padrão na produção agrícola e intensificação das atividades comerciais na vila que, mais tarde, em 1889, se transformou em cidade. Essas condicionantes incidiram na relação do homem com a natureza, além das alterações significativas nas relações da sociedade.

Segundo Faria (2003:123), “é nessa região central da cidade, delimitada inicialmente pelo Quadrilátero do Largo da Matriz e expandindo até o edifício definitivo da Estação Mogiana que o projeto de uma cidade moderna seria detalhadamente elaborado e efetivamente construído”.

Entretanto, se inicialmente houve esforços para que as ocupações urbanas se restringissem às margens dos córregos e, mais especificamente, ao Largo da Matriz, as conjunturas econômicas da época determinaram que a cidade extrapolasse os seus limites. Além de determinar o surgimento da rua José Bonifácio e de um comércio ativo implantado nela, a Estação Mogiana desencadeou a alta densidade demográfica na cidade, a conexão produtiva com outras áreas, o crescimento econômico, promovido pela interligação dos territórios destinados à produção, atraindo migrantes de todas as partes do

país e do exterior, sendo registrado, na região de Ribeirão Preto, um aumento populacional significativo, como ilustram os dados da tabela.

Tabela 4 - Alta Mogiana: População total 1874-1934

Município	1874	1886	1900	1920	1934
Ribeirão Preto	5520	11420	59 195	68838	81 565

Fonte: Bacellar e Brioschi (1999).

O aumento da população resultou das novas relações de produção capitalistas que exigiu grande número de trabalhadores, cuja mão de obra diferenciada era fundamental para o desempenho de tarefas, tais como: o desmatamento de florestas virgens, o preparo da terra, o plantio, os cuidados com a plantação e a colheita, a secagem, a seleção e o ensacamento do café, entre outras atividades (IANNI,1977). Como estratégia de atração de mão de obra, necessária para a lavoura cafeeira sob o regime de colonato, em 1887, na Zona Norte da vila, foi fundado o núcleo Senador Antonio Prado, (fig.14) um dos quatorze centros de colonização oficial promovido pelo Império. (MONBEIG, 1984).

Pode-se dizer que a primeira expansão urbana de Ribeirão Preto ocorreu em 1887, com a criação do núcleo, o qual, posteriormente, deu origem a dois, dos mais populosos bairros da cidade: Ipiranga e Campos Elíseos. (SILVA, 2004).

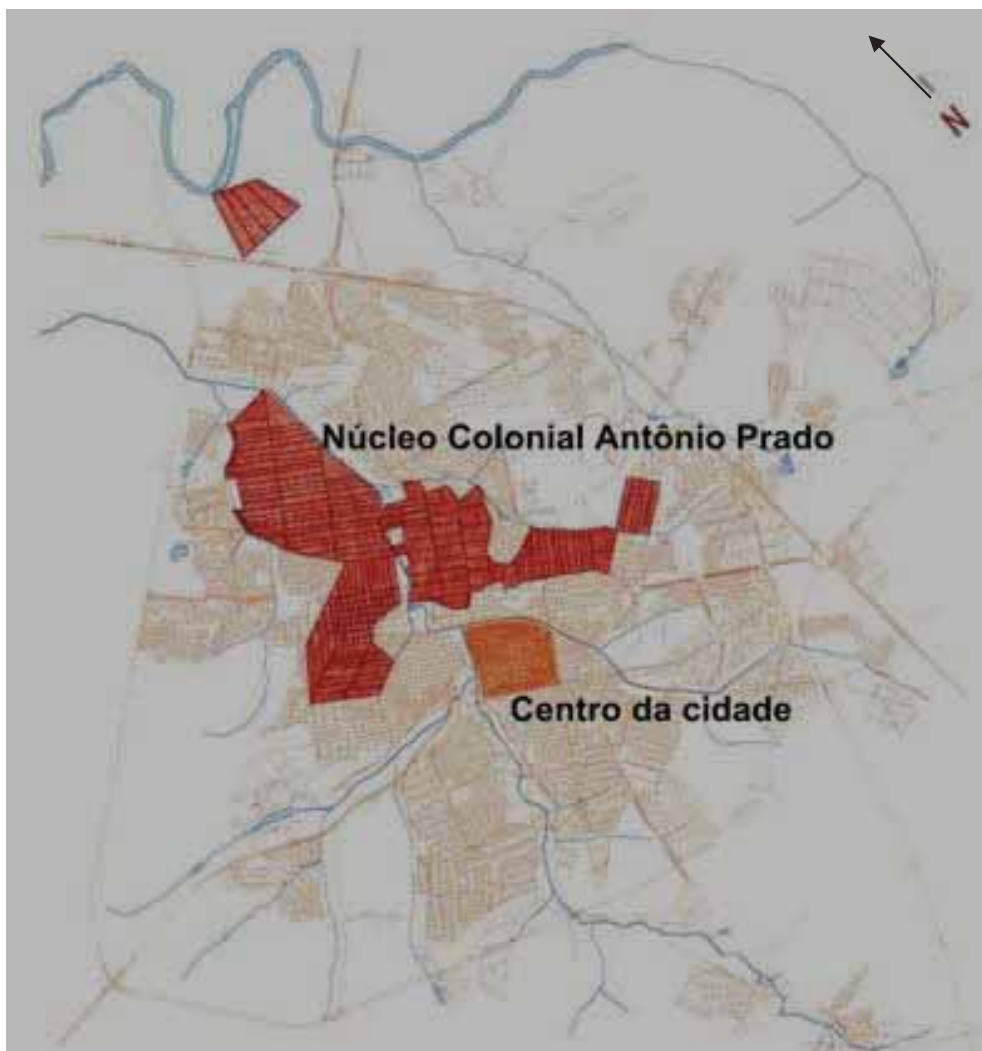
Desse modo, o que observamos é que, conforme os trilhos avançavam rumo a Oeste, a organização econômica do café envolvia colonos, migrantes, imigrantes, fazendeiros e todos os encadeamentos promovidos por essa economia capitalista criavam centros comerciais mais dinâmicos. Os reflexos locais se expressavam na modificação da vila definida pelos loteadores num processo de expansão horizontal, sendo marcada pela segmentação do espaço urbano, bem como pela implantação de um comércio dinâmico que se constituía, sobretudo, na Rua José Bonifácio, com a abertura da estação.

Sobre estes aspectos, Silva (1999:41) aponta que:

Esta proximidade da Rua José Bonifácio com a Estação da Mogiana fez com que a rua se transformasse e seus edifícios passassem a servir economicamente à Estação. Aqueles

prédios que serviram como empórios tiveram suas atividades fortalecidas, pois as mercadorias ficaram mais fáceis de ser conseguidas

Fig.14 – Núcleo Colonial Antônio Prado em 1887



Núcleo urbano principal de Ribeirão Preto e núcleo colonial Antônio Prado em 1887, sobrepostos à malha urbana atual. Observa-se o distanciamento do núcleo da “cidade entre rios” e o espelhamento de uma divisão territorial da vila já no seu processo de consolidação. Nota-se que ribeirão que definia a cidade, juntamente com o córrego Retiro Saudoso passava no meio núcleo. Fonte: APHRP (não datado).

Nesse ínterim, enquanto grande número de imigrantes se deslocava para as fazendas, outros investiam em atividades urbanas, principalmente as comerciais que foram decisivas na constituição do quadro comercial de Ribeirão Preto (fig.15), com destaque ao setor de comércio e prestação de serviços ligados aos pensionatos e hotelaria instalados na Rua José Bonifácio.

O relato histórico de Prattes (1971:144-145) demonstra-nos a presença marcante desse comércio ao discorrer:

Quando Ribeirão Preto ainda tinha o primitivo nome Entre Rios¹⁴, logo entrara [sic] numa fase de prosperidade e também surgiram os primeiros hotéis e restaurantes ainda no período imperial [...] Como fosse um comércio bastante lucrativo, em pouco tempo a cidade ficou lotada com a inauguração de outras casas do gênero, os seus proprietários davam preferências às atuais ruas General Osório e José Bonifácio, por serem ruas centrais [...] Mas o comércio ainda era ótimo para quem o explorasse, e a cidade fora dotada com mais restaurantes e hotéis dos seguintes proprietários: Hotel do Globo de Antônio Pires, à Rua José Bonifácio; Restaurante “A Lanterna de Gênova” do Sr. Bortoli Tito, próximo a Casa Beschizza; Hotel Paulistano do Sr. Valente Furtado, à rua José Bonifácio; Restaurante Italiano do Sr. Giacheto; Pensão Lusitana do Sr. Antônio Bastos, localizada à rua José Bonifácio, cujo sr. possuía o irrisório apelido de “José Bilontra”; Pensão Chinesa, localizada à rua José Bonifácio do José Fubá; Restaurante Italiano do Sr. Genaro Dino, à rua Duque de Caxias e muitos outros, além de outras pensões familiares localizadas noutras ruas.

Fig.15 – Vista parcial da Rua General Osório



Vista da Rua General Osório a partir da Avenida Jerônimo Gonçalves. Os investimentos no trecho Largo-Estação eram tão intensos que o vereador Vicente de Moraes Salles, no ano de 1884, fez pedido de concessão de 10 a 12 palmos do centro para a instalação de uma linha de bondes, conforme Faria (2003). Fonte: APHRP (1910).

¹⁴ Através da Lei Provincial nº 34, de 7 de abril de 1879, a Vila de Ribeirão Preto passou a ser denominada Entre Rios; após vários protestos dos moradores locais, em 30 de junho de 1881 foi restabelecida a antiga denominação de Ribeirão Preto.

Fig.16 – Rua General Osório – 2006



Rua General Osório antes do cruzamento com a Rua Saldanha Marinho. Nota-se, a manutenção do comércio. No segundo plano, é possível observar a topografia do terreno e o fundo do vale do córrego Ribeirão Preto. Foto: Débora L. Francisco, 2006.

Mas não eram somente as atividades comerciais que compunham o cenário urbano. Os fazendeiros do século XX, homens de negócio associados às empresas agrícolas, se diferenciavam daqueles das fazendas localizadas no Vale Médio do Paraíba, onde permaneciam na propriedade para fiscalizar toda a produção e o trabalho dos escravos. (MONBEIG, 1984). Esses empreendedores não expandiam suas terras apenas no campo, ao incorporar pequenos sítios e fazendas, convertendo-os em cafezais, como também passaram a investir na produção da cidade, inclusive em estruturas urbanísticas, tais como serviços de transporte urbano, usinas de eletricidade, serviços telefônicos, telegráficos (BACELLAR, 1999) criando um território suficientemente representativo dessa classe. Aos poucos, a casa do campo passava a ser o local de férias.

Dessa maneira, a cidade assumia novos conteúdos sociais e econômicos, conforme a burguesia aplicava parte do seu capital em melhoramentos pontuais e ao exigir do Estado Imperial investimentos infraestruturais urbanísticos. Por volta 1897, tanto os investimentos públicos como os privados se concentrariam no eixo Largo-Estação. (FARIA, 2003). Ao direcionar os investimentos e atuar na normatização jurídica do território, o Estado subdividia-o, elegendo-o, recortando-o, revelando com a sua prática a

viabilização da cidade da *Belle Époque*, (1871-1914) como comprova Ghilard e Duarte (2006:101) ao postularem:

As classes sociais em ascensão estabeleciam-se na cidade (núcleo urbano original), onde a salubridade e o conforto resultavam dos melhoramentos urbanos, à medida que foram negligenciadas nas áreas periféricas. [...] Somente na década de 20 [do século XX] é que os lotes rurais efetivamente receberam melhoramentos, como galerias de águas pluviais e esgotos, guias e calçamento [...]

A construção do Teatro Carlos Gomes em 1895 (fig.17), os cuidados com o jardim do Largo da Matriz e as obras de retificação do ribeirão que buscavam equacionar os problemas de salubridade, em 1910, consolidavam a realização dos investimentos desiguais e o embelezamento da cidade entre os córregos, embora consideremos, de acordo com Cione (1994), que o teatro tenha sido financiado por Francisco Schmidt.

Fig. 17 – Teatro Carlos Gomes



Vista lateral (Rua Duque de Caxias) do Teatro Carlos Gomes, demolido em 1944 e localizado onde, atualmente, se encontra a Praça Carlos Gomes. Fonte: (APHRP, 1935).

Assim, o Largo da Matriz passou a ser visto como símbolo do progresso urbano, produto das aspirações da modernidade e das necessidades de entretenimento dessa oligarquia, que, desde 1850, com a existência de navios a vapor que ligavam o Rio de Janeiro a Londres, europeizava e padronizava os gostos da burguesia traduzidos pela *Belle Époque*.

A inauguração do Carlos Gomes, em 16 de Novembro de 1897, e a alteração da função da paisagem da Matriz fizeram crescer tanto o valor de

mercado do solo urbano, quanto atribuíram aos seus arredores um valor de ordem cultural, condicionando, mais tarde, a construção de palacetes e residências, definindo uma nova paisagem. Ainda sobre as modificações que iriam ocorrer nas cidades no final do século XIX, Maia (2006:169) acrescenta:

Nesse momento já não são os edifícios religiosos que terão maior destaque, mas sim prédios públicos, como um teatro, uma escola, uma biblioteca, além dos passeios públicos [...] Por conseguinte, é preciso também sanear e embelezar nossas vias.

Desse modo, o Largo da Matriz deixava de cumprir a função de encontros de caráter religioso e legitimava o poder econômico e político da burguesia cafeeira, o que contribuiu, ainda, em 1904, para a demolição da Igreja, dada a modéstia do seu prédio. Posteriormente, em um ponto mais alto da cidade, na atual Praça da Bandeira, teve início a construção da Catedral Metropolitana e do Palácio Episcopal, concluídos na década seguinte (fig. 18).

Fig.18 – Praças XV de Novembro, Carlos Gomes e Praça das Bandeiras



Vista aérea das três Praças importantes do ponto de vista histórico do Quadrilátero Central. Praça das Bandeiras (1), Praça XV de Novembro, antigo Largo da Matriz (2) e Praça Carlos Gomes (3). Fonte: APHRP (1960).

Juntamente com o teatro, foram criados, por François Cassoulet, o Eldorado, e o Cassino Antarctica, este localizado na Rua Amador Bueno, cujos serviços oferecidos diversificavam a vida noturna da cidade. Tal como na construção da ferrovia, os capitais provenientes da agricultura capitalizada circulavam na cidade, assim como os investimentos realizados por imigrantes. Cione (1994:208), ao tratar da importância do empresário Cassoulet para a criação da vida noturna na cidade registra:

Para o Cassino Antarctica não bastava importar a champanha “*Viuve Clicquot*”. [...] Jogava-se milhares de contos de réis, ascendia-se charutos cubanos com notas de mil réis. Vivia-se a larga. Nos “shows” do velho cassino Antarctica passaram os melhores artistas do mundo: vinham estrelar diretamente em Ribeirão Preto, depois, para as cidades “menos importantes”.[...] A jogatina era livre e espetacular. Bancava-se a roleta, jogos de dados, cartas. A época era sensacionalmente promiscua: no Cassino misturavam-se grandes “coronéis”, políticos importantes, milionários, estrangeiros, pobres, boêmios, prostitutas de alto nível, amantes oficiais, gigolôs – enfim “o mundo” da época!

Nesse quadro, a agitada vida noturna sustentada por inúmeros negociantes, fazendeiros e viajantes, solidificava o comércio hoteleiro da Rua José Bonifácio. Ao desembarcar na Estação, essas pessoas, também atraídas pelos eventos promovidos pelo Carlos Gomes, procuravam os estabelecimentos comerciais e os serviços de hospedagem disponíveis naquela rua, assim como havia procura por jogo de cartas, roletas e bazar, praticados em muitos hotéis da José Bonifácio, onde se perdiam ou se ganhavam fortunas da noite para o dia. (SILVA, 1998).

Além do comércio hoteleiro (fig.19), no início do século XX, com a construção do Mercado Municipal, a Rua José Bonifácio passou a ser o local ideal para a realização do comércio (fig.20).

É importante observar que, com a inauguração do Mercado em 1910, outro fator veio reforçar o comércio da Rua José Bonifácio e da Avenida Jerônimo Gonçalves, como corredores varejistas – a inexistência de centros de comércio que atendessem às demandas de uma população cada vez mais crescente.

Fig.19 - Hotel Guapé



Ilustração do antigo Hotel Guapé, considerado o edifício de três pavimentos mais antigo da cidade, apresentando um padrão considerado luxuoso para a época do apogeu da cultura cafeeira. Teve grande representatividade em relação aos acontecimentos econômicos datados do período de 1900 e 1930. Fonte: Silva, (1998:139).

Fig. 20 - Mercado Municipal



Vista do primeiro Mercado Municipal, inaugurado em agosto de 1900 e destruído por um incêndio em 07 de outubro de 1942. Fonte: APHRP (não datada).

Fig. 21 - Comércio de produtos nos arredores da Estação



Rua São Sebastião, esquina com a Avenida Jerônimo Gonçalves. Barracas instaladas no local do Mercado Municipal depois do incêndio que destruiu o edifício em 1942. Nota-se, do lado direito, a existência de jardineiras que traziam sitiantes para comercializarem seus produtos. À direita, Avenida Jerônimo Gonçalves com as palmeiras e, ao fundo, pátio da Estação Mogiana.
Fonte: APHRP, (não datada).

Com isso, por volta de 1910, houve a necessidade da existência de um comércio que atendesse uma cidade que estava se expandindo para além dos córregos ribeirão Preto e Retiro Saudoso, conforme visto em Silva (2004:7), quando afirma:

As edificações estavam concentradas nas ruas paralelas ao Largo da Matriz e ao longo da Rua General Osório, até a Estação da Mogiana. Nesse prolongamento, atividades de comércio e serviços surgiam em apoio à ferrovia, como hotéis, pensões, bares e restaurantes. Além disso, outros dois eixos haviam sido definidos externamente ao quadrilátero central, já em 1910, em função de novos bairros que surgiam [...].

Nesse contexto, o território entre o ribeirão e o retiro Saudoso se constituía da seguinte maneira: o Largo da antiga Matriz assumia a centralidade dos investimentos em entretenimento e saneamento realizados pela burguesia (FARIA, 2003), enquanto a José Bonifácio refletia, segundo Silva (1998:60), “o acúmulo de riquezas por parte das novas atividades urbanas que surgiram como fábricas, as panificadoras, as serrarias, e o próprio

comércio” além de constituir um “complexo significativo que, juntamente com a Estação da Mogiana, por onde pessoas ilustres chegavam, fizeram da margem do ribeirão um local de recepção e comemoração”. (GHILARD E DUARTE 2006:103).

Num panorama mais amplo, o Estado de São Paulo, beneficiado pela criação das estruturas territoriais viabilizadas pela economia cafeeira, adquiriu maior importância no processo de industrialização, desde a década de 20. Conforme demonstra Pires (1999:187), “o primeiro, [núcleo] e, de longe, o mais relevante, correspondia à atual Grande São Paulo, seguindo-se em ordem de importância, as regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto”.

Com a ampliação de serviços e as estruturas necessárias, temos, em 1911, a instalação da Companhia Cervejaria Antarctica e, em 1914, a Companhia Cervejaria Paulista (figs. 22, 23 e 24), facilitadas e condicionadas pela existência do córrego, pela proximidade da ferrovia e pelo crescimento significativo do mercado consumidor interno, já que as importações comprometidas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) não atendiam mais as demandas locais. Além dessas, outras indústrias se instalaram ao longo do ribeirão, extrapolando a cidade definida entre os córregos e inserindo, nesse processo, novas técnicas de produção no espaço urbano as quais exigiram melhoramentos no abastecimento de água e energia. (APHRP, 2000).

Fig. 22 - Cia. Cervejaria Antarctica



Vista da Avenida Jerônimo Gonçalves, onde podemos observar as obras da construção da fábrica da Cia. Antarctica Paulista, inaugurada em 11 de agosto de data
Fonte: APHRP (1911).

Fig. 23 – Companhia Cervejaria Antarctica



Cruzamento da Rua Mariana Junqueira com a Avenida Jerônimo Gonçalves. No fundo, à esquerda, localizado na Avenida Jerônimo Gonçalves, a edificação da antiga Cervejaria Antarctica, desativada em 2003. Foto: Débora L. Francisco, Outubro, 2006.

Carlos (2009: 294-295), ao apontar elementos que revelam a produção do espaço urbano, trata de dois momentos de acumulação que se interpenetram. No primeiro momento:

[...] a cidade se produz como condição para a realização do ciclo do capital como possibilidade de realização dos momentos envolvidos e necessários da produção, circulação, distribuição e troca, o que exige a criação de lugares definidos com características próprias a esse movimento de acumulação.

[...] aqui os lugares da cidade aparecem enquanto lugares de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro.

De fato, a indústria em Ribeirão Preto não só encontrou condicionantes estruturais para sua realização dos lucros, como também atraiu operários, o que exigiu a abertura de novos loteamentos residenciais, dinamizando a atuação dos agentes responsáveis pela criação da cidade, tais como proprietários fundiários, agentes imobiliários, entre outros, para atenderem às demandas por moradia, registrando-se um processo de expansão e ocupação urbana de outras áreas, como o atual bairro Vila Tibério.

Maia (2006:161) ao citar Kowarick (1988) afirma:

[...] enquanto as associações entre as grandes empresas e o Poder Público garantiam às primeiras as condições de infraestrutura e serviços necessários à rápida rotação de capital e sua posterior valorização, a força de trabalho assistia a um processo de deteriorização dos padrões urbanos de vida.

Esses aspectos repercutem exatamente em investimentos em infraestruturas locais iniciadas em 1910, quando foram construídas, no córrego ribeirão Preto, mais de vinte pontes (GHILARD e DUARTE, 2006). Visando atender às demandas da produção industrial, as pontes conectavam parcelas distintas da cidade, pois as classes operárias se deslocavam para bairros ainda em construção, como no caso da Vila Virgínia e, mais tarde, para o loteamento de chácaras e sítios pertencentes ao Núcleo Colonial Antonio Prado (SILVA, 2004), o que vem demonstrar a aplicação de investimentos do poder público, refletindo, portanto, na produção de uma cidade desigual para cidadãos desiguais.

Fig. 24 - Presença da indústria na Rua José Bonifácio.



Destaque à indústria Antarctica que vem se instalar próxima aos aglomerados, meios de transportes e mão de obra disponível. Foto: Débora L. Francisco, 1999.

Em 1927, o ribeirão foi canalizado com pedras ao longo da Avenida Jerônimo Gonçalves até a confluência do córrego Retiro Saudoso que, junto

com os balaustres e as palmeiras, se tornou a marca registrada da cidade (GHILARD; DUARTE, 2006) (fig. 25). No entanto, mesmo com as obras de embelezamento, problemas de ordem estrutural convergiam para o fundo do vale do ribeirão Preto.

Fig. 25 – Avenida Jerônimo Gonçalves, 1927



Avenida Jerônimo Gonçalves e Praça Francisco Schmidt, em 1927. Com a introdução da indústria e do automóvel, houve necessidade de abertura de novas e mais dilatadas vias que articulassem a cidade aos espaços econômicos, 1927. Fonte: Revista Retratos da Terra, (1992:14).

Com a expansão da cidade ao longo da bacia do ribeirão Preto¹⁵, iniciou-se uma alteração significativa no sistema de drenagem. Freitas (2006) aponta vários fatores que implicam o acúmulo rápido da água no fundo dos vales, tais como: a retirada da cobertura vegetal, a abertura das ruas e lotes, provocando cortes e aterros nos terrenos, pavimentação das ruas, entre outros fatores que demarcaram o tipo de ocupação da bacia do ribeirão Preto, principalmente no Quadrilátero Central, contribuindo para a alteração na drenagem local. Desse modo, em março de 1927, houve a primeira grande enchente, atingindo quase toda a extensão da Jerônimo Gonçalves e da José Bonifácio.

O problema, entretanto, acentuou-se ao longo dos anos, à medida que os percentuais de urbanização se tornaram mais elevados (figs. 26, 27 e 28).

¹⁵ A área urbana de Ribeirão Preto assenta-se sobre três bacias hidrográficas: a do ribeirão Preto, do córrego das Palmeiras e do córrego do Esgoto. O córrego Retiro Saudoso é um afluente da margem direita do ribeirão e sua sub-bacia, assim como dos córregos Limeira, Serrana, Laureano, Tanquinho, Campos e Serraria compõem a bacia do ribeirão Preto.

Sendo assim, mesmo com as obras antienchentes em andamento, no dia 31/12/2010 houve alagamento na Avenida Jerônimo Gonçalves, na Caramuru entre outros dez pontos da cidade (ANEXO 1).

Fig. 26 – Vista parcial da Rua General Osório, ano de 1927.



Vista da General Osório no cruzamento com a Rua Jerônimo Gonçalves, durante a enchente ocorrida em março de 1927. Ao fundo, observamos o prédio da Estação Mogiana. Fonte: APHRP (1927).

Fig. 27 – Comerciantes da Rua São Sebastião, após enchente, em 2002.



Comerciantes da Rua São Sebastião, próxima à esquina da Avenida Jerônimo Gonçalves. Observam-se os comerciantes, tentando recuperar os seus produtos, após a enchente. Foto: Heleno Ferreira dos Santos, março/2002.

Fig. 28 - Imediações da Rua Américo Brasiliense atingidas pela enchente em 2002.



À esquerda, o Centro Popular de Compras (CPC), e, à direita, ao fundo, o Mercado Municipal. Foto: Heleno Ferreira dos Santos, março/ 2002.

No interior dessas relações que determinam a cidade e, como dissemos, mais especificamente, o Quadrilátero Central, por volta de 1930, a Cia. Paulista, como precursora nos investimentos imobiliários que injetaram grande volume de capital nas finanças locais, em meio à crise econômica, iniciada em 1929, passou a integrar o capital industrial ao imobiliário, acentuando, ainda mais, a valorização do solo pelas grandes obras realizadas na Praça XV de Novembro (fig.29), como constatamos através do relato de Cione (1992:482):

A cervejaria paulista inaugurada no dia 18 de Abril de 1914, companhia fundada pelos senhores Meira Junior, Antonio Pagano, José Rossi, começou a ter lucros no começo da década de 20 e a diretoria da Cervejaria, com o seu presidente Meira Junior à frente, resolveu aplicar os referidos lucros na própria cidade de Ribeirão Preto, que tanto amavam. O Sr. Adalberto de Oliveira Roxo havia comprado realmente os imóveis na área central da cidade, mas mandou construir o hotel unicamente localizado nas esquinas da Álvares Cabral com a Duque de Caxias. Os terrenos da Álvares Cabral e da General Osório foram adquiridos pela Cervejaria Paulista com a finalidade de construir um Teatro e um prédio para escritórios[...] e muito antes da crise financeira de fins de 1929 – o Sr Adalberto de Oliveira Roxo, homem culto e amigo de Meira Junior já haviam vendido o prédio do hotel para a

Cervejaria Paulista e que, no final das construções foi remodelado para não destoar do conjunto arquitetônico. (Grifo nosso)

Fig. 29- Vista frontal do Quarteirão Paulista



No centro da foto o Teatro Pedro II, incendiado em 14/07/1980. À direita, o Palace Hotel e, à esquerda, as Salas Meira Junior. Fonte: APHRP (1930).

Enquanto a crise econômica de 1929 condicionava grandes mudanças na produção agrícola, desencadeando a superprodução, a queima de milhares de sacas de café e a erradicação de cafezais inteiros – embora o café não tivesse desaparecido bruscamente, convivendo com a diversificação de outras culturas como o algodão e a cana-de-açúcar, (SILVA, 2008), no Largo da Matriz – esses efeitos não eram tão visíveis assim.

Assim, em meio à crise da cafeicultura, foi inaugurado o Teatro Pedro II na atual Rua Álvares Cabral. Para Silva (2004:6), a sua existência “provocou a demolição do antigo Teatro Carlos Gomes em 1944 – evidenciando uma resistência da elite ribeirãoopretana em permanecer em uma *Belle Époque*, já ultrapassada desde a Primeira Guerra Mundial”. (figs.30,31 e 32).

Se o período marcado pela economia cafeeira se articulava à produção de uma cidade, esta, com a crise, se constituiria por novas relações de produção marcada pela intensificação das atividades industriais e pelo atrelamento entre as atividades industriais e agrícolas, alterando significativamente as paisagens.

Fig. 30 - Sociedade Recreativa e Palacete *Paschoal Innechi*



Cruzamento das ruas Duque de Caxias com a Rua Barão do Amazonas. À esquerda Palacete *Innechi*, pertencente ao dono de inúmeras fábricas de móveis e alimentos a base de massas, localizada na José Bonifácio, construído em 1929. À direita, sede social da Sociedade Recreativa. Reflexos dos investimentos imobiliários na cidade e, ao mesmo tempo, expressão das mudanças no uso do espaço público em detrimento dos encontros mais privados da elite ribeirãopretana. Fonte: APHRP (1930).

Fig. 31– Vista do prédio da Antiga Sociedade Recreativa



Vista do prédio da antiga Sociedade Recreativa, inaugurada em 1908. Atualmente, abriga o Museu de Arte Moderna de Ribeirão Preto, inaugurado em 22 de dezembro de 1992. Fotografia feita a partir da Praça Carlos Gomes com a Rua Barão do Amazonas. Foto: Débora L. Francisco, Outubro, 2006.

Fig. 32 – Antiga Residência do Cel. Quito Junqueira e Sinhá Junqueira.



Construída na Rua Duque de Caxias nº 547 em frente à Praça da Antiga Matriz de São Sebastião. Doadada pela família, ali funciona, atualmente, a Biblioteca Municipal Altino Arantes. Foto: Débora L. Francisco, Outubro, 2006.

Nesse período, Ribeirão Preto já apresentava um quadro comercial bastante consolidado e começava a se articular a uma rede urbana que se ia hierarquizando, à medida que investimentos em atividades comerciais, industriais e financeiras tornavam complexa a economia e, com isso, a sua relação com outras cidades.

No âmbito nacional, o processo de urbanização começava a se intensificar pelo alargamento da produção industrial, sob o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, de Juscelino Kubitschek. Tivemos, então, a instalação de inúmeras indústrias de beneficiamento de algodão, entre elas a S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), fundada em 1936, primeiramente na Rua José Bonifácio e, posteriormente, no Barracão, atual Campos Elíseos. (APHRP, s/d), entre outras indústrias.

Tabela 5 - Principais indústrias em Ribeirão Preto.

Nome da empresa	Produtos	Ano de fundação	Nº de operários
Cia. Antarctica Paulista	Cerveja	1911	265
Cia. Cervejaria Paulista	Cerveja e gasosa	1914	184
S.A. Ind. Reunidas F. Matarazzo	Beneficiamento de algodão	1936	17
S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais	Óleo Refinado e Sabão	1938	309
Anderson Clayton e Cia. Ltda.	Beneficiamento de Algodão	1939	4
Sociedade Agrícola Fazenda Luís Pinto	Alcool	1940	19
Ed. Luis Magri & Cia. Ltda	Beneficiamento de Algodão	1940	7
Edison Leite de Moais	Beneficiamento de Algodão	1940	48
Algodoeira Meirelles Ltda.	Beneficiamento de Algodão	1941	20
Refinaria Ipiranga Ltda.	Açúcar Refinado	1942	-----
Uchôa Carneiro e Cia Ltda.	Beneficiamento de Algodão	1944	-----

Fonte: Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (1945) apud Pires (1999)

A partir das informações evidenciadas na tabela, observamos que grande parte das indústrias existentes entre os anos 1930 e 1945 relacionava-se diretamente ao processamento de algodão e cana-de-açúcar, culturas que vinham, ao poucos, substituindo as plantações de café e articulando a agricultura à indústria.

Em meio aos avanços técnicos e científicos aplicados na produção agrícola, houve a substituição gradativa do café pela cana-de-açúcar, o antigo colono foi se transformando em trabalhador temporário e passou a viver na cidade. (SILVA, 2008).

Segundo dados do Censo Demográfico de 1960, apresentado por Pires (1999), em 1934 o município contava com 81.565 habitantes (fig.33). Esses trabalhadores buscavam, na cidade, condições de reprodução da vida cotidiana e, nesse contexto, a Rua José Bonifácio passou a ter outras funções.

Com o declínio da atividade hoteleira, em razão das baixas frequências de hóspedes, já que a cidade não mais recebia em quantidade significativa os caixeiros-viajantes, as personalidades e os negociantes que atuavam no período áureo do café, muitos proprietários de hotéis, pensões e hospedarias

“acolhiam” esses migrantes e imigrantes. Hospedavam famílias empobrecidas sem lugar para morar, ao alugar o maior número de espaços que constituíam os prédios, abrigando, muitas vezes, em um único quarto, mais de uma família. (SILVA, 1998).

Fig. 33 – Mapa da cidade de Ribeirão Preto, 1935



Planta da cidade anterior à aprovação dos loteamentos em 1950. Destaque para a expansão da Vila Paulista e Higienópolis áreas mais nobres frente aos outros bairros operários, exceto o centro. Fonte: APHRP (1935)¹⁶.

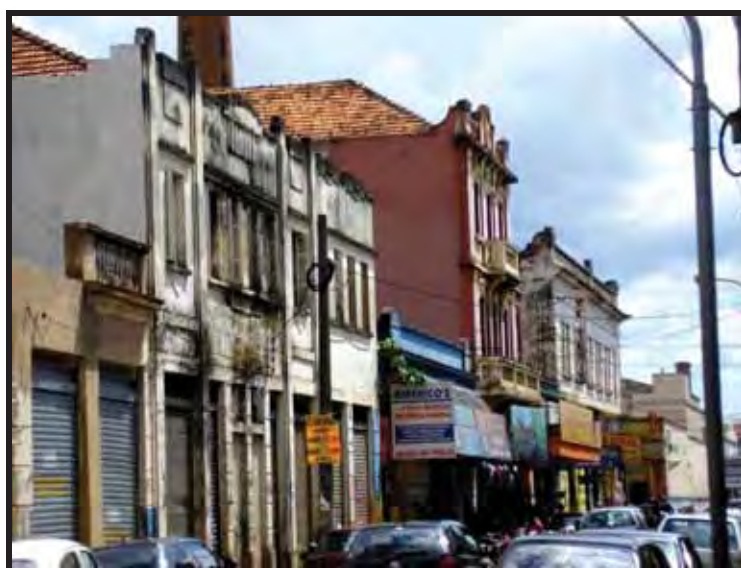
Nessa conjuntura, constatamos que os problemas na cidade não são tão recentes, expressando-se em níveis e intensidades variadas, à medida que a cidade aparece como condição para a expansão das atividades econômicas e para o próprio desenvolvimento do capitalismo. À proporção que essas atividades transformam as relações produtivas e econômicas, essas passam a refletir nas alterações do trabalho, como nos salários pagos, comprometendo as dificuldades de garantia da vida. Gonçalves (1984:64) caracteriza problemas

¹⁶ Mapa histórico sem referência visível de escala.

urbanos como “conjunto de dificuldades encontradas pelo habitante da cidade para conseguir reproduzir a sua existência e a de sua família”, conceituação que nos permite inferir que a falta de moradia¹⁷ se caracteriza como um problema antigo na cidade, uma vez que a “crise habitacional está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos moradores”. (RODRIGUES, 1990:12).

Assim, do ponto de vista da arquitetura original, os edifícios passaram a deteriorar à medida que a falta de recursos financeiros, provenientes do “não pagamento dos aluguéis, resultou na falta de manutenção dos prédios, o que transformou aqueles antigos edifícios de luxo em verdadeiros cortiços verticais”. (SILVA, 1998:130). Por outro lado, a rua e os seus arredores perdiam o status garantido nos períodos áureos do café, quando a elite começava a definir seu “lugar” a Sudeste, nas proximidades da Avenida Nove de Julho. (SILVA, 2004).

Fig.34 – Vista parcial da Rua José Bonifácio



Com a crise, antigos salões que serviam de recepção dos hotéis eram utilizados para o comércio. Ainda hoje, muitos prédios cumprem dupla função: hotel na parte superior e comércio, na inferior, como observa-se na Rua José Bonifácio e da Jerônimo Gonçalves. Foto: Débora L. Francisco, Outubro/2006.

¹⁷ Se no momento anterior de produção do espaço urbano as condições de realização dos lucros estavam ligadas à criação de estruturas territoriais e a ação dos agentes produtores da cidade como já foi citado anteriormente, atualmente, com a aplicação do capital financeiro na produção da cidade, o déficit habitacional torna-se condicionante para a realização dos lucros dos capitais, ao garantir a sua liquidez por meio dos aluguéis.

Para se ter ideia do novo ritmo e da nova função impressa na rua, com a implantação das indústrias, as alterações nas relações produtivas, sociais e paisagísticas, verificamos em Silva (1998:140) que:

O espaço da Rua José Bonifácio tornou-se altamente utilizado, aquele passeio tranquilo, de mãos dadas, que vimos nas fotografias de 1920, foram substituídos pela agitação da grande população, na maioria operários e suas famílias e pelo crescente número de fábricas que surgiram, substituindo os armazéns [...]

Na década de 1950, houve a aprovação de aproximadamente 121 loteamentos e mais 46 na década seguinte – principalmente voltados para a classe popular (SILVA: 2004) o que denota novas demandas por moradias, dinamizando a atuação dos proprietários fundiários e seu enriquecimento com a definição dos preços do solo urbano.

Com a expansão dos centros residenciais e comerciais, alguns desses migrantes que ocupavam a José Bonifácio se distanciavam dos moradores que adquiriam os novos produtos urbanos, nos setores criados na Zona Sul (fig. 35) e Leste, o que viria a separar, territorialmente, os grupos pertencentes aos diferentes segmentos sociais, embora o caráter de pensões e hospedarias ainda cumprisse a função habitacional junto às atividades comerciais ainda mais fortalecidas de todo o Quadrilátero Central.

Fig. 35 – Vista da Avenida Nove de Julho, 1956.



Trecho residencial da Avenida Nove de Julho, local de deslocamento de grande parte dos habitantes com maior poder aquisitivo, a partir da década de 1950. Fonte: Costa (1956).

Ao lado dessa realidade, no Largo da Matriz consolidava-se o segundo momento de crescimento das cidades marcado pelo processo de verticalização que se estenderia por todo Quadrilátero Central, como aponta Migliorini apud SILVA (2004:14): [...] “Na década de 1960, foram construídos outros vinte e seis, [edifícios verticais] saltando, para trinta e nove na década seguinte, com uso predominantemente residencial”. (fig. 18 e 36).

Fig. 36 – Vista da Rua Martinico Prado



Nome dado à continuação da Rua General Osório após o ribeirão Preto. Apontadas pelas setas, observa-se as construções verticais. Fonte: Miranda (1971).

Resultante do processo de industrialização do país viabilizado pelos investimentos do Estado em infraestruturas e nas políticas que viabilizaram facilidades dadas para as indústrias automobilísticas, em 1964 iniciou-se a retirada dos trilhos da Estação Mogiana, que foi demolida por volta de 1967, e transferida para Avenida Mogiana, (Zona Norte) sendo construída, em 1970, no mesmo local, a Estação Rodoviária, na Avenida Jerônimo Gonçalves. (APHRP, s/d).

Em meados da década de 1970, com a crise mundial do petróleo e a criação do Proálcool, houve grandes investimentos provenientes do Governo Federal e a região de Ribeirão Preto ampliou a produção canavieira. Como

reflexo dessas alterações, principalmente da modernização na base técnica que vinham sendo gestadas desde o pós-guerra, houve a implantação de grandes usinas produtoras de açúcar e álcool na região, tornando, atualmente, o Estado de São Paulo, segundo dados obtidos da União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA, 2011), o maior produtor de etanol, açúcar e bioeletricidade do Brasil.

Diante disso, é possível observar que a presença mais intensa da indústria no campo desencadearia, entre as décadas de 1960-80, o êxodo rural constatado nos dizeres de Silva (2008:84), quando afirma: “no período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista sendo que a região de Ribeirão Preto recebeu um contingente de aproximadamente 120. 000 migrantes que se transformaram em boias frias”. Esses trabalhadores, novos migrantes nordestinos, mineiros que desembarcavam na estação rodoviária vinham à procura de condições de sobrevivência dentro de um contexto socioeconômico que os colocava numa condição de maior precarização do trabalho, se comparado com as relações de trabalho estabelecidas com a cultura do café.

Há que se registrar que, no processo de expulsão do trabalhador do campo, ao deslocar-se para a cidade inserem-se num momento de produção da cidade onde a alteração no valor econômico do solo urbano se define, inclusive, pela necessidade por moradia. Aqueles trabalhadores que se instalaram na José Bonifácio passaram a constituir uma paisagem marcada pela decadência dos prédios, pelo empobrecimento dos trabalhadores, atribuindo novas funções às velhas arrumações, enquanto novos padrões técnicos e culturais de consumo e outras centralidades consolidavam-se na cidade.

As condições de deterioração da chamada baixada aos poucos ao longo dos processos históricos eram confirmadas, tanto é que, desde 1960, havia um projeto do urbanista Vicari, que fazia a proposição da retirada das linhas ferroviárias da Mogiana que seguem o ribeirão, devendo ser substituídas por área arborizada destinada a praças, residências e recintos culturais (GHILARD; DUARTE, 2006). Isso leva-nos inferir que, enquanto a baixada sofria um processo de deterioração física e social, consequências de um processo de urbanização difusa marcada pela criação de outras centralidades, precarização

do trabalho e a inacessibilidade do solo urbano, tentava-se, no plano dos investimentos pontuais, trazer para a paisagem elementos que amenizassem um processo que viriam determinar as condições responsáveis por sua degradação.

Enquanto a cidade recebia os migrantes que sustentavam as riquezas obtidas na monocultura da cana, nos anos 1970 houve o deslocamento do tecido urbano para as camadas sociais mais abastadas que se expandiam ainda mais para as direções Sul-Sudeste. Novos centros de consumo foram criados localizando-se mais pontualmente na Rua Barão do Amazonas e Nove de Julho e, mais tarde, na década de 1980, com a construção do Ribeirão *Shopping* (segundo do interior paulista) as atividades comerciais, cinemas e outros equipamentos de entretenimento (CALIL JÚNIOR apud MIRANDA, 2005) concentraram-se na Zona Sul, deslocando-os gradativamente do território compreendido pelas praças XV de Novembro e Carlos Gomes.

Vimos, então, que “devido às facilidades de acesso e de estacionamento para a população de melhor renda, esses grandes centros de consumo tomam o lugar das lojas do centro da cidade que passaram a atender a clientela de menor poder aquisitivo”. (ROSSINI, 1999:43).

Essa estratégia de localização dos equipamentos comerciais e de serviços, pertencentes a um novo padrão de consumo e de produção da cidade, valorizaram os empreendimentos na Zona Sul da cidade dando condições à atuação futura dos agentes imobiliários representados pelas construtoras e incorporadoras, entre outras¹⁸. A verticalização deslocada para a zona Sul nas proximidades da Avenida Portugal e Santa Cruz na década de 1980 (SILVA, 2004) revela em parte esse processo.

À medida que os novos centros comerciais traduziam um padrão que se constituía no processo de internacionalização da economia acompanhado do desenvolvimento tecnológico em que as práticas sociais, políticas e econômicas eram avaliadas segundo o grau de modernidade (ROSSINI, 1999), os comerciantes da Rua José Bonifácio tentavam adaptar-se essas novas imposições e, desse modo, passaram a encobrir as platibandas dos antigos prédios com grandes fachadas (fig. 37), adequando-se às demandas de estilos

¹⁸ Vide, atualmente, valorização dos apartamentos de alto padrão localizados na Avenida João Fiúsa próxima ao Ribeirão Shopping.

enquanto encobriam as condições de deterioração das edificações. (SILVA, 1998).

Fig. 37 – Aspectos das fachadas de lojas da Rua José Bonifácio



Rua José Bonifácio altura do nº 695: Na tentativa de adaptar-se ao novo, moderno estabelecido pelos novos padrões de comportamento, consumo e produção, muitos comerciantes instalaram enormes fachadas nos prédios a fim de encobrir o “velho”. Foto: Débora L. Francisco, 1999.

Mesmo com as imposições na Rua José Bonifácio, o comércio manteve-se ativo, de caráter ainda mais popular, sustentado pelo mercado consumidor de Ribeirão Preto e região, que foi potencializado e incrementado com a criação da rodoviária em 1970 (APHRP, s/d) e, posteriormente, com a implantação do Terminal de ônibus urbano Antonio Achê, em 1982, (fig.38) localizado ao lado do Mercado Municipal entre as ruas Jerônimo Gonçalves, José Bonifácio, Américo Brasiliense e Florêncio de Abreu, ao lado do Mercado Municipal.

Diante dessas transformações, lemos em Silva (1998:224):

A própria história do uso, mudanças e adaptações sofridas pelos prédios da rua, acarretaram uma característica marcante atual do local, a utilização diurna e noturna. A diurna incrementada por uma vida corrida e agitada, pela grande quantidade de pessoas que compram ou apenas passam pela rua, utilizando o Terminal Urbano e a Estação Rodoviária. A noturna, caracterizada pela prostituição, pela marginalidade [...].

Fig. 38 - Terminal de ônibus urbano Antônio Achê



A instalação do Terminal de Transporte Coletivo Antonio Achê intensificou o uso da rua e o aumento do comércio, entre eles, o do Mercado Municipal que foi incorporado nas compras diárias dos trabalhadores que, antes, dependiam de outro ônibus para chegar ao seu destino. Fonte: Trólebus brasileiro, (Não datada)

Essas redefinições no Quadrilátero Central incidiam nas alterações da rua e no redesenho da paisagem do Largo, historicamente marcada pela opulência do Quarteirão Paulista, constituído pelos edifícios Palace Hotel, pelo Teatro Pedro II e pelas salas Meira Júnior, todos localizados na rua Álvares Cabral. “Na década de 1980, em meio a uma conjuntura marcada por uma profunda crise econômica em todo o país, com crescentes índices de desemprego, [é] que se acentua o uso do centro da cidade de Ribeirão Preto pelos camelôs”. (MIRANDA, 2004:58).

Assim, a concentração dos camelôs no antigo Largo da Matriz, atuais praças Carlos Gomes e XV de Novembro, se fazia em meio a um comércio intenso de lojas de departamentos que ainda se mantém bastante ativa, a partir da instalação do terminal urbano de trólebus Carlos Gomes na Praça Carlos Gomes, em 1988 (fig. 39). Constituído historicamente pelo *glamour* da *Belle Époque* e, posteriormente, local eleito para a realização dos investimentos dos capitais industriais que marcaram a modernidade com a construção dos palacetes e do Teatro Pedro II, o antigo Largo da Matriz encontrava-se com atividades comerciais bastante diversificadas e voltadas para um segmento social cuja capacidade de compra era mais limitada.

Fig.39 – Vista do Antigo Terminal de ônibus urbano Carlos Gomes



Praça Carlos Gomes (1) localizada entre as ruas Visconde de Inhaúma (2), Barão do Amazonas, General Osório (3) e Duque de Caxias, local onde foi instalado o Terminal Urbano Carlos Gomes. Fonte: APHRP (não datada)

No início da década de 1990, pressionada pela Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP), a Prefeitura Municipal implantou o calçadão¹⁹ que intentava atrair para os arredores da Praça XV de Novembro, o consumo das classes mais altas, buscando retomar a posição de destaque do comércio local de outrora. (MIRANDA, 2005).

Com a expulsão dos trabalhadores informais das praças e o impedimento do trânsito de carros nessas quadras, surgiu a necessidade de novos estacionamentos próximos ao calçadão, fato que contribuiu para a adaptação de alguns prédios e a demolição de outros, criando vazios urbanos necessários para a implantação de estacionamentos (fig. 40 e 41), além da criação de um local que pudesse abrigar as atividades realizadas pelos trabalhadores informais (fig. 42) localizados nas proximidades do Terminal Carlos Gomes.

É evidente que essas novas ações de cunho político e econômico implementadas com a criação do calçadão, reproduziam um modelo de saneamento com reformas e a expulsão dos trabalhadores e os seus inúmeros

¹⁹ Foram fechados seis quarteirões impedindo a circulação de veículos. São eles: quatro quadras na rua General Osório, uma quadra na rua Álvares Cabral e uma quadra na rua Tibiriçá.

desdobramentos implicaram, sobretudo, em novas dinâmicas da Rua José Bonifácio e os seus arredores.

Fig.40 – Rua José Bonifácio no cruzamento com a Rua Duque de Caxias.



Vista do Hotel Guapé na Rua José Bonifácio que no período posterior à crise do café, abrigou inúmeros trabalhadores rurais que migraram para a cidade, transformando-se depois em “cortiço”, ou abrigando outras atividades, tais como a do vidente “Pai Jacinto Baiano”, como podemos observar através do letreiro pintado no 1º. andar. Foto: Débora L. Francisco, 1999.

Fig.41 – Rua José Bonifácio local do antigo Hotel Guapé



Local onde se localizava o antigo Hotel Guapé, demolido no final da década de 90, sem que houvesse qualquer intervenção do poder público, tornando-se mais um pequeno estacionamento na zona urbana. Foto: Débora L. Francisco, Outubro, 2006.

Com a inauguração do Centro Popular de Compras, (CPC) (fig. 42), no antigo Terminal Urbano “Antonio Achê”, localizado na José Bonifácio, o poder público pretendia confinar em um prédio os numerosos camelôs que transitavam, desde a Avenida Jerônimo Gonçalves até a Praça XV de Novembro. Essas ações ocorreram juntamente sob as pressões exercidas pela ACIRP com a revitalização do Quarteirão Paulista e a desativação do Terminal de ônibus urbano Carlos Gomes, em 2001. Mesmo com as tentativas de adaptação do comércio informal, muitos camelôs não conseguiram se inserir nesses espaços, e, ainda que sob forte pressão dos fiscais, atuam no calçadão, na Rua José Bonifácio e suas imediações até hoje. (MIRANDA, 2005).

Na Rua encontramos evidências das alterações do uso como espaço do encontro, do lazer, do comércio, na transição da dinâmica da rua que, sob o tempo do capital, altera as relações sociais impressas pelo ritmo das fábricas, pelas moradias insalubres, pelo corre-corre (fig. 43). Vimos, também, a construção, pelo Poder Público, de espaços privados para o consumo, interferindo na própria natureza das atividades da rua ao fortificar os centros de consumo e restringir a atuação de comerciantes e camelôs.

Fig. 42 - Vista frontal do Centro Popular de Compras



Centro Popular de Compras localizado na Rua José Bonifácio ao lado do Mercado Municipal, nas proximidades da Rodoviária, onde foram instalados alguns dos vendedores ambulantes que transitavam entre a Praça XV e a Rodoviária. Foto: Débora Lopes Francisco, julho 2011.

Fig. 43 - Parada de ônibus urbano na Rua José Bonifácio



Depois da desativação do Terminal Rodoviário, em 2000, foram criados vários pontos de paradas de ônibus nas imediações. Na Rua José Bonifácio, as pessoas não têm lugar para se sentar e se proteger do sol e da chuva. Vimos também a dificuldade de se transitar pelas calçadas. Foto: Elias Ibrahim, 2011.

Atualmente, em sua extensão, é possível verificar um comércio variado, ao observar a tabela 6 na página seguinte.

A partir das informações da tabela, é possível verificar a diversidade do comércio e, embora predominem substancialmente as atividades ligadas à venda de eletrônicos e peças para motocicletas, notamos as marcas das contradições de um tempo/espço em que a sociedade urbana assume um modelo quase unificante de vida e de consumo, marcados pela mundialização do capital financeiro na produção da cidade.

Na rua, instala-se um comércio de assistência técnica de eletrônicos e venda de móveis e roupas usadas, num período estimulado pelo consumo incessante, pelo descarte constante de produtos obsoletos, pelo comércio de produtos alimentícios tradicionais frente à proliferação das grandes redes de *fast-food*, reforçando as possibilidades de manutenção dos hábitos regionais.

Tabela 6. Caracterização da Ocupação da Rua José Bonifácio

Tipo de Ocupação	Quantidade
1. Subestação da CPFL	1
2. Sorveteria	1
3. Sibipiruna - Pontão de Cultura de Ribeirão Preto	1
4. Serviços automotivos	1
5. Relojoaria	1
6. Produtos de tapeçaria e armarinho	1
7. Loja de Extintores	1
8. Loja 1,99	1
9. Galeria de venda de produtos importados	1
10. Escritório	1
11. Depósito	1
12. Centro Popular de Compras	1
13. Centro de Moléstias e Doenças Infecciosas – DST/AIDS (fundos)	1
14. Casa de Prostituição	1
15. Brechó	1
16. Barbeiro	1
17. Auto Peças	1
18. Loja de Instrumentos Musicais	2
19. Loja de Bicicletas e Peças	2
20. Hotel	2
21. Artigos Esportivos	2
22. Móveis Novos e Usados	3
23. Gráfica	3
24. Loja de Calçados	5
25. Bar- Lanchonete	6
26. Estacionamento	7
27. Residências	8
28. Loja de confecção	9
29. Confecção	9
30. Prédios desocupados e vazios	18
31. Eletrônicos - Venda de peças e Assistência Técnica	20
32. Peças Novas e Usadas para Motocicletas	35

Fonte: Organizada por Débora Lopes Francisco a partir de visita técnica local, realizada no dia 14/05/2011.

Os baixos preços das pensões da rua e dos seus arredores e aluguéis de muitos prédios deteriorados oferecem o acesso a um conjunto de equipamentos urbanos, pouco comuns nos bairros populares. A falta de recursos financeiros de seus proprietários, o deslocamento, a centralização dos capitais financeiro e imobiliários, além da falta de investimentos da Prefeitura, acentuaram os problemas de ordem física e social na região. Por esses motivos, ainda hoje, muitos proprietários de hotéis da região, para não fecharem as portas, têm inserido no cotidiano comercial, atividades de prostituição, ao alugar alguns dos seus inúmeros quartos disponíveis²⁰.

A fim de amenizar os problemas físicos e conservar os testemunhos arquitetônicos da rua, em 2008 o Ministério Público de Ribeirão Preto, junto ao Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município (Conppac),²¹ pediu o tombamento da fachada dos prédios da rua. (ANEXO 2).

Além desses aspectos é imprescindível incluir na análise que a Rua José Bonifácio teve a sua função assegurada pelos meios técnicos responsáveis pela mobilidade dos migrantes oriundos do campo e dos próprios citadinos. Hoje, dentro da cidade fragmentada que se produz, atende parte de um segmento social que habita as áreas urbanas distantes do centro antigo cuja criação de novos centros comerciais têm se desenvolvido em bairros de maior concentração populacional. Como exemplo, podemos citar a Avenida Saudade localizada na região a Nordeste da cidade, no bairro Campos Elíseos, cujo comércio existe desde a década de 1950, assim como a Avenida D. Pedro I, no bairro Ipiranga localizada na Zona Norte da cidade.

O que se observa, ao longo do processo histórico de sua constituição, é que os sujeitos sociais não hegemônicos se territorializaram à medida que ocorreu a deterioração dos imóveis, a criação de outras centralidades residenciais e comerciais, o aumento do preço do solo urbano e de muitas atividades que nela se realizam, revelando as implicações da lógica capitalista na produção e reprodução da cidade.

²⁰ Matéria publicada no jornal Gazeta Ribeirão no dia 22/1/2006, intitulada “Decadência Acentuada”, traz uma relação de mais de 25 hotéis da região e os seus principais usos.

²¹ Em 2008, o CONPPAC aprovou o tombamento provisório da Rua José Bonifácio, na região central da cidade. Esse tombamento deve recair somente sobre as fachadas de imóveis com verdadeiro valor histórico e cultural, com base em estudo técnico preliminar desenvolvido pelo Corpo Técnico de Apoio ao órgão (PMRP, 2008).

O centro da cidade, e, mais especialmente, a Rua José Bonifácio, apresenta grande valor cultural e histórico, encoberto pelas fachadas dos prédios e pelos trabalhadores mais idosos que ainda sobrevivem do comércio local. Preservam ainda as marcas, as sobreposições e sedimentações das etapas do capitalismo, espelhando a sua lógica no espaço urbano, a lógica neoliberal globalizante que impregna e desagrega a história materializada ao tornar-se invisível para as gerações mais novas que usam muito restritamente o centro da cidade, ora se concentrado nos bairros mais nobres, nos condomínios fechados, ora nos mais periféricos.

Desde meados de 2009, a Avenida Jerônimo Gonçalves, que abriga edificações do conjunto arquitetônico da José Bonifácio, recebe investimentos para as obras que envolvem a remodelação do Parque Maurílio Biagi, de revitalização da região central, entre outros projetos que incluem providências importantes como as obras antiinchenches (fig.s 44 e 45), buscando amenizar os efeitos das enchentes realizará intervenção de

alargamento de trecho do Retiro Saudoso e do ribeirão Preto com o objetivo de aumentar a vazão das águas de 45m³ por segundo para 90 m³ por segundo, evitando o “estrangulamento” no encontro dos dois córregos e o consequente transbordamento das águas nesse ponto. Em alguns trechos o alargamento será de quatro metros, passando de 16 para 20 metros; em outros de 14 para 20 metros e outros de 8 para 14 metros. O projeto, no entanto, não resultará no estreitamento das vias públicas, pois haverá aprofundamentos localizados para aumentar a vazão. Quanto às palmeiras imperiais porventura retiradas para a obra, elas serão repostas mantendo-se, assim, o cartão postal da cidade. (PMRP, 2008)

Além dessas obras, a rodoviária está em processo de reforma, assim como está prevista a sua modernização; também a construção da Fundação de Educação para o Trabalho (FUNDET), a construção da nova sede da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto (CODERP), a construção do Centro de Referência em Moléstias Infecciosas, além da reforma do Teatro Pedro II e da Praça das Bandeiras. (PMRP, 2008).

Fig. 44 – Vista aérea da alteração na confluência do córrego Retiro Saudoso com o ribeirão Preto.



Início das obras antienchentes realizadas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, em parceria com o Governo Federal. Iniciadas em 2009, visam, com o alargamento e aprofundamento da calha do ribeirão, garantir maior escoamento das águas. Destaque à alteração da confluência entre o ribeirão e o Retiro Saudoso. Fonte: PMRP (2009).

Fig. 45 – Vista da Avenida Jerônimo Gonçalves



O ribeirão Preto a jusante, no início das obras antienchentes (2009). Trecho da Avenida Jerônimo Gonçalves no cruzamento com a Rua Duque de Caxias que, após a Jerônimo Gonçalves, recebe o nome de Luiz da Cunha. Foto: Débora L. Francisco, Maio/2009.

Fig. 46 – Avenida Jerônimo Gonçalves após a realização da primeira fase das obras antienchentes, 2011.



Avenida Jerônimo Gonçalves após as obras antienchentes. Vista da Avenida no cruzamento da com a Avenida Francisco Junqueira. Foto: Débora Lopes Francisco, 2011.

No interior dessas novas intervenções, na reconstrução da paisagem da baixada²², é possível questionar, como cidadãos, se a atuação do Estado, ao aventurar-se nos empreendimentos imobiliários que pagamos, conterà as enchentes que assolam a região e, se nesse processo, homogeneizará a paisagem sob qual modelo de gestão e de cidade. Ao tratar da morfologia urbana das cidades não metropolitanas, Spósito (2006:179) considera que:

Grande parte das iniciativas relativas à incorporação fundiária e imobiliária em aglomerações urbanas não metropolitanas e centros urbanos não aglomerados do Estado de São Paulo, tem se apropriado, em suas estratégias, de um valor muito presente nas imagens que os moradores dessas cidades têm a propósito do que é cidade. Trata-se do fato de que o mundo urbano está fortemente associado aos ideais de moderno e novo e esses, por sua vez, têm sido vinculados à vida metropolitana [...] A procura de uma identidade com o mundo urbano passa, sem dúvida, pela desvalorização e, as vezes, destruição do 'velho', como caminho para imprimir na paisagem urbana o "novo", mera imitação do global e do metropolitano, que o marketing da empresas, que encarrega-se de difundir.

Designação popular ao trecho compreendido pelas ruas Saldanha Marinho, José Bonifácio e Avenida Jerônimo Gonçalves.

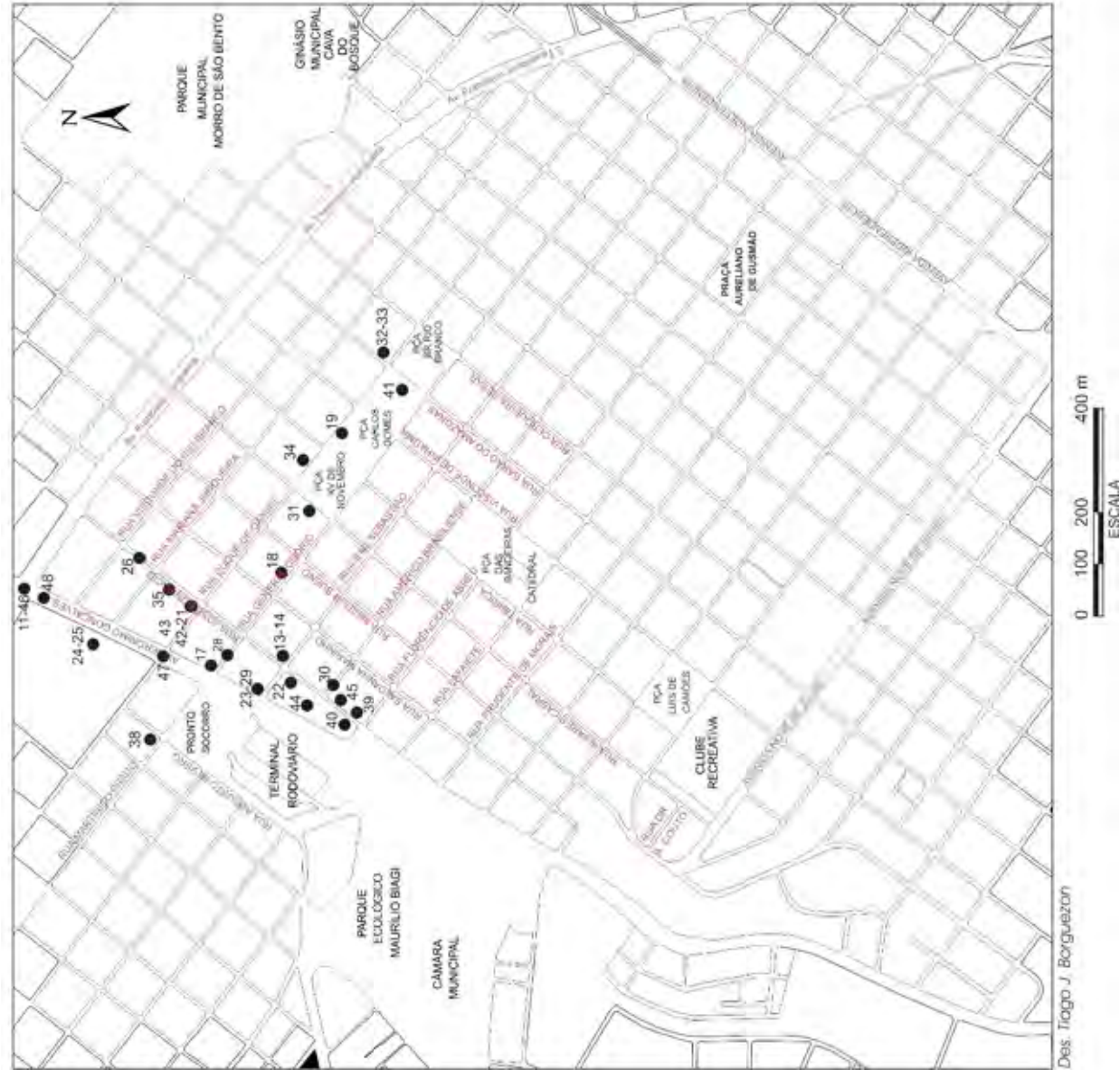
Por outro lado, podemos pensar no quanto as reformas urbanas que contribuirão para a revalorização das áreas urbanas não seriam, também, uma forma de devolver ao mercado imobiliário a necessidade de inventar novas formas, ao reconstruir áreas sem pobres. (CARLOS, 2009).

Até o momento, foi possível acompanhar, ao longo da formação de Ribeirão Preto, desde 1856 até os dias de hoje, alguns aspectos de ordem histórico-geográfica, que determinaram as alterações na paisagem do Quadrilátero Central e da Rua José Bonifácio (fig.47), embora tenhamos a clareza de que eles não esgotam as possibilidades de análise, em razão da complexidade dos aspectos que envolvem a inteligibilidade da paisagem em estudo.

Diante dessas construções e desconstruções, processadas ao longo da história, cabe reconhecermos a natureza e as funções dessas paisagens – fundamentalmente da rua que, segundo as pesquisas de Ghilard e Duarte (2006), as pessoas não demonstram atenção para aquela paisagem – e ao ribeirão Preto, que nos ajuda a contar a nossa história.

Nesse sentido, tencionamos construir, como educadores, novas imagens que sejam mais significativas e capazes de assegurar, não apenas a conservação das paisagens urbanas numa relação de plenitude entre os agentes sociais, mas evidenciar, também, as contradições para projetarmos, na formação dos indivíduos/cidadãos, a possibilidade de construção de paisagens que garantam o direito à cidade como um bem coletivo. Isso é o que veremos no capítulo que se segue.

Fig. 47 – Localização dos pontos representados pelas fotografias do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto



Legenda dos pontos:

- 11-46: Cruzamento entre as Avs. Francisco Junqueira e Jerônimo Gonçalves
- 13-14: Antigo Banco Constructor - Cruzamento entre as Ruas São Sebastião e José Bonifácio na altura do número 499
- 17: Vista da Rua General Osório a partir da Av. Jerônimo Gonçalves
- 18: Rua General Osório na altura do número 228.
- 19: Teatro Carlos Gomes na Praça Carlos Gomes.
- 21-42-43: Antigo Hotel Guapé na Rua José Bonifácio altura do número 301.
- 22: Mercado Municipal de Ribeirão Preto - localizado entre as Ruas Américo Brasiliense e São Sebastião, Rua José Bonifácio e Avenida Jerônimo Gonçalves.
- 23: Barracas instaladas no cruzamento da Rua São Sebastião com Av. Jerônimo Gonçalves.
- 24-25: Cervejaria Antarctica localizada na Av. Jerônimo Gonçalves na altura do número 253.
- 26: Antiga indústria localizada na Rua José Bonifácio na altura do número 159.
- 28: Vista da Rua General Osório na altura do número 83.
- 29: Rua São Sebastião no cruzamento da Av. Jerônimo Gonçalves na altura do número 175.
- 30: Rua Américo Brasiliense altura do número 96.
- 31: Rua Álvares Cabral na altura do número 370.
- 32-33: Rua Barão do Amazonas altura do número 323.
- 34: Rua Duque de Caxias número 547.
- 35: Rua José Bonifácio altura do número 284.
- 38: Rua Martinico Prado na altura do número 160.
- 39: Rua José Bonifácio na altura do número 695.
- 44: Rua José Bonifácio na altura do número 649.
- 45: Rua José Bonifácio na altura do número 695.
- 47: Cruzamento da Rua Duque de Caxias com a Av. Jerônimo Gonçalves na altura do número 331.
- 48: Av. Jerônimo Gonçalves na altura do número 48.

III CAPÍTULO - A TRILHA INTERPRETATIVA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA NO ESTUDO DA PAISAGEM URBANA DO QUADRILÁTERO CENTRAL DE RIBEIRÃO PRETO (SP): SUPERANDO AS IMAGENS DO DESENHO

*¿Qué es lo que mueve los significados, qué determina su desarrollo?
La cooperación entre conciencias.
(L.S.Vigotski, 1991)*

Até o momento, procuramos encadeamentos que nos permitiram (re) construir, no processo de ensino, a imagem que expressasse a compreensão que os indivíduos tinham da sua cidade, visando transcender as formas evidenciadas nos desenhos das paisagens subjetivas, ao fazer uso dos conceitos da Geografia.

Como também foi abordado, no exercício de análise dos desenhos, surgiram outras necessidades, ao percebermos o desconhecimento que o grupo trazia da cidade, fato que levou à ampliação do nosso campo de processos cognitivos, perceptivos, interpretativos e valorativos, a partir de experiências diretas e indiretas, demandando a implementação de outras ações no processo de ensino de Geografia, desdobrando-se na proposição da realização da trilha interpretativa num trecho do Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto.

Vale frisar que essa nova ação viria complexificar as primeiras imagens expressas nos desenhos, ao ampliar, por meio do conhecimento de outros territórios, os limites urbanos reconhecidos pelos indivíduos concretos, os quais tinham suas atividades cotidianas circunscritas a setores mais específicos da cidade. Coube-nos, então, considerar, no processo de estudo, as paisagens das territorialidades que estavam “fora” das atividades (se é que se pode afirmar isso) e o conhecimento dessas mesmas territorialidades. Além disso, o trajeto seria laboratório perfeito para estabelecer o confronto entre as imagens subjetivas e as objetivas, da mesma forma que no processo de interpretação da paisagem, transcender a sua materialidade exigiria a retomada das discussões da cidade como unidade, assim como os conceitos desenvolvidos em sala de aula.

Portanto, se anteriormente, as ações implementadas no processo de ensino contemplavam as imagens subjetivas em seu caráter de apreensão

mais imediata da cidade, a trilha interpretativa, como nova ação educativa, tinha por finalidade promover a observação e análise da cidade objetiva, de modo que os indivíduos pudessem reconhecer na paisagem a abrangência das relações espaciais que a constituem. Nesse sentido, a trilha torna-se “um percurso objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, configurando-se como o movimento no processo de ensino e aprendizagem das realidades paisagísticas”. (GUIMARÃES, 2007:120).

Apesar de ser uma estratégia bastante utilizada nas atividades desenvolvidas em Educação Ambiental e mais voltadas para o reconhecimento da natureza, a trilha interpretativa apresenta inúmeras funções, entre elas, a de realização de atividades lúdicas e educativas. Podem ser de curta e ou de longa distância e suas formas são bastante variadas, tais como: em oito, ao abranger áreas limitadas e potencializar o uso do espaço; a forma linear, sendo o formato mais simples cujo objetivo é conectar o indivíduo à paisagem; a forma circular que permite voltar ao ponto de partida sem repetir o retorno e, em atalho, que possibilita o início em diferentes pontos de uma trilha ou de um caminho. (ANDRADE, 2003). Além da forma, as trilhas interpretativas podem ser guiadas e autoguiadas.

No caso do estudo, a trilha caracterizou-se como urbana, linear, medindo aproximadamente 1.300 metros e guiada, tendo uma finalidade educativa, já que os indivíduos que realizaram o percurso eram alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II. (fig.48).

Para defini-la, seguimos alguns critérios, tais como os apontados por Andrade (2003), ao levarmos em consideração as variações climáticas, informações técnicas como mapas, fotografias, ações do Poder Público na probabilidade de uso futuro, solo, vegetação, características históricas e culturais; enfim, várias informações foram levantadas inicialmente a fim de garantir a otimização das dimensões e das informações referentes à área de estudo.

Por ser urbana, consideramos também o dia e o horário, já que o nosso percurso se estenderia por uma região de comércio bastante variado e dinâmico, fatores que interferem nos níveis de interpretação daquela paisagem.

A esse respeito, Guimarães (2007:85) destaca:

[...] as dinâmicas e as transformações que marcam muitas paisagens imprimindo suas características singulares, podem relacionar-se a diferentes escalas temporais – variando de mudanças horárias (a luminosidade crescente ou decrescente, no decorrer do dia, por exemplo), às sazonais (como mudanças visíveis em uma paisagem florestal...) e geológicas. Também na escala geográfica, elas estão sujeitas a transformações associadas às mudanças climáticas, alterações antropogênicas, processos históricos de organização do espaço, de humanização das paisagens, entre outros. Na interpretação da paisagem estas transformações temporais e espaciais são de relevante significado, pois nos permitem compreender não só a gênese de seus componentes ou conjuntos, as relações entre estes, mas também a permanência de traços, vestígios e relictos que persistem. Estes aspectos ligados à temporalidade e aos espaços sinalizam, de forma clara ou mesmo sutil, a antiguidade das alterações e intervenções humanas, a capacidade de sobrevivência e regeneração das unidades e matrizes paisagísticas, sejam naturais, culturais ou ecléticas, além da comunicação entre culturas [e segmentos sociais] que possuem distintas concepções, interpretações e representações a respeito da mesma paisagem que habitam.

A atividade de interpretação, por sua vez, é um conceito filosófico estabelecido em 1957, pelo dramaturgo e filósofo norte-americano, Freeman Tilden, em sua obra *“Interpreting our heritage”*. Em linhas gerais, os princípios norteadores da interpretação baseiam-se na relação dos objetos de interpretação com a experiência das pessoas a quem se dirigem; o autor ainda considera que interpretar é uma forma de comunicação que vai além da informação e possibilita, ao tratar dos significados, as inter-relações, questionamentos e inclusão de informações, além de combinar muitas áreas (geográficas, históricas, biológicas, arquitetônicas, artística, comunicação, entre outras) para explicar os temas, buscando utilizar todos os sentidos na construção dos conceitos e provocar reações sensoriais e emocionais nos indivíduos, em conjunto e não em partes isoladas.

A interpretação da paisagem tem múltiplas aplicações do tipo pedagógico. “Tem possibilidades no campo sensorial e da percepção, ao examinar o concreto e o abstrato” (GONZALEZ BERNALDEZ, 1981:200), permitindo, no processo de ensino, a superação da compreensão marcada, predominantemente, pela acuidade perceptiva (visual, olfativa, sonora, etc), ao oferecermos conceitos geográficos que têm por finalidade a internalização dos significados ligados à construção de uma cidade, cujo horizonte orientador seja a garantia da vida dos homens.

Embora reconheçamos que a trilha e mesmo a interpretação ambiental pretendem conciliar recreação e educação, nosso intuito é realizá-la como estratégia de ensino da Geografia Urbana que visa, entre outros fatores, a interpretação da paisagem ao proporcionar a análise do fenossistema e do criptossistema como níveis perceptíveis da paisagem ao “dar-lhe um significado, ou revelar a realidade por meio de chaves e indícios que a paisagem contém”. (GONZALEZ BERNALDEZ 1981: 179).

Ao mesmo tempo, pretendemos, com a trilha interpretativa, propiciar situações pedagógicas que coloquem o indivíduo frente a fragmentos da cidade que ele ainda desconhece, oferecendo outros referenciais para a sua interpretação. Nesse processo, não pretendemos dar espaço às subjetividades científicas, nem tampouco promover uma atividade de caráter lúdico, mas de compreender o porquê das formas contidas nas paisagens, propiciando várias reflexões sobre alguns trechos demarcados na trilha. Essa diretriz tem a intenção de proporcionar novas experiências, referentes tanto à construção das imagens, como à qualidade dessas mesmas imagens.

No entanto, os conteúdos implícitos na experiência da trilha, como estratégia de ensino, viabilizada num contexto educativo mais amplo, somente são apreendidos se tiverem um caráter significativo, pois a significação e a ressignificação ocorrem mediante a atividade do indivíduo em meio à comunicação que estabelece com o mundo que o rodeia, responsáveis e construtores da consciência individual. (LEONTIEV, 1978). Portanto, o caráter e a constância que se estabelece com o objeto é que permite trazer o seu significado. (VIGOTSKI, 1991:128).

Se abordamos anteriormente que, no processo educativo, a formação individual se realiza a partir da implementação das ações qualitativas pelo

sujeito consciente ao realizar o trabalho pedagógico, consideramos, no plano histórico, que a consciência não é nata, muito menos engendrada pela natureza. Ao contrário, ela é engendrada pela sociedade, ela é produzida. (LEONTIEV, 1978). Assim, a gênese da consciência é social e se processa pela articulação entre homens no processo de produção da natureza em mundo, revelando a prática espacial que, ao internalizar os significados dessas atividades, fazem-nos condicionantes do desenvolvimento das novas gerações e, nesse processo, ao interiorizá-las, são gestadas formas de pensar a realidade estruturando o psiquismo humano. Logo, “surge” a consciência como reflexo de pensar a realidade, a atividade, de pensar em, si mesmo, como postula Leontiev (1978:114):

[...] debe su surgimiento a la division de los actos operada en el trabajo, cuyos resultados cognoscitivos son abstraídos de la integridad viva de la actividad humana e idealizados en forma de significados lingüísticos. Al ser comunicados estes se convierten en patrimonio de la conciencia de los individuos. A la vez, no pierden en absoluto su carácter abstrato; son portadores de los modos, condiciones objetivas y resultados de las acciones, independientemente de la motivación subjetiva que posea la actividad de los hombres en la cual se van formando.

Vê-se, então, que a qualidade das articulações que se estabelecem nas atividades de ensino dos indivíduos direcionam os níveis de internalização dos significados. Vigotski apud Martins (2007:70) define “a interiorização como reconstrução interna de uma operação externa e, para ele, dela depende o desenvolvimento das funções psíquicas superiores”.

No entanto, como já foi abordado no Capítulo 1, não será por meio da realização de uma experiência escolar, relacionada à determinada ciência/disciplina, que os indivíduos internalizarão os significados, pois, conforme vimos nas interpolações anteriores, esses significados só serão internalizados no processo de desenvolvimento das funções psíquicas, a partir da comunicação que o indivíduo estabelece com o mundo, na sua vida cotidiana. Porém se fizermos uma breve análise, mesmo que superficial, conseguimos re-conhecer a qualidade e a quantidade dos conteúdos presentes na nossa vida cotidiana condicionando-nos à lógica globalizante, neoliberal e

consumista, possibilitando-nos inferir, como professoras, que diante dessa realidade há necessidade de refletir sobre esses conteúdos difusos.

O que queremos dizer com isso é que o processo de interiorização dos significados ocorre a partir da atividade externa dos indivíduos, e que não se consolida num plano consciente já existente, mas na consciência que se vai formando. Os significados existem, antes dos indivíduos, como construções sociais e ocorrem inicialmente com a atividade externa realizada.

Justamente pautados por esses princípios teóricos é que inter-relacionamos o uso dos desenhos e da trilha interpretativa, como ações contínuas e necessárias, por serem intrínsecas ao confronto entre os conteúdos que estruturam a vida dos indivíduos, os conteúdos presentes na cidade e aqueles necessários à garantia da vida dos homens e das gerações posteriores.

À medida que as atividades escolares são implementadas e passam a fazer parte da vida dos indivíduos, estes vão assimilando os significados concretos, ligados às formas objetivas e diretas em sua forma externa. Somente depois irão dominando as operações lógicas, ou seja, o curso abstrato do pensamento e a apropriação dos conceitos. Ao interiorizar os conceitos formam os significados abstratos que, aos poucos, constituem a atividade mental interna, a atividade no plano da consciência. (LEONTIEV, 1978). Dessa forma, julgamos contemplar, no ensino, o princípio defendido por Vigotski de que o desenvolvimento dos indivíduos não se dissocia da aprendizagem.

Ao optarmos pelo uso dos desenhos e do trajeto da trilha na atividade interpretativa da paisagem, estamos tomando a cidade como objeto de atenção para atuar nos níveis qualitativos que podem refletir na internalização de significados formadores da consciência individual, uma vez que consciência, segundo Leontiev (1978:78),

é con-ciência, pero solo en el sentido de que la conciencia individual puede existir únicamente en presencia de la conciencia social y del language, que es su sustrato real. En el proceso de la produccion material los hombres producen también lenguaje que sirve como médio de comunicación y es portador de los significados socialmente elaborados, fijados en el.

Portanto, ao conceber a consciência nessa perspectiva, Vigotski apud Leontiev (1978: 79) manteve a tese de que: “no es el o significado, no es la conciencia, la que está tras la vida, *sino es la vida la que tras la conciencia*”. (LEONTIEV, 1978:79, grifo do autor).

Apesar de adotarmos a trilha como estratégia didática de interpretação que possibilita ações educativas responsáveis pela complexificação da consciência, não compactuamos, de maneira geral, com alguns princípios que atribuem à trilha interpretativa a eficácia de “mobilizar” a consciência, mas apenas como uma ação que pode levar à consciência, se implementada no conjunto de outras ações intervencionadas que envolvem o ensino.

A trilha, por si só, como atividade isolada que possibilita ao indivíduo experienciar a paisagem, não garante com eficácia a complexificação da consciência, nem ao menos “muda” de imediato, o pensamento e conduta dos indivíduos, fundamentalmente porque os níveis de articulação, a qualidade e quantidade de processos que se desdobram nas paisagens, sejam elas urbanas, rurais, naturais, ou ecléticas, são complexos e imbricados, não se restringindo apenas a uma atividade ludo-pedagógica que se desenvolve na escola em determinados períodos de um ano, já que somos responsáveis pela formação de indivíduos que estão em processo de desenvolvimento, tanto do pensamento, quanto da consciência e da própria personalidade.

A respeito desses aspectos já discorremos sobre a necessidade de um Projeto Político e Pedagógico da escola o qual estruture ações articuladas e, ainda, demos ênfase ao caráter ineficaz e à reificação das estratégias didáticas, quando pensadas isoladamente, utilizadas sem uma finalidade clara de onde se pretende chegar e qual produto se pretende obter com o ensino.

Por conseguinte, reiteramos que o percurso estabelecido na trilha deve ser representativo, a ponto de abranger a imbricada rede de conexões presentes no estudo da cidade. Entretanto, não deixamos de destacar sua função como ação no processo de ensino de Geografia, que possibilita o confronto das imagens, a articulação entre a sensorialidade dos indivíduos e a interpretação, propiciando a transmissão de conhecimentos e valores necessários à desmistificação da naturalização da cidade, muitas vezes entendidas, erroneamente, como produto do desenvolvimento econômico e social.

Intencionamos interpretar a paisagem no processo das transformações históricas, paisagem essa que abriga diferentes contextos, evidenciando “a variação e a complexidade da trama das percepções, interpretações e valores, sendo esta tanto portadora de sentido como geradora de significados, em termos das possibilidades de trocas de significações a cada nova experiência com o entorno”. (GUIMARÃES, 2007:22).

No contexto educativo no qual se concebem os indivíduos em processo de desenvolvimento e como indivíduos concretos, a trilha urbana contribui para a compreensão das articulações intra e interurbanas que se materializam nas paisagens da cidade e como esta pode ser a forma de superar a qualidade das imagens/paisagens expressas nos desenhos.

Leontiev (1978), ao discutir a natureza das imagens psíquicas sensoriais, afirma que elas são gestadas nos processos da atividade que ligam o indivíduo com o mundo exterior. No entanto, mesmo que esses vínculos se complexifiquem com a atividade, as imagens conservam sua referência inicial. Quando comparadas com a riqueza de resultados cognoscitivos conquistados através da atividade do pensamento, as contribuições dessa operação desencadeiam um processo de contradição entre as imagens sensoriais iniciais e a contradição com o conhecimento mais complexo.

Es ahí donde surge la idea de que las impresiones sensoriales sirven solo como impulso que pone en acción nuestras capacidades cognitivas y que las imágenes de los objetos son producidas por operaciones internas del pensamiento – inconscientes o conscientes –, que en otras palabras no percibiríamos el mundo objetivo si no lo concibiéramos. (LEONTIEV, 1978:110)

Portanto, a trilha interpretativa, como ação no conjunto de outras ações, é uma estratégia didática, pensada intencionalmente para a construção da história ativa do indivíduo, expressando-se no seu desenvolvimento e na sua aprendizagem, como um processo complexo de inter-relações, que se desdobram na construção de imagens mais qualitativas da realidade, importantes na formação da consciência. Nesse processo dinâmico, conflituoso, dialógico, cabe-nos sempre mediar sujeito-objeto como produtos e produtores.

Assim, as trilhas interpretativas conduzem à:

gênese de outros níveis perceptivos, em substituição àqueles no sentido do “*estar de fora*”, fragmentados em suas interpretações e representações, o meio ambiente e a paisagem não se restringem apenas ao que está em nosso redor, tendo em vista uma simples conotação de cenários, mas lembram-nos de que somos suas partes integrantes e integradoras ao mesmo tempo. (GUIMARÃES, 2007:115-116).

Desse modo, fizemos um recorte intraurbano – cujas paisagens pertencentes a esse fragmento, possibilitam o reconhecimento da história da cidade, ao longo dos anos na sua constituição física, humana e, sobretudo, se expressam como resultado dos fatores condicionantes que se estabelecem no espaço.

Também elegemos intencionalmente territórios urbanos desconhecidos e não incorporados diretamente nas atividades cotidianas da maior parte do grupo, buscando romper com a difusão dos preconceitos em relação aos cidadãos de outros lugares, com intuito de ultrapassar as barreiras urbanas num momento em que o discurso do fim das fronteiras tem sido cada vez mais disseminado.

Por outro lado, julgamos que colocar os indivíduos em contato com as condições precárias de reprodução da vida, assim como com o patrimônio histórico degradado, sinaliza as relações produtivas e sociais que engendram a sociedade contemporânea, permitindo o resgate da nossa história nestes espaços com suas territorialidades difusas.

Entretanto, nem todos os pontos e análises que apresentaremos a seguir se referem, especificamente, à trilha realizada pelos indivíduos do sétimo ano. A atividade foi desenvolvida em 2006 e, desde o final de 2008, um trecho que pertence à parte da trilha original passa por inúmeras reformas com as obras realizadas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, financiadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de São Paulo. Por isso, julgamos – inclusive do ponto de vista da qualidade da atividade de interpretação e da complexificação do pensamento das duas professoras/pesquisadoras envolvidas no trabalho –, que as análises e

reflexões dessa paisagem tornar-se-iam mais complexas se inseríssemos novos elementos no trabalho.

Dessa forma, não pretendemos reproduzir a história dos componentes paisagísticos relacionados aos pontos de parada da trilha, pois já fizemos uma caracterização geral no capítulo dois, reconhecendo a sua natureza geohistórica. Aqui, temos a intenção de trazer reflexões que nos possibilitem pensar a cidade, identificar como sua paisagem guarda e espelha elementos, significados e processos para promovermos associações e reconhecermos qual cidade se constrói, uma vez que muitos aspectos relacionados à sua produção não transparecem e, desse modo, nem sempre temos a clareza de como a cidade se expressará.

Assim, iniciamos a nossa trilha no Largo da antiga Igreja Matriz de São Sebastião (arredores da atual Praça XV de Novembro e Carlos Gomes) em direção ao ribeirão Preto, destacando algumas interpretações.

Lê-se, em Gonzalez Bernaldez (1981:141) que, “en un mismo paisaje encontramos siempre retazos de épocas distintas, partes de edad diferente, superpuestas y entremezcladas”. Desse modo, destacamos alguns elementos constituidores do conjunto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico da cidade de Ribeirão Preto, garantido pela Constituição de 1988, no artigo 30, inciso IX, em que compete ao município, “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

Embasadas nos fundamentos da interpretação da paisagem vistos em Gonzalez Bernaldez (1981), Ferrara (1993; 1998), Guimarães (2005; 2007) conceberemos o patrimônio como signos indicativos para pensarmos nos processos e valores que condicionaram a sua existência, a composição e significado da paisagem, assim como as razões de muitas edificações ainda se manterem conservadas enquanto outras não o estão.

Dessa correlação, é possível pensar a cidade como produto da vida social circunscrita a diferentes momentos históricos, fato relevante para compreendê-la como produto em constante transformação que se efetiva a partir da ação dos proprietários de terras, dos agentes produtores, das organizações econômicas, dos sujeitos sociais, da atuação do poder público na legitimação ou não desses agentes, como produtores da cidade (SPÓSITO,

2008). Todos esses fatores se juntam e articulam-se, à medida que o valor de troca do solo urbano se sobrepõe ao valor de uso.

No plano histórico, juridicamente, essas ações também contraditórias, iniciaram-se com a demarcação do território para a construção da Igreja Matriz, na atual Praça XV de Novembro. (fig. 49).

Fig. 49 – Fonte da Praça XV de Novembro



Marco zero da cidade de Ribeirão Preto: local da Antiga Igreja Matriz. Foto: Débora Lopes Francisco, 2006.

Diante da interpretação da paisagem, procuramos, também, associar, nos arredores da Praça XV de Novembro, os desdobramentos das atividades rurais na cidade, inclusive como local de moradia de muitos fazendeiros do século XX, os resquícios da *Belle Époque*, assim como demos destaque ao Teatro Pedro II e a Casa Camilo de Mattos, entre outras construções representativas da década de 1930. (fig. 50).

Ao problematizar a cidade e trilhar por esses caminhos, na esteira do capitalismo, não há como negar o estabelecimento de novas relações sociais, ao evidenciarmos a coexistência dos testemunhos arquitetônicos em meio às edificações que abrigam atividades comerciais, como as agências bancárias e o variado comércio de eletroeletrônicos, perfumaria, lojas de departamento, de

varejo, entre outros, localizados nos arredores da Praça XV de Novembro e Carlos Gomes.

Fig. 50 – Casarão Camilo de Matos



Residência de Camilo de Matos, também construída na Rua Duque de Caxias de frente para o Largo, encontrando-se na atualidade em precárias condições de conservação. Foto: Débora Lopes Francisco, 2006.

Assim, essa paisagem convida-nos a pensar o quanto e de que forma a industrialização e a mundialização da economia no período pós-guerra, afetaram as relações de trabalho, troca, circulação e distribuição de produtos, definindo a morfologia e novas funções do antigo Largo. (fig. 51).

Como decorrência desse momento, atualmente o Quadrilátero Central se configura sob o signo da verticalização, pela rentável prática de venda e aluguel dos produtos imobiliários, pela popularização de parte do comércio ali instalado, pela manutenção da tradição, quando associada ao mercado, e, ao mesmo tempo, pelo empobrecimento e deterioração de algumas “regiões” do Quadrilátero, como veremos no caso da área da baixada.

Todos esses aspectos destacados na paisagem possibilitam-nos retomar, na interpretação, discussões encaminhadas no processo analítico dos desenhos, como é possível observar no desenho do aluno P. F (2006) (fig. 52)

ao desmistificarmos elementos que poderiam explicar, na trilha, o que há por trás das formas urbanas.

Fig. 51 – Proximidade das praças XV e Carlos Gomes



Praça XV de Novembro [1º plano] e Praça Carlos Gomes [2º plano] com os estandes (brancos) montados para a realização da Feira do Livro, uma das maiores do Brasil realizada em espaço aberto. Esse evento, permeado por atividades culturais, resgata o uso do espaço público dessas praças, da Esplanada do Pedro II e do próprio Teatro. Fonte: PMRP (s/d)

Nesse caso, as interpretações caracterizariam a atividade do pensamento de adentrar essa cidade subjetiva expressa no desenho do P. F, entendida na homogeneidade da sua morfologia e lê-la em suas várias escalas e tempos, ultrapassando o suposto limite tênue de demarcação existente entre o campo e a cidade, ao considerar a maneira como o campo e a cidade articulam-se com o processo de industrialização, alterando as trocas econômicas, o movimento das mercadorias, dos capitais, das informações, sobretudo das trocas de informações.

Assim, ao localizarmos historicamente as edificações em meio à morfologia da paisagem do antigo Largo da Matriz no Quadrilátero Central, abordamos, conforme (GUIMARÃES, 2007; FERRARA, 1993) o sistema de comportamento sociocultural, cujos elementos paisagísticos nos possibilitam estabelecer elos para ligarmos tempo(s) e lugares(s) da cidade.

Fig. 52 – A cidade na sua homogeneidade



Fonte: Aluno P.F (2006)

Essa interpretação, por sua vez, viabiliza reconhecer a divisão social e territorial do trabalho, assim como as novas articulações no capitalismo financeiro à medida que condicionam formas de investimentos no solo, garantindo liquidez, superando os rendimentos fixos do capital aplicado no espaço urbano, ilustrando que a paisagem é o reflexo das ações do presente tanto quanto daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas presentes.

Nesse quadro, se, inicialmente, tínhamos no antigo Largo, a criação de um fragmento da cidade salubre voltada para o entretenimento principalmente da elite cafeeira, hoje os efeitos da mundialização se expressam na implantação de um comércio de caráter popular, na deterioração do patrimônio histórico, na luta pela permanência dos trabalhadores informais para se fixarem num território de aglomeração de consumidores de modo a garantirem sua sobrevivência, no uso da praça, como “lugar possível” de inúmeros cidadãos excluídos, inclusive, do processo produtivo. Como vimos anteriormente, essas consequências acentuam-se entre as décadas de 1960-80 cuja abrangência econômica, política e social de caráter mundial, incidiram em escala local, no deslocamento do comércio para os setores Sul e Sudeste engendrado pela

criação de novas centralidades comercial e residencial para um segmento social mais seguro do ponto de vista da garantia de reprodução da vida, portanto, mais elitizado.

Tais efeitos, no entanto, não se encontram nesses pontos isolados da cidade; assim não estão, em absoluto, totalmente às margens das concepções dos indivíduos do sétimo ano. No capítulo um fizemos uma caracterização dos alunos envolvidos no estudo e as implicações da urbanização recente na construção e das suas imagens subjetivas. Como consequência, vimos que:

os problemas postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade. Por isso mesmo a mundialização também produz modelos éticos, estéticos, gostos valores, moda, constituindo-se como elemento orientador, fundamental à reprodução das relações sociais. A reprodução do espaço urbano é um fenômeno contínuo, em movimento que significa que a cidade vai se transformando na medida em que a sociedade vai se metamorfoseando. (CARLOS 2002:173).

Sob este prisma, para atuar na internalização de outros significados que transcendam a naturalização dos problemas humanos no espaço urbano, é preciso avançar para além dos indivíduos, pois como constatamos na interpolação, com a alteração das relações de produção, os significados, que, no plano histórico, foram construídos numa base social conjunta, também mudam e são transformados de forma contínua através dos tempos. O reflexo deste ideário passa a ser constituidor dos significados, os quais, por sua vez, passam a atuar na construção da consciência, como é possível observar novamente em Leontiev (1978:114):

Nas etapas tempranas, cuando la actividad de los partícipes de la labor colectiva conserva aún motivos comunes, los significados, como fenómenos de la conciencia individual, se hallan en relaciones de adecuación directa. Pero, esta relacion no se mantiene: se va disgregando a la par con la disgregación entre las relaciones primitivas de los individuos y las condiciones materiales y los medios de producción, con el surgimiento de la división social del trabajo y la propiedad privada. Como consecuencia los significados socialmente elaborados comienzan a vivir en la conciencia de los individuos una especie de vida dual. Nace en la relación interna más, un movimiento mas de los significados en el sistema de la conciencia individual.

Considerados esses aspectos, interpelamos os indivíduos sobre qual seria a função da proteção do Patrimônio Histórico e Cultural presente nas Praças XV de Novembro e Carlos Gomes e quão representativo seria protegê-lo, tendo em vista a preservação da memória da cidade de Ribeirão Preto, a transformação da paisagem como conversão real de benefícios aos cidadãos, bem como as representações e significados decorrentes.

Sem intenção de evidenciar na trilha a supremacia das edificações pertencentes ao segmento social hegemônico como as verdadeiras representantes da arte e da cultura, o que se desdobra nas análises é como pensar na revitalização do centro, de modo que supere a restauração como forma de salvaguardar um patrimônio material em fragmentos analíticos da paisagem que “conta” (para quem sabe ler o “texto” paisagístico) a nossa história. Como promover a conservação das edificações viabilizando a realidade material urbana em social?

Como exemplo, e, para além de um posicionamento contrário à proteção dessas edificações, outras questões se colocam no processo de interpretação e valoração da paisagem urbana de Ribeirão Preto. Entre as várias formulações que emergem, perguntam-se quais seriam os benefícios efetivos das políticas de troca de terrenos públicos por casarões em condição de acentuada deterioração, tal como o casarão do ex-prefeito Camilo de Matos, como forma de restaurar imóveis incluídos no chamado “Roteiro do Café”, como ilustra reportagem intitulada: “*Ribeirão planeja trocar terrenos públicos por casarões históricos*”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 7/5/ 2011). (ANEXO 3).

Ao tratar das análises baseadas na imersão da aparente transparência do espaço, Carlos (2009:302) afirma que algumas análises da Geografia Urbana escondem os conteúdos capazes de contradizer a realidade espacial da sociedade, quando, sem mediações entendem que:

e) o espaço público em dimensão de forma pura tem seu sentido reduzido à presença de equipamentos coletivos de lazer em praças e parques [e monumentos]; f) a análise da paisagem limita-se às representações simbólicas, enquanto o sujeito coletivo reduz-se ao indivíduo encerrado em sua condição existencial...

Embora reconheçamos no ensino de Geografia, práticas recorrentes de disseminação e o predomínio do pensamento único sustentado pela valorização demasiada do empirismo e tecnicismo que conduzem a análises equivocadas da realidade, ao propor a interpretação da paisagem, temos clareza, embora esbarremos em nossos limites, da urgência de formação de indivíduos-cidadãos e não indivíduos-consumidores, do mesmo modo como projetamos pensar a cidade como *unidade* e *espaço* da prática de reprodução da vida em sociedade em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Na busca de algumas evidências que enriqueçam nossas reflexões²³, que sustentem as formulações iniciais feitas aos participantes da trilha, buscamos informações referentes às ações da atual administração municipal acerca da revitalização e da proteção do patrimônio histórico, com intuito de identificar como a cidade é pensada e gerida.

Em matéria para o Jornal Gazeta de Ribeirão Preto (ANEXO 4), intitulada “Início da Revitalização?”, vimos a realização do “Fórum Permanente de Cultura de Ribeirão Preto”, promovido pela Secretaria da Cultura cujo intuito é a produção de um inventário para servir de base para a revitalização da área central, cujo inventário nortearia a criação de um centro histórico de Ribeirão Preto. Nessa reportagem, a secretária da Cultura do Município de Ribeirão Preto, ao falar sobre a criação do centro, afirma: “Nosso olhar é direcionado aos prédios e às questões culturais, e como revitalizar isso. Não vamos abordar questões de reurbanização, de habitação”. (GAZETA DE RIBEIRÃO PRETO, 2010).

Na mesma reportagem, o Presidente do Conselho Municipal de Urbanismo (COMUR) aponta para a necessidade de reurbanização do centro em razão dos vazios urbanos que giram em torno de 15% dos imóveis, apontando o repovoamento da área central como uma das soluções para o

²³ Na obra *Educação Brasileira: Estrutura e Sistemas*, de Demerval Saviani, vimos que a “reflexão significa desdobramento (flexão=dobramento, ato de dobrar). Sua origem está no verbo latino reflectere que quer dizer voltar atrás. Assim, como o espelho tem a propriedade de captar a luz e projetá-la numa determinada direção (reflexão da luz), assim também o homem tem a capacidade de captar (através da consciência) os dados da realidade e imprimir-lhes determinado sentido. Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisitar, vasculhar numa busca constante de significado”. (SAVIANI, 2005)

déficit habitacional. A esse respeito, o Secretário do Planejamento do município afirma que a prefeitura

não tem projeto para desenvolver estudo dos prédios da área central e que não tem técnicos para fazer o levantamento. A reurbanização do Centro seria mais um estudo ligado ao COMUR e à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP), que faz parte do centro. Não tenho técnicos para fazer esse levantamento. (grifos nossos).

Em comunicado disponível no *site* da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, ao divulgar o encontro entre os Pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais, na elaboração do projeto inovador para a revitalização da região central, também encontramos os seguintes depoimentos:

As secretarias de Cultura e Planejamento também estão empenhadas na concretização e financiamento desta revitalização, pois entendemos a importância cultural e patrimonial destes imóveis. Já conversamos com órgãos financiadores e as impressões foram as melhores”, revela Adriana Silva. “Conheci o projeto e estou dando todo o apoio, pois temos grandes equipes de profissionais envolvidas neste processo que pensam a cultura e a preservação da história do município”, completa a prefeita Dárcy Vera. (PMRP, 2011, grifos nossos).

Sobre os aspectos concernentes à necessidade de desvendar os conteúdos das práticas políticas, trazendo elementos de análise que nos conduzem ao entendimento da intervenção pública na proteção do patrimônio da cidade, encontramos em Ferrara (1988: 58) subsídios que nos auxiliam na reflexão, ao afirmar:

No turbilhão de usos fragmentários e/ou perdidos em um espaço urbano, a recuperação é operação informacional que comporta desde a tendência à possibilidade de um uso unívoco, à hegemonia de um significado, até a imponderabilidade do uso que renasce sempre novo a cada experiência.

Assim, no plano interpretativo evidenciamos: qual Ribeirão Preto do passado se pretende conservar? A do *glamour*, da representação da riqueza concentrada, como significado essencial que marca a paisagem urbana? Como

criar na restauração, um significado paisagístico que se atualiza em uso? Em que uso?

Fig. 53 – Vista do Prédio Diedericksen



Localizado na rua General Osório, esquina com a Álvares Cabral, integra as construções pertencentes ao Quarteirão Paulista, uma das edificações que está na lista para ser recuperado. Fonte: PMRP (2011).

Embora as noções de patrimônio cultural, promulgado no Decreto Federal n° 3551 de 04 de agosto de 2000, tenham incorporado os diferentes grupos étnicos da sociedade, provocando uma ruptura da visão elitista de bens e valores representativos do luxo, passando a integrar a perspectiva de cidadania, considerando as discussões de Serra (2006), propõe-se pensar, no plano interpretativo, como seria possível proteger os bens materiais pertencentes a um grupo social hegemônico numa cidade onde se veem tantos direitos elementares, também constitucionais, negados à grande parte da população?

Para Gonçalves (1984:76), “planejar é fazer opções”. Diante disso, ao propor mediações que extrapolem a dualidade do pensamento formal, pergunta-se: quanto a promoção da revitalização da região central de Ribeirão Preto, aliada à reurbanização do centro, não seria uma forma de construir, num processo contínuo e combinado, a coexistência de tempos e necessidades, alterando os significados e a identidades com esses elementos históricos paisagísticos?

Correa (2003), nos seus estudos sobre o espaço urbano, concebe a cidade como fragmentada, articulada, reflexo da sociedade, condicionante social e campo de lutas. Para o autor, a cidade manifesta-se em uma dimensão simbólica, e essa dimensão torna-se variável, segundo grupos sociais, faixas etárias, etc.. Assim, a suposta articulação política entre a reurbanização e a proteção do patrimônio histórico projetada na comunicação interpretativa, não seria uma forma de eliminar a dicotomia entre a garantia dos direitos elementares do cidadão e a necessidade de proteção e valorização do patrimônio histórico e cultural?

Diante das inúmeras formulações levantadas na trilha, o poema dos alunos *T. P.* e *A. B.*, (2006) trazem-nos algumas evidências da importância do estudo da cidade após a realização da trilha, ao afirmarem:

No país em que estamos
De ajuda precisamos
De prédios caindo
Até gente se dividindo

Restaurar é preciso
Para (re) conhecer nossa história
Reutilizar o velho
E misturar com o novo
Para vivermos de novo

No país em que vivemos
O ser passou a ter
Ter dinheiro é tudo
Preservar não traz lucro?

Se continuarmos assim
Nossa história acabará
Restaurar, revitalizar e reutilizar o patrimônio
Para nossa vida continuar

O problema da revitalização e reurbanização, desse modo, torna-se importante objeto de discussão, no processo de comunicação interpretativa, pois se expressa num contexto de “proteção dos bens materiais portadores de referências à identidade” (BRASIL,1988), em uma área da cidade dotada de equipamentos urbanos, sem que haja necessidade de investimentos públicos em outras áreas da cidade, como lemos em Maricato (2001:97), que, ao fazer a

defesa da proteção das “velhas” edificações no espaço da metrópole em consonância com a reurbanização, afirma a sua eficácia:

do ponto de vista histórico, do ponto de vista da memória, do ponto de vista da alma de todos nós e da cidade. Mas ela também é importante do ponto de vista econômico, porque já temos um patrimônio construído, e é mais barato recuperá-lo do que criar as novas centralidades. Estas, o mercado imobiliário privado deveria criar sozinho para a realização dos seus lucros.

Superando a leitura da aparente transparência evidenciada na degradação das edificações, pretendemos reconhecer a cidade, assim como Gonçalves (1984), como criação humana e forma material que assume as relações sociais. Portanto, “estudar a transformação urbana é estudar a memória dos seus usos que dialoga, ao mesmo tempo, com o passado e o presente, apresentando-se com a tradição e englobando diversos códigos e princípios de ordenação numa síntese singular”. (FERRARA 1998:57).

Como expressão do diálogo estabelecido, encontramos no conteúdo das observações feitas por três alunas: “É preciso conhecer a cidade para entender o que é preciso preservar²⁴, pois o patrimônio histórico também revela a cidade, nossa história e alimenta a nossa memória”. (C. C, N. C., V. A., 2006). Diante do registro, podemos notar a apreensão não somente da necessidade de proteção do patrimônio, como também a observação acerca da necessidade de se conhecer, com mais qualidade, os processos condicionam da nossa cidade.

Ao estabelecermos associações entre os estudos da cidade por meio da interpretação e dos desenhos, estamos como professores, promovendo o reconhecimento da realidade e atuando na consciência dos indivíduos

cujo desenvolvimento é circunscrito pela maneira com o qual o indivíduo apreende a objetividade da realidade, apreende os significados sociais que podem adquirir para ele um sentido pessoal, vinculado diretamente à sua vida, às suas necessidades, aos seus motivos e sentimentos”. (MARTINS, 2006:68)

²⁴ Julgamos que aqui faltou a nossa intervenção em relação ao uso adequado dos conceitos: *preservação e conservação*.

Fig. 54 – Fragmentos do mosaico da primeira capela da cidade



As intervenções urbanas têm sido feitas, inclusive, no sentido de atribuir significados às construções que não existem mais no largo. Na trilha, observamos representações em mosaicos feitos no centro da Praça Carlos Gomes. Deles, duas questões se abriram para o plano da interpretação: Quais razões evidenciaríamos a destruição da representação do patrimônio? A partir do conteúdo da legenda do mosaico, quais contrapontos poderíamos estabelecer aos processos que determinam a produção da cidade? Foto: Débora Lopes Francisco, 2006.

Consideradas algumas variantes implícitas nos arredores das Praças XV de Novembro e Carlos Gomes, caracterizados por “antigo Largo da Matriz”, vale ressaltar que, embora nossas mediações sejam realizadas com vistas à interpretação, no movimento dialógico que se constrói ao longo do percurso da trilha, tornar-se-ia um contrassenso adotarmos a prática de respeito às diferenças, tanto daquelas ligadas à produção de fragmentos urbanos diferentes, para segmentos sociais diferentes, quanto em manter o indivíduo em processo de desenvolvimento do seu pensamento, sem ativação. Restringir a leitura da cidade, sustentada pela reprodução de concepções calcadas nos vieses ideológicos, religiosos e políticos, como se fossem atributos inquestionáveis e pertencentes à escolha ou a cultura do próprio educando, não garantiria qualidade na ação educativa desenvolvida na trilha, podendo induzir a um aprendizado e a uma experiência de “equívocos”.

Julgamos que, quando relegados a essa condição, mantida pelas “particularidades/pluralidades” “adotadas/impostas”, não contribuímos, como

professores, com a apropriação dos conceitos e a internalização de significados que sustentam novas representações da cidade, pois não promovemos a inserção do indivíduo na atividade de reflexão, fator condicionante para a projeção de construção de um espaço urbano mais democrático.

A fim de ilustrar nossas intenções, fazemos uso das palavras de Saviani (2009:70) que, ao tratar da relação democrática no processo educativo, postula:

o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir da democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia com a realidade no ponto de chegada.

Poderiam nos perguntar a que igualdade se pretende chegar no ensino para indivíduos pertencentes ao segmento social hegemônico que desconhecem, por exemplo, as necessidades reais de estabelecimento de políticas públicas que visem à inserção dos cidadãos segregados às possibilidades de viver na cidade. O ensino de Geografia, nesse caso, poderia ser reproduzido para as relações de manutenção do *status quo*; há que se reconhecer, no entanto, que diante dessa circunstância não faríamos uma abordagem científica nem ao menos cumpriríamos a nossa função social como professores, ao desprezar nas análises as diversas formas de desigualdade, a expressão dos conflitos que marcam e transcendem o espaço urbano, sendo visíveis em todas as escalas espaciais, comprometendo as dimensões mais essenciais de existência do homem²⁵.

²⁵ A construção de favelas em locais públicos ou privados é uma forma de atuação no espaço dos grupos excluídos na modelagem do espaço urbano. Depois da reintegração de posse do terreno ocupado pelas integrantes da Favela da Família, ocorrida de forma violenta no dia 5 de julho de 2011, a Defensoria Pública de SP em Ribeirão Preto ajuizou, no dia 7/7/2011, uma ação civil pública pela qual pede à Justiça que determine que a Prefeitura de Ribeirão Preto realize um cadastramento integral de todas as famílias foram retiradas da Favela da Família. Segundo os defensores, os cidadãos desalojados estão sendo privados dos direitos básicos constitucionais. “Cerca de mil pessoas de baixa renda que se encontram desamparadas, instaladas em local irregular, em situação de vulnerabilidade extrema, sem observância de qualquer de seus direitos constitucionalmente previstos, especialmente direitos básicos, como alimentação e moradia”. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Por isso,

se eu não admito que a desigualdade é uma igualdade possível, ou seja, se não acredito que a desigualdade pode ser convertida em igualdade pela mediação da educação (obviamente não em termos isolados, mas articulado com as demais modalidades que configuram a prática socioespacial (global), então, não vale a pena desencadear a ação pedagógica. (SAVIANI, 2009;70)

Em busca da construção dessa igualdade, justifica-se reconhecermos em que medida as políticas públicas urbanas – entendidas como condição que o Estado tem de antecipar e amenizar os problemas na cidade – tem contribuído para a criação de bases para a reprodução da vida.

Nessa conjuntura, como professoras/pesquisadoras, procuramos tangenciar a construção dos significados ligados à prática social, pois, conforme vimos em Correa (1995:8), se a cidade é reflexo da sociedade e a sociedade é dinâmica, a cidade também é mutável. Assim, os indivíduos, bem como as cidade/paisagens, serão concebidos como produtos de processos em permanente devir.

Seguindo a trilha, dos arredores da Praça XV de Novembro, direcionamo-nos rumo à Rua José Bonifácio e à Avenida Jerônimo Gonçalves, ambas localizadas no fundo do vale do ribeirão Preto.

Segundo Carlos (2009), a cidade não é um conjunto de fragmentos analíticos estanques e, com vistas a assinalar a capacidade interpretante de atribuir conteúdos que visem aspirar novos comportamentos, segundo Ferrara (1993), ao inserir a Rua José Bonifácio como trecho da trilha para a interpretação, entendemos que a sua importância esteja relacionada com a riqueza e a ecleticidade das edificações que trazem evidências condizentes às atividades agrárias e urbanas desde o final do século XIX (fig. 55), atrelando em nossas análises às implicações dos processos de implementação das tecnologias na produção do campo e da cidade cujas relações condicionaram a produção da sociedade e a expansão quantitativa e qualitativa do tecido urbano.

Fig. 55 - Vista parcial das edificações da Rua José Bonifácio



Rua José Bonifácio, nº 147. Destaque aos antigos depósitos de café que no processo de criação de outras centralidades e desvalorização da Rua e da região, foram subdivididas como forma dos proprietários realizarem o lucro por meio do aluguel. Foto: Débora Lopes Francisco, 1999.

Os aspectos históricos dessa Rua correlacionam-se com elementos expressos no desenho de V. (2006) (fig. 56) em que, embora não notemos a presença de homens, vimos a representação de uma cidade que antecede a industrialização com infraestruturas que marcam as atividades pretéritas, cujas relações de significâncias parecem expressas na disposição das construções, na ausência de muros, na ausência de uma segmentação espacial clara, mesmo que seja possível constatar a existência de equipamentos, tais como a Prefeitura, o banco, a ferraria que revelam, por sua vez, a divisão do trabalho.

Imbuídas dos significados evidentes no desenho, ainda podemos estabelecer contrapontos da paisagem objetiva da Rua José Bonifácio com a subjetiva, ao evidenciarmos que os traçados urbanos seguiram as margens do ribeirão Preto e do córrego Retiro Saudoso, amplificando a imagem do desenho que expressa a ausência dos quarteirões e dos loteamentos como requisitos primários que definiram os primeiros traçados da vila, conforme observado na planta urbana, construída por Augusto Gremensen de 1874, evidente na (fig. 8) do Capítulo 2.

Fig. 56 – O traçado da cidade



Fonte: Aluno V.(2006)

Gonzalez Bernaldez (1981:226), ao abordar aspectos relacionados aos benefícios da interpretação nas atividades de ensino também reforça:

Las ventajas pedagógicas ofrecidas por la interpretación de un paisaje residen en la posibilidad de descubrir nexos entre sus componentes y entre éstos y um sistema subyacente que posee también aspectos históricos. Todo esto pode practicarse

em paisajes triviales y sencillos, que no han de ser necesariamente reservas ni parques nacionales, ni siquiera lugares sobresalientes por las espectaculares características...

Nesse contexto, “interpretar a paisagem, o meio ambiente envolve, portanto, relações dialógicas e de mediação, propiciando a revelação de significados e a ressignificação dos seus elementos componentes através da experiência”. (GUIMARÃES, 2007).

Diante da paisagem da Rua José Bonifácio, atualmente caracterizada pela profusão de pedestres, pela agitação do Mercado Municipal, pela presença de atividades culturais e artísticas de caráter bastante populares que ocorrem na Praça Joaquim da Cunha, assim como pela tradição do comércio que se insere no circuito de venda de produtos a varejo para consumidores com menor capacidade de compra, destacamos os aspectos concernentes à sua proximidade com a Avenida Jerônimo Gonçalves, ao associar, durante o percurso da trilha, conteúdos ligados à circulação de pessoas e mercadorias, já que a história da rua está correlacionada com a instalação dos trilhos para a implantação do transporte ferroviário. Mais tarde, em 1970, do Terminal Rodoviário bem como os efeitos dos meios de transportes ao articular a produção local a outras áreas e o início da popularização da área da baixada com a instalação da rodoviária. (figs. 57, 58).

Fig. 57 – Estação Ferroviária Mogiana



Estação de Trens da Cia. de Estradas de Ferro Mogiana, na Avenida Jerônimo Gonçalves em Ribeirão Preto, início do Séc. XX. Fonte: APHRP.

Fig. 58 – Arredores da Rua São Sebastião, esquina com a Jerônimo Gonçalves.



Destaque ao uso do transporte rodoviário. Fonte: APHRP (s/d).

Por outro lado, é possível observar, na paisagem, os efeitos dos custos sociais da agricultura modernizada ao compreendermos as funções da rua na sua história, a precariedade das moradias sob forma de cortiço²⁶, como resultado dos deslocamentos de investimentos promovidos pelos agentes imobiliários, e legitimados pelo poder público, interferindo significativamente nas diferentes capacidades de apropriação do solo urbano e em mecanismos de acumulação de capitais²⁷ ao “produzir mais cidade”.

Desse modo, a trilha interpretativa da paisagem direciona-nos a implementar inter-relações que viabilizam o desvendamento das formas, ao considerarmos no processo interpretativo que

²⁶ Atualmente não identificamos nas visitas que fizemos na Rua, a existência de cortiços, embora existam inúmeros nas ruas perpendiculares a extensão de toda a José Bonifácio.

²⁷ Julgamos ser necessário compreender que os promotores imobiliários realizam as seguintes operações: *incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização*. (CORREA, 2004). No entanto, o setor imobiliário não é especialista de negócios, ele é responsável por movimentar capitais de outros setores produtivos e financeiros, a ele acoplados por sua ação financeira especulativa, o que potencializa e expõe a expansão de aquisições de propriedade do solo urbano, por multinacionais e outras empresas da área produtiva e bancária (DAMIANI, 2009).

a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificando o uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura [sic] e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORREA, 2003)

Aspectos de diversas ordens devem ser contemplados de maneira que nos possibilitem o entrelaçamento de conceitos que expliquem e traduzam as marcas das transformações socioeconômicas deixadas na cidade, cujos simbolismos históricos trazem como significado o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças, que nutriram, através dos tempos, o cotidiano dos homens. (FERRARA, 1993:202).

Na ação de colaborar de forma sistemática com o pensamento em conceitos para a efetiva compreensão dos mecanismos que definem a cidade, assim como instrumentalizar os indivíduos no reconhecimento das condições reais em que se inserem na contemporaneidade, visamos direcionar as ações para a construção de um conhecimento mais profundo. Em Vigotski (1996) apud Facci (2004:221-222) encontramos:

O pensamento em conceitos é o meio mais adequado para conhecer a realidade porque penetra na essência interna dos objetos, já que a natureza dos mesmos não se revela na contemplação direta de um ou de outro objeto isolado, senão por meio de nexos e relações que se manifestam na dinâmica do objeto, em seu desenvolvimento vinculado a todo o resto da realidade. O vínculo interno das coisas se descobre com a ajuda do pensamento por conceitos, já que elaborar um conceito sobre algum objeto significa descobrir uma série de nexos e relações do objeto dado com a realidade, significa incluí-lo no complexo sistema de fenômenos

Face ao anteriormente exposto, se abordamos na etapa do desenho, aspectos relacionados à existência de bairros “padronizados”, dotados de infraestruturas, tais como aqueles que os indivíduos consomem, há, como outra face da cidade, a manutenção e a construção de territórios onde imperam as desigualdades, demandando na nossa interpretação, a associação dos contraditos da mundialização da economia que, segundo Limonad (2008), ao

padronizar o consumo e as relações comerciais, cria também a heterogeneidade dos espaços intraurbanos e suas relações desiguais (fig.59).

Nessa perspectiva, a paisagem da Rua José Bonifácio evidencia, a partir das relações cotidianas estabelecidas, a existência de práticas comerciais de inúmeros produtos novos e usados que sejam passíveis de comercialização, tais como relógios, animais, equipamentos eletrônicos de baixa tecnologia, isqueiros, entre outros; prática que denota a coexistência, no espaço urbano, dos grandes centros de consumos representados pelos *shoppings* e os modos de praticar as trocas relacionadas às formas comerciais mais pretéritas.

De outro ângulo, próximo do Mercado Municipal e ao Centro Popular de Compras, destacamos a atuação da Prefeitura que, atendendo às pressões da ACIRP, construiu na Rua José Bonifácio, no antigo Terminal de Ônibus Urbano Antônio Achê, o Centro Popular de Compras (CPC) para instalar alguns trabalhadores informais fixados no antigo Terminal de ônibus urbano Carlos Gomes (localizado na Praça Carlos Gomes) e no calçadão.

Fig. 59 – Vista da Rua José Bonifácio com a Rua São Sebastião, destacando-se o prédio do antigo Banco Constructor de Ribeirão Preto.



Destaque ao comércio de pequenos objetos expostos na calçada do prédio do centro da foto, localizado na Rua José Bonifácio, esquina com a Rua São Sebastião. Foto: Elias Ibrahim, maio, 2011.

Diante dos aspectos supramencionados, analisamos a eficácia da construção do Centro Popular de Compras como local instalação dos

trabalhadores informais, já que, ao longo do percurso, entre a Praça XV de Novembro e a Rua José Bonifácio, pudemos identificar a sua atuação. Nesse caso, como ficaria a situação de inúmeros trabalhadores que não conseguiram boxes no CPC e, ao serem impedidos de comercializarem os seus produtos no calçadão, não conseguem garantir a sua existência e da sua família?

Com a desativação do terminal de ônibus urbano Carlos Gomes e Antônio Achê, problemas de outra ordem passaram a afetar as pessoas que trabalham e são dependentes do transporte coletivo para se deslocarem de suas casas, localizadas em áreas da cidade distantes do trabalho, onde os terrenos e as habitações são mais baratas, para o emprego, comprometendo a baldeação, no caso dos usuários que se utilizam de dois transportes, como também do embarque e desembarque. (figs. 60 e 61).

Além desses fatores, os usuários não têm proteção do sol ou da chuva, o que contribui, inclusive, com a vulnerabilidade em relação aos acidentes de trânsito, além do impedimento de passagem dos pedestres na calçada.

Fig. 60 – Parada de ônibus urbana Rua José Bonifácio



Destaque ao embarque e desembarcam dos passageiros do ônibus coletivo urbano na Rua José Bonifácio, ao lado do Centro Popular de Compras. Foto: Elias Ibrahim, 2011.

Fig.61 – Novos locais de espera de ônibus urbano construídos na Avenida Jerônimo Gonçalves.



Anos após da desativação do Terminal de ônibus em 2000, com a revitalização da Rodoviária, foram criados abrigos para pessoas que dependem dos ônibus urbano. Será que essas construções realmente os abrigam? Foto: Débora Lopes Francisco, 2009.

É possível discorrermos, ainda, sobre as funções da rua nos diferentes horários. Durante o dia, na procura de produtos regionais encontrados no Mercado Municipal, de eletroeletrônicos, assim como de peças de motocicletas, muitas pessoas recorrem às lojas da Rua José Bonifácio, tornando-a bastante dinâmica nos horários comerciais. No entanto, à noite, todo esse movimento é interrompido pelo fechamento das lojas e pela inexistência de um comércio de utilização noturna – exceto os hotéis – no trecho da Praça XV e Jerônimo Gonçalves, entre eles, a Choperia Pingüim e o Theatro Pedro II, ambos localizados na Rua Álvares Cabral próxima à Praça XV de Novembro.

Sendo assim, a noite, há um esvaziamento da região da baixada, fator que também favorece o desenvolvimento de atividades ilícitas do ponto de vista jurídico e moral; evidencia-se, também, a procura do local por indigentes, e por usuários de drogas e semelhante uso ocorre aos domingos durante o dia e a noite, conforme comprovado nas visitas técnicas no local.

Com essas observações, procuramos aproximar os conteúdos da vida urbana presentes em certos fragmentos da cidade que não se encontram

implícitos na vida dos indivíduos, ação essa importante no processo interpretativo – a de provocar, sensibilizar, estimular e mobilizar a atenção para outras formas de viver, consumir, usar a cidade, aproximando a realidade que extrapola as experiências formativas, ocorridas dentro da sala de aula e as experiências das vidas cotidianas. Desse modo,

Produzir uma identidade urbana significa dar alguma unidade a essa multiplicidade, ou seja, produzir sentido dentro da variedade de ações e práticas sociais que ocorrem dentro desse vasto quadro de possibilidades oferecido pelo espaço urbano. Lógico que o desafio maior seja de encontrar imagens [paisagens] pelas quais todo esse universo possa estar representado. (GOMES, 2008:10).

Colocamos, desse modo, que se a proposição de estudo da cidade por meio do desenho e da trilha demanda considerar determinados elementos que viabilizem as análises com vistas a atingir o fim de amplificar a consciência, que “não pode ser identificada exclusivamente com o mundo das vivências internas, mas apreendida como ato psíquico experienciado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão das suas relações com os outros homens e com o mundo”. (MARTINS, 2007:66).

Na produção de *P.L.* (2006), é possível constatar as variáveis que uma aluna de 12 anos utilizou para sistematizar, em um pequeno texto, os aspectos do Quadrilátero Central apreendidos no percurso da trilha, quando afirma:

Eu achei que este trabalho que fizemos deu a oportunidade para nós conhecermos o centro da nossa cidade, que apesar da desvalorização de muitas áreas, da degradação de inúmeros prédios, do descaso do poder público, da desigualdade social que se apresentou nessa parte da cidade, percebi também muitos marcos da evolução e consciência do homem...

Aplicamos o mesmo raciocínio para discutir questões referentes à conservação dos prédios da Rua José Bonifácio. Desde 2007, vem sendo discutida pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a possibilidade de recuperação das edificações, visando estabelecer uma política que garanta a homogeneização da paisagem com interferências nas fachadas dos prédios. Além do prédio do Mercado Municipal, tombado em 2010 e da antiga União

Geral dos Trabalhadores (UGT), em 2004, a Rua foi tombada, provisoriamente, a pedido do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (CONPPAC). De acordo com informações obtidas na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, os imóveis da rua fazem parte do Inventário de Referências Culturais de Ribeirão Preto e será inserida no Roteiro do Café. (PMRP, 2011).

Nessas circunstâncias, vale observar se a proteção do patrimônio histórico²⁸ será realizada subjacente ao modelo de desarticulação das políticas urbanas dos problemas humanos e estruturais existentes na rua e nos seus arredores. Essa ação de intervenção nas fachadas dos prédios deverá refletir práticas concretas que se voltem para a resolução de problemáticas sociais concretizadas nas atividades comerciais ilícitas, nos redutos de prostituição, na existência de inúmeros cortiços, de indigentes que procuram a rua como local para se abrigarem²⁹, além de outros problemas que caracterizam a região da baixada.

Trilhando na Avenida Jerônimo Gonçalves, Avenida paralela à Rua José Bonifácio, vimos, historicamente, que a primeira intervenção no ribeirão Preto foi realizada em 1883, restringindo seu espaço natural ao suprimir a vegetação, seus meandros, barrancos e as condições de manutenção dos ecossistemas aquáticos para a instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana.

Na intervenção, utilizando-se dos estudos de Oseki (2000), entendemos que o ribeirão, assim como o rio Pinheiros, apontado pelo autor, transformou-se em produto produzido, passando a cumprir a função de atender às demandas

²⁸ De acordo com dados obtidos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, em Julho de 2011, a Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto entregou cartas aos proprietários de estabelecimentos comerciais e residências da Rua José Bonifácio, convidando-os para discutir a revitalização do patrimônio cultural daquela rua. A reunião pretendeu tratar de mais uma intervenção de cultura pelo Governo Municipal, em parceria com a iniciativa privada, representada pela empresa de tintas Coral que trouxe para a cidade o projeto Tudo de Cor para Ribeirão Preto. De acordo com Marcelo Abreu, coordenador nacional do projeto *Tudo de Cor para Você*, o trabalho desenvolvido em Ribeirão Preto será realizado por meio de mutirão de voluntários, comerciantes, estudantes de arquitetura e urbanismo e profissionais da administração municipal que pintarão os estabelecimentos com as tintas fornecidas pela empresa Coral.

²⁹ Nas visitas que fizemos na rua observamos, no período da manhã, a presença de inúmeros indigentes que procuram as marquises dos prédios para se abrigarem.

das atividades econômicas da época como a rede ferroviária, rede de esgoto, rede viária, captação de água pluvial. Do mesmo modo, encontramos nos estudos de Guillard e Duarte (2006) relacionados ao ribeirão Preto que, entre 1945 e 1995, desde o primeiro Plano Diretor, os rios urbanos eram vistos apenas como referência para o sistema viário na cidade.

Como uma das decorrências dessas alterações, houve a implantação da indústria no local (APHRP, s/d) e, com isso, a atração de mão de obra que, aos poucos, foi levando esses trabalhadores a viver em outros locais da cidade, demarcando a ampliação do tecido urbano e, ao mesmo tempo, articulando-os.

Ao tratar dos efeitos da indústria na cidade, correlacionamos as informações da trilha com o desenho de C. (fig.62), possibilitando-nos abarcar as variáveis territoriais qualitativas implícitas na estruturação e reestruturação industrial, ao considerarmos a sua localização próxima aos eixos viários, como foi o caso das indústrias da Avenida Jerônimo Gonçalves e, atualmente, dos rodoviários, as relações econômicas que se estabelecem no plano local-global nos períodos demarcados pelas indústrias de substituição de importações e pela transferência das multinacionais para o país.

Fig. 62 – A indústria na cidade



Fonte: Aluno C. (2006)

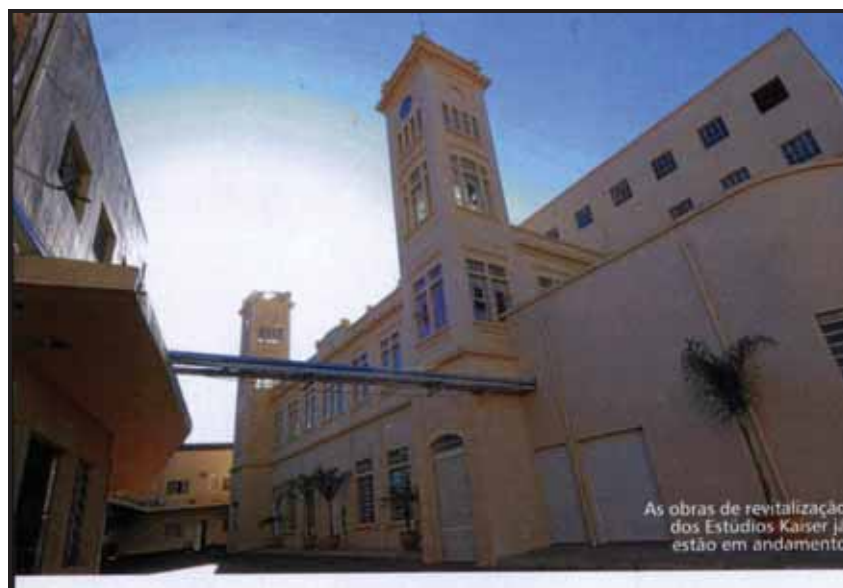
Além disso, podemos articular nas análises da trilha os efeitos da produção industrial nas vulnerabilidades provocadas no ambiente urbano relacionados à poluição atmosférica, deposição dos seus resíduos que se realizam distante dos locais de produção bem como as consequências desse modelo produtivo nas comunidades dos bairros que ficam próximos a elas, destacando a importância do Plano Diretor como um instrumento político de regulação da sua implantação.

O que se pretende com essas considerações estabelecidas na trilha, articulando-as com o desenho, é ampliar as escalas de análise espacial a fim de possibilitar ao indivíduo, no caso o aluno C., os vínculos da produção industrial com as atividades agrárias e urbanas, superando, nessa compreensão, os limites impostos pelo nível empírico, cuja expressão relaciona o fenômeno no limite do que o indivíduo vê.

Também marcada pela produção industrial, a paisagem Avenida Jerônimo Gonçalves é referência de identidade cultural para grande parte dos ribeirão-pretanos, com ressalva para as crianças e adolescentes de um segmento social mais abastado que desconhecem a região. Desde meados da década de 1910, a Avenida passa por profundas transformações com a desativação da Estação Mogiana, instalação da Rodoviária, deterioração de inúmeros prédios com a expansão do tecido urbano para as áreas periféricas com a criação de outras centralidades comerciais e industriais que refletiram, inclusive, na desativação das atividades industriais desenvolvidas na antiga Companhia Cervejaria Antarctica no ano de 2003 e na refuncionalização do seu prédio. (fig.63).

Nesse quadro, conforme já dissemos no capítulo dois, as intervenções na Avenida Jerônimo Gonçalves foram condizentes com as transformações territoriais que garantissem o desenvolvimento das atividades produtivas, condicionando inúmeros problemas de ordem social e ambiental, sobretudo das enchentes. Nessa conjuntura, sua paisagem passou a manifestar as contradições da cidade que se produzia/produz.

Fig. 63 – Vista parcial do Espaço Kaiser de Cinema, situado no cruzamento da Rua Visconde do Rio Branco com a Jerônimo Gonçalves.



Prédio da fábrica Cia Cervejaria Paulista inaugurado na Avenida Jerônimo Gonçalves em 1914. Tombado pelo CONDEPHAAT e pelo CONPPAC decorrente da reestruturação industrial a edificação cumpre atualmente novas funções. Atualmente, o prédio abriga um complexo de produção audiovisual denominado Estúdios Kaiser de Cinema. Fonte: Revista Revide (2011).

Rodrigues (1988), ao fazer a análise da metáfora espacial dos problemas ambientais no final de século XX, discorre sobre a importância de entendermos os problemas do meio ambiente não como uma problemática restrita à escala local, mas de âmbito da biosfera, de que a natureza é finita. Partindo desse paradigma, o desenvolvimento científico tecnológico, responsável por criar novos produtos que visam “solucionar” os problemas da humanidade, apresenta-se, também como potencializadores da destruição das condições naturais originais dos territórios. Nesse sentido, afirma que:

As contradições estão impressas no espaço desse modo de produção, que produz ao mesmo tempo mercadorias e territórios desejáveis e vendáveis e mercadorias e territórios indesejáveis e invendáveis. [...] As mercadorias e territórios indesejáveis são muitas e variadas. Utilizo o termo ‘indesejáveis’ no sentido que não foram “planejadas como mercadorias”, muito embora com o *tempo* e em determinados espaços, acabem tornando-se mercadorias. Mercadorias que “deterioram” determinados territórios [e paisagens] tornando-os “indesejáveis” para a riqueza e para o poder. Vão desde as que se deslocam no território - alimentos deteriorados, automóveis poluidores - como aqueles fixados no território - casas pobres ou subhabitação e infra-estrutura precária ou ausência desta,

tendo como consequência esgotos e lixo a céu aberto, contaminação hídrica e consequentemente saúde precária, etc.. (RODRIGUES, 1988:63).

Sob o argumento de resolver e ou de amenizar os problemas causados pelas enchentes na região da baixada e na Avenida Álvaro de Lima, no bairro Vila Virgínia próximo à confluência do córrego Laureano e do ribeirão Preto, onde as cotas de altitudes são menores, novamente a Avenida Jerônimo Gonçalves passa por uma ampla reforma, caracterizada pelo

[...] aprofundamento do canal em rocha em 1,5m, alargamento do córrego em 6m, passando de 8m para 14 m, terraplenagem, construção das estruturas e fundações do canal, pavimentação asfáltica, construção de guias, sarjetas, execução de microdrenagem, construção de rede de elevação de água e esgoto e substituição das pontes ao longo do trecho, além de reconstituição dos balaustres originais, em concreto armado, portanto, mais resistentes. (PMRP, 2010).

Segundo dados obtidos na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (2007), as reformas visam garantir maior tráfego na região, que abriga um pólo comercial tradicional de Ribeirão Preto, além de viabilizar o deslocamento de uma frota de 415.078, segundo os dados do Departamento de Trânsito (DETRAN) de Ribeirão Preto. (PMRP, 2010).

Assim, os problemas ambientais existentes na baixada e na Avenida Jerônimo Gonçalves expressam em sua paisagem, os reflexos do desenvolvimento das atividades econômicas traduzidas pelas vulnerabilidades ambientais, atingindo quem mora ou tem seu comércio nas margens do ribeirão e do Retiro Saudoso, na poluição do ar, na escassez de áreas verdes públicas que se encontram em índices de $4,4 \text{ m}^2/\text{habitante}$ (GUZZO, 2006), na degradação caracterizada pela falta de manutenção de prédios, bem como os problemas ligados às diversas estratégias de reprodução da vida que se ampliam em número cada mais expressivo de pedintes, mendigos, prostitutas, catadores de resíduos recicláveis, entre outros (fig. 64).

Fig. 64 – Jerônimo Gonçalves defronte ao Terminal Rodoviário



Nota-se em frente à Rodoviária, na margem direita do ribeirão (1) a presença dos trabalhadores informais que se alojavam ao longo do córrego, as mercadorias perdidas por comerciantes após a enchente de 2002, assim como a cobertura asfáltica de paralelepípedo que contribui para amenizar a velocidade do escoamento das águas superficiais, substituído ao longo dos anos por camada asfáltica homogênea. Foto: Heleno Ferreira dos Santos, 2002.

Esses fatores possibilitam-nos considerar que embora a cidade tenha se construído, (talvez ideologicamente) sob os cognomes de *Califórnia do Café*, *Novo Oeste*, *Capital do Café*, *Capital do Oeste*, *Capital da Cultura*, *Califórnia Brasileira* (APHRP, s/d), atualmente vincula-se à Capital do Agronegócio, na experiência prática, fica claro, de acordo com o pensamento de Lefebvre (2006), que o desenvolvimento econômico não se traduz diretamente em desenvolvimento social.

Mesmo que fuja deste trabalho um levantamento técnico das obras e os seus reflexos diretos, uma vez que não foram concluídas, fica uma indagação:

Justificar-se-iam gastos dessa magnitude num trecho tão específico do córrego³⁰? Quanto essas mudanças na Avenida, terão reflexos qualitativos de

³⁰ Os custos das obras se definem por trechos de intervenção. A primeira etapa compreendeu um trecho de 400 metros, entre a rotatória Amim Calil e a Rua Visconde do Rio Branco. Os custos foram da ordem de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 10 milhões do governo federal, R\$ 3 milhões do governo estadual e R\$ 2 milhões do município. A segunda etapa de intervenção entre as Rua Martinico Prado e a rua Visconde do Rio Branco, num trecho de 380 metros totalizaram R\$14 milhões. A terceira etapa das obras compreende um trecho de aproximadamente 1.000 metros lineares ao longo da avenida Jerônimo Gonçalves, e situa-se entre as Ruas Martinico Prado e Ana Nery. Nesse trecho serão aplicados recursos oriundos do Governo Federal de aproximadamente R\$ 52 milhões. (PMRP, 2009; 2010).

reversão de benefícios para os ribeirões pretanos mais carentes que financiaram, por meio de impostos, obras superiores a 80 milhões?

Não estamos afirmando com isso que os problemas encontrados nesse território não mereçam atenção, mas não há como negar que as enchentes se encontram intervencidas com as formas de ocupação ao longo da sua bacia hidrográfica que possui uma área de drenagem de 345,43 km² e um perímetro de 93,373 km (FREITAS, 2006) e, diante dessas implicações, para contê-las (se é que são passíveis de contenção), seriam necessárias intervenções que superassem a realização de obras pontuais. Esses fatores se fazem presentes por constataremos que, paralelamente à intervenção, encontramos a escassez de ações nas sub-bacias dos seus tributários da margem esquerda (córregos Campos e Laureano) e da margem direita (Retiro Saudoso e Tanquinho), todos afluentes do ribeirão situados na área urbana. (FREITAS, 2006).

Assim, a obra seria realmente a ação mais urgente para solucionar os problemas das enchentes já que, conforme nossos levantamentos deixam de contemplar o ribeirão na sua unidade, assim como os três elementos de caráter *normativo, fiscalizador, controlador, preventivo e corretivo*, apontados por Vargas e Ribeiro (2001) como ações indispensáveis da gestão ambiental urbana?

Diante disso, poderíamos inferir de nossas interpretações que, se no passado, as razões de construção de uma cidade higiênica e burguesa se fazia sobre o discurso da salubridade (FARIA, 2003), atualmente as reformas e reconstruções poderiam estar ancoradas na amenização/contenção dos “problemas da natureza” (frequentemente associados como gerador do caos urbano) bem como na criação de eixos rodoviários que articulam as atividades da cidade internamente e com outras cidades?

Em Carlos (2009:298) encontramos os aspectos ideológicos presentes na gestão da cidade contemporânea em crise e a necessidade de existência de um prefeito-gestor para a execução de projetos que visem inserir a cidade no futuro globalizado, quando afirma:

No plano do discurso a reforma urbana aparece sob a forma de fragmentar a renovação de parcelas da cidade, com a abertura de novas vias de trânsito, construção de pontes e viadutos de grandes edifícios ou mesmo de bairros fechados, constituindo

as periferias implodidas – funda-se na ideologia do progresso e do moderno, onde a ‘chantagem de utilidade’ (KOTANYL e VANEIGEM, 1961 p.215) permite forjar o ‘consentimento da população’ para projetos espetaculosos como único caminho possível para superar o caos. Nesta perspectiva, o planejamento restabelece a eficiência econômica da cidade no movimento da acumulação.

Subjacente à interpolação, ainda nos perguntamos, embora nos dias atuais nos pareça “estranha” essa possibilidade, o quanto as obras contribuem para o reestabelecimento do valor de uso que transcenda a função de ampliação das vias rodoviárias? Em que medida esses investimentos convergem em melhorias que tragam novas funções fluviais, tais como esporte e lazer?

Telles (2004), ao discorrer sobre o futuro da paisagem postula que ela está diretamente relacionada com o nosso futuro. E completa: “O futuro da paisagem está comprometido pela agricultura, a floresta, o urbanismo, por toda uma política que cria soluções temporárias de riqueza”. Nesse sentido se as reformas redefinem as formas concretas e o uso da paisagem, perguntamos, qual será o seu futuro?

Ao fazerem uma análise pontual em cinco fragmentos do ribeirão, Guillard e Duarte (2006:106-107) apontaram, por meio de entrevistas resultantes da percepção dos habitantes, que no trecho do ribeirão, na Avenida Jerônimo Gonçalves, muitas pessoas não conheciam nem o seu nome. E continuam: “vimos que o fato de o rio se apresentar canalizado pode trazer grande apatia aos espaços livres públicos, privando a sua população de uma experiência satisfatória com a paisagem urbana”. (GUILLARD e DUARTE 2006:106-107)

Por outro lado, como as intervenções poderiam contribuir para a amenização da poluição do ribeirão e seus dos tributários viabilizando a existência de fontes potenciais futuras que provocariam menores impactos no Aquífero Guarani, única fonte de abastecimento do município, de onde se explora anualmente 95 700000 m³, índices que se apresentam três vezes superiores à recarga da chuva. (VILLAR 2009).

Ghilard e Costa (2006:115), ao conceberem os cursos d’ água como protagonistas ecológicos nos centros urbanos nos apontam:

O entorno do ribeirão Preto, não estando mais degradado e suas águas não mais poluídas possibilitaria o desenvolvimento de uma diversidade de vegetação e o conseqüente fornecimento de um habitat natural para pequenos animais, além dos peixes presentes no rio.

Hardt e Hardt (2010), ao discutirem aspectos concernentes à avaliação do ambiente urbano na qualidade de vida da população, citam Wilhein et al. (2000), destacando que a influência da paisagem urbana e dos espaços públicos, devem associar-se a aspectos condizentes com as necessidades básicas de ordens físicas, fisiológicas, sociais e psicológicas.

Ao discorrer sobre o planejamento na proteção dos recursos paisagísticos, Guimarães (2005:208) ainda chama atenção para a necessidade de se considerarem os interesses e valores relacionados à significância patrimonial. Nesse caso, o planejamento deve, portanto, apontar diretrizes integradas a programas conservacionistas de uso racional locais e regionais, promovendo ações com “amplitude de variação segundo suas dimensões, contextos, riscos, incluindo as áreas respectivas ao patrimônio natural e construído e seus espaços de entorno e de ambientação”.

O que notamos durante a realização das obras foi que, aos poucos, houve o atrelamento das reformas à ideia de uma Ribeirão Sustentável³¹. Em visitas realizadas nos meses de maio e junho de 2011, foi possível observar na Avenida Jerônimo Gonçalves, propagandas instaladas nos locais de espera de ônibus urbano que anunciavam: “*A maior obra da história*”, caracterizando uma imagem marcadamente ufanista. (ANEXO 5).

No plano local, essas ações representariam uma supervalorização da obra para contenção de problemas ambientais, preenchendo o vazio de

³¹ A respeito do caráter preventivo, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal da Educação, tem desenvolvido inúmeras ações educativas associadas às obras antienchentes. Entre elas, encontramos o Programa *Criança Ecológica* cujo intuito é promover atividades voltadas a alunos da rede municipal de ensino, com enfoque para a discussão da importância das obras de macrodrenagem na região central além de oferecer informações à população para que ela possa compreender a necessidade das intervenções e colaborar para sua melhor efetividade. O segundo projeto promovido pela Casa da Ciência ‘Galileu Galilei’, nomeado por “*Entre Rios*” tem o mesmo objetivo: discutir as causas das enchentes e formas de contribuição da população para a maior efetividade das obras de macrodrenagem. Esse projeto, já contou com a participação de mais de 900 alunos. (PMRP, 2009; 2010)

projetos políticos que superassem, em ações pontuais, problemas de ordem social, físicas, fisiológicas, sociais e psicológicas? Se assim for, em que medida os problemas das enchentes se resolveriam com a criação de novas mercadorias? E, ainda, quanto às obras antienchentes foram profícuas para as empresas especializadas? (fig. 65).

Fig. 65 – Obras no ribeirão Preto, 2010.



Aprofundamento e alargamento do canal do ribeirão Preto na Avenida Jerônimo Gonçalves. Fonte: PMRP (2010).

Cavalheiro et al. (1983) apud Cavalheiro (1998), observa que as proposições para intervenções na cidade têm se estruturado num planejamento urbano inserido na estratégia do consumo no qual se privilegia um sistema viário eficiente, setorizando as atividades urbanas com preocupação da proporcionalidade e funcionalidade dos espaços, além de visar ao equilíbrio quantitativo das diversas atividades urbanas. No que tange ao planejamento urbano e suas estratégias, Correa (1995) identifica que a conjugação das reformas urbanas como a abertura de vias de tráfego, viabiliza vários interesses simultâneos:

De um lado, via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial

[...] viabiliza também a ampliação de capital das empreiteiras e cria circulação mais eficiente, viabilizando assim a produção de

novos meios de transporte, entre eles aqueles de uso individual. (CORREA, 1995: 28).

Mesmo convencidas de que o nosso objetivo no trabalho não seja apresentar respostas a essas formulações, como poderíamos desprezar determinadas correlações se, no fundamento da comunicação interpretativa, encontramos a provocação (confronto) das formas e conteúdos, relações dialéticas e dialógicas, entre o que se sabe e o que se há de saber, como forma de leitura da paisagem e decodificação dos seus múltiplos conjuntos simbólicos?

Ao elencar esses fatores, promovemos a aproximação entre os indivíduos e o objeto de estudo, a fim de que ocorra uma interpretação necessária à elaboração de novas representações urbanas ao refletirmos sobre um cotidiano vivido à mercê de normas e intervenções que muitas vezes não estão ligadas diretamente à realidade existencial e ambiental. Nesse quadro, entendemos

que não se processa a transformação social, porque não se cria o significado do lugar urbano como coletivo, capaz de elaborar, argumentar e produzir ideias e ações, ainda que contraditórias. [Na sociedade de consumo marcada pela especialização técnica] elimina-se o espaço urbano como aquele onde são gerados os valores do debate, da opinião.... (FERRARA, 1993:125).

Diante das interpolações, interpretações e da caracterização geo-histórica do Quadrilátero Central, vimos que o modelo produtivo condicionou o desmatamento, a alteração da água dos rios, o uso irracional dos recursos hídricos subterrâneos, as relações de trabalho, as relações sociais, as funções da rua, da avenida, enfim, da própria cidade. Desse modo, pensar em problemas de múltiplas ordens é trazer para a interpretação da paisagem da região, reflexões que superem as relações homem-natureza e contemplem as relações de convivência dos homens entre si sob determinadas condicionantes históricas, faz-se necessário, ainda que:

É preciso, assim, ter cuidado para não ocultar a existência e as contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito às formas como o

homem em sociedade apropria-se da natureza.
(RODRIGUES,1998:8).

Pensar nessa relação pressupõe, também, tratar dos prognósticos para a Rua José Bonifácio e, nesse caso, o quanto às obras antienchentes poderão contribuir para a valorização dos imóveis³² e proteção dos edifícios da rua. (figs. 66 e 67).

Se houver a valorização, o quanto ela pode contribuir com a inviabilização de inúmeros comerciantes que só conseguiram se fixar graças à deterioração dos prédios e a ausência de investimentos públicos por muitos anos, transformando-a, em certos períodos de ocorrência de enchentes, bem como na sua ocupação noturna, como um território indesejável. E como essa nova dinâmica poderia refletir nas condições dos moradores dos cortiços nos locais próximos à rua.

Fig. 66 – Vista parcial das edificações na Rua José Bonifácio



Na Rua José Bonifácio nas imediações do nº130 percebemos, em 1999, a existência de prédios vazios e abandonados, fato que vem se alterando com maior ocupação ao longo dos anos. Foto: Débora Lopes Francisco, 1999.

³² Nos depoimentos dos comerciantes que possuem estabelecimento na Jerônimo Gonçalves e na José Bonifácio, constatamos o aumento significativo dos aluguéis dos prédios localizados no trecho em que as obras antienchentes foram concluídas. Outras informações acerca das percepções e depoimentos dos comerciantes encontramos em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ccs/snoticias/i33principal.php?id=17041>

Fig. 67 – Revitalização de edifício localizado na Rua José Bonifácio



Em 2011, em visita técnica, constatamos os investimentos particulares na restauração de antigos prédios deteriorados. Foto: Débora Lopes Francisco, 2011.

Diante da nossa inquietação, vale correlacionar ainda, que, concomitantemente à finalização das obras da primeira e segunda fase de retificação do córrego, ficou proibido o estacionamento de veículos na Avenida Francisco Junqueira³³, sob a alegação de garantir maior fluidez ao trânsito. Nesse caso, atentemos o quanto essa restrição contribuirá com a demolição de inúmeros prédios históricos nos arredores da Rua José Bonifácio no intuito de atender às demandas de estacionamento. Como se configurará a paisagem da rua entre dois grandes eixos de fluxo de veículos?

Todas as informações, provocações, inter-relações históricas e geográficas inerentes do processo interpretativo visam enriquecer a inteligibilidade e visibilidade da cidade e concebê-la de dentro, pensada pelos indivíduos da cidade a partir das necessidades reais dos cidadãos; por isso, torna-se importante a retomada dos significados para a construção do sentido ligado ao por que (motivo) e para quem a cidade é produzida.

Desse modo, ao tratar dos fundamentos implícitos da atividade de educação/ensino, à medida que os indivíduos se apropriam de novos

³³ A TRANSERP, empresa que gerencia o trânsito e o transporte coletivo em Ribeirão Preto determinou que a partir do dia 23 de maio, entra em vigor a terceira faixa de trânsito na Avenida Francisco Junqueira em razão da proibição de estacionamento de veículos em toda sua extensão.

conteúdos sobre a cidade, os conteúdos (significados) ativam as funções internas que, depois, passam a governar as novas ações, tornando a atividade do indivíduo mais autônoma. (LEONTIEV, 1975). Mais tarde, a consciência, como produto da internalização dos significados, passa a dirigir as atividades dos indivíduos que podem resultar em permanências, rupturas e/ou transformações projetadas para/na cidade.

Como estratégia intencional que visa à amplificação das imagens dos desenhos por meio dos conceitos, a trilha contribui para romper com um distanciamento entre o desenho, a vida cotidiana, para apreender a multiplicidade de conteúdos presentes na cidade, pois:

toda representação é algo que substitui um objeto a alguém, transmitindo algumas de suas características em sua ausência. O caráter representacional é intrínseco à qualquer forma de reflexão e portanto, instrumento de mediação também às ações sobre determinada realidade. (DUARTE, 2008:176)

Como professores/pesquisadores, conscientes do movimento existente entre a relação interna e externa, engendradas nas atividades dos indivíduos (LEONTIEV, 1975) e da nossa função na instrumentalização desses alunos, reconhecemos a importância da Geografia como ciência que guarda conceitos de análise da realidade urbana transcendendo a subjetividade, como é possível observar, por exemplo, no desenho de F.B (2006) (fig.68) onde é evidente a valorização das formas urbanas potencializada pelo o uso da tecnologia na verticalização, nos meios de transportes aéreos, da ausência da natureza na cidade de uma sociedade fictícia e futurística, embora os padrões de consumo relacionados aos espaços privados ainda permaneçam, como é possível notar na existência do *shopping center*.

Como já visto, no processo de ensino, procuramos vincular o uso do desenho como produto/imagem das percepções como expressão da realidade dos sujeitos concretos e, ao propor a trilha, complexificar essas imagens.

No encadeamento dessas ações pedagógicas, tal instrumentalização ocorre no movimento que visa, ao problematizar a cidade real, incorporar significados que sustentarão a prática desses indivíduos. Diante de tal prática, compactuamos com Saviani (2009:72) quando afirma que:

[...] há uma tendência a desvincular os conteúdos específicos de cada disciplina das finalidades mais amplas. Então, ou se pensa que os conteúdos valem por si mesmos sem necessidade de referi-los à prática social em que se inserem ou se acredita que os conteúdos específicos não têm importância, colocando-se todo o peso na luta política.

Justamente por acreditarmos na função da educação e no papel que os conteúdos cumprem como construtores de significados, buscamos contribuir para a elaboração de outras imagens urbanas, considerando processos imagéticos imbricados, revelando percepções sensíveis, bem como atribuição de sentido que vislumbrem equidade, justiça social e ambiental, para que num futuro próximo, esses indivíduos possam projetar novas relações espaciais da sociedade, atuando em novas imagens/paisagens, pois somente nesse interior de garantia da existência dos homens, a cidade será viável. Nesse movimento, parafraseando Lefebvre (2006), *outra cidade se anuncia*.

Fig. 68 – Cidade Futurista



Fonte: Aluno F.B (2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto ao longo deste trabalho, várias indagações foram sendo reelaboradas e, à medida que engendravam as análises, manifestavam os próprios objetos envolvidos no estudo e expressavam distintas “leituras” da paisagem e dos seus espaços vividos, num desdobramento de percepções objetivas e subjetivas.

No trabalho pedagógico, a compreensão de quem são os indivíduos, concebendo-os como sujeitos concretos, não visa apenas fazer um levantamento das variáveis pregressas da vida cotidiana, mas entender de que forma esse reconhecimento traz elementos relevantes para conduzir ações e operações futuras mais qualitativas. Em outras palavras, o que queremos dizer é que, ao conhecermos os indivíduos, as condições em que vivem, e as suas percepções, como resultado da sua vida cotidiana, temos elementos concretos para intervir na qualidade das imagens da cidade por meio da amplificação da sua consciência, visto serem elas produto das suas atividades.

O desenho, nesse contexto, cumpre função importante, pois se manifesta como produto da percepção dos indivíduos e dos significados internalizados. Considerando a percepção como função psicológica sintética expressa na imagem da cidade/paisagem – tanto as mais complexas, assim como as mais elementares conforme demonstrado no trabalho – o desenho é utilizado como fonte de informação pela professora. A partir daí, redonda nas intervenções da professora, ao expressar a necessidade de mediação, e engendrar situações dialógicas pautadas, inicialmente, no re-conhecimento desses indivíduos na sociedade, numa trajetória de confronto entre as imagens subjetivas/objetivas, marcadas pela ressignificação, ao demandar a inserção de conceitos da Geografia, num entrelaçamento entre a cidade objetiva e subjetiva. Assim, o desenho, como síntese de formas e conteúdos subjetivos, é considerado também como produto, “matéria-prima” para o desencadeamento de ações pedagógicas profícuas ao intervirmos qualitativamente no pensamento dos indivíduos, possibilitando-nos desenvolver um estudo integrado à realidade espacial dos alunos e da sociedade.

Norteadas pelo conceito de *Atividade* como cadeia de ações e operações voltadas a um fim específico (VIGOTSKI, 1896-1934), orientada

pelo postulado materialista histórico de que é nas atividades que os homens produzem a si mesmos, buscamos imprimir no trabalho pedagógico, várias ações intencionais e, por meio delas, garantir a conquista da apreensão qualitativa da cidade concomitantemente com o desenvolvimento integral dos indivíduos. Nesse panorama, superada a etapa de leitura e análise dos desenhos, já tínhamos elementos para dar saltos mais qualitativos no que tange à nossa atuação como professores\pesquisadores.

O Quadrilátero Central da cidade de Ribeirão Preto foi, então, objeto de interpretação para superar as ausências e as necessidades apontadas nos desenhos. A trilha interpretativa realizada nesse trecho intraurbano não cumpriria a simples função de colocar o indivíduo frente ao objeto de estudo, mas o de engendrar a retomada de conteúdos de análise e informações, redundando em inferências, trazendo, nessa atividade mental complexa, o passado e o futuro da cidade para o presente.

Desse modo, a cidade tornou-se objeto de estudo, caracterizando-se como ponto de partida por meio do desenho e ponto de chegada ao romper com uma visão fragmentada e subjetivista para entendê-la na sua história ativa, fato circunstancial e necessário para transcender o reconhecimento e a explicação dos problemas antes limitados à percepção mais empírica dos indivíduos nos territórios restritos às vivências da sua realidade concreta, diária e afetiva.

Entremeada pela leitura de textos científicos e outras ações que deram sustentação às análises, vimos nas estratégias condizentes com o uso do desenho e da trilha interpretativa, importantes instrumentais para a construção de novas representações e novas imagens mediadas por conceitos. Isso nos permitiu desmistificar o objeto de estudo dos seus níveis mais sensoriais e perceptivos, (re) significando-o, e engendrando a capacidade de pensar a cidade e interpretar as paisagens, buscando a essência que se articula nos seus objetos, desdobrando-se numa reunião de elementos diferentes num todo coerente, caracterizado por uma síntese qualitativa.

Desse correlato, caminhamos do empírico para o conceitual a partir das mediações para o estabelecimento de outros juízos, engendrando outros conceitos que se traduzirão em novas imagens.

A Geografia, nesse caso, cumprirá a função não como uma “disciplina” separada, apartada da situação em que se encontram os indivíduos em estudo e os estudados, ao entendermos a cidade como criação humana e forma material que assume as relações sociais (GONÇALVES, 1984). Ela participará como ciência, cujas ferramentas conceituais são imprescindíveis para o desvendamento da realidade da qual esses indivíduos fazem parte, onde prática e conteúdo dialogam em uma sociedade marcada pela supremacia do individualismo, reforçada pelas transformações viabilizadas pelo modelo econômico neoliberal que prioriza, financia e normatiza a expansão desse modelo produtivo não coadunando com o desenvolvimento social.

Logo, os conteúdos (significados) necessários para o questionamento da cidade que se produz, quando internalizados, passam a compor o sistema de conhecimentos dos indivíduos ao pensar e refletir a cidade numa dimensão que extrapola os níveis mais restritos do vivido. Diante disso, fica clara nossa intenção como professores/pesquisadores sobre quais indivíduos necessitamos educar e qual sociedade desejamos construir.

Entretanto, há que se questionar se, ao contribuirmos com a amplificação da consciência desses indivíduos, ela realmente engendrará nova postura que eles terão no futuro, na intervenção dos processos que conduzem a produção da cidade. Não temos dúvida de que, para que haja mudanças, são necessárias condições objetivas. Por isso, sabemos que a internalização dos significados responsáveis pela existência histórica da sociedade torna-se condicionante objetiva e, ao mesmo tempo, ao trabalharmos com um segmento social mais privilegiado numa sociedade desigual, esses poderão interferir em mecanismos mais concretos que poderão amenizar, senão transformar, os efeitos da organização espacial da sociedade que tem impedido a garantia da vida de muitos cidadãos.

Para finalizarmos, numa retrospectiva, evidenciamos os conceitos norteadores do trabalho que se inicia com a concepção de indivíduos em que o psiquismo é entendido como *imagem* subjetiva do mundo objetivo (VIGOTSKI). Na atividade de ensino de Geografia, o uso do desenho é tomado como *paisagem* construída a partir da percepção da vida cotidiana que condicionou a implementação de novas ações no ensino, motivadas pela *cidade e sociedade* projetada pelas professoras, determinando a escolha da trilha interpretativa

como estratégia de análise das *paisagens* da cidade concreta que visa à construção de novas representações, novas *imagens, paisagens e cidades* mais complexas, onde a vida de todos os homens ocupe o centro de seus significados, tornando-se campo de visibilidades e significâncias.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de Natureza no Brasil** - Potencialidades Paisagísticas. São Paulo, Ateliê Cultural, 2003.
- ANDRADE, W. J. de. Implantação de manejo de trilha. In: MITRAUD, S. (Org.) **Manual de Ecoturismo de base comunitária**: Ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, p.217-261. 2003.
- ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. **História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto**, s/d. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/i14index.php>>.
- BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R (Orgs). **Na Estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFCL/USP.1999.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em: 20 Jul. 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades. Ribeirão Preto 2009**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Jul. 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Comitê de bacia Hidrográfica Grande. **Bacia Hidrográfica do Rio Pardo** (UGRHI 4 – Pardo). Disponível em:<<http://www.grande.cbh.gov.br/UGRHI4.aspx>>. Acesso em: 19 de Jul. 2011.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE Cidades: **Ribeirão Preto – SP**. 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em Mar.2010.
- BRASIL. Presidência da República - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acessado em: 20Jul. 2011.
- CARLOS, A. F. A. “A ilusão da transparência do espaço e a ‘fé cega’ no planejamento urbano: os desafios de uma Geografia urbana crítica, **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.10, n.10, p. 289-306, jul.-dez. 2009
- CARLOS, A. F. A. A Geografia brasileira, hoje: Algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, v.1. n.18.p-161-178, jan-jun-2002
- CAVALHEIRO, F. Urbanização e alterações ambientais. In: TAUKE, S. M. **Análise Ambiental**: uma visão multidisciplinar (Org.). São Paulo: UNESP: FAPESP, 1991. p. 88-99.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: IMAG – Summa Legis, 1990-1992. 3 v.

CIONE, R. **Revivescências na História de Ribeirão Preto**. 1. ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1994. 1v.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Projeto “Entre Rios” esclarece alunos da rede municipal sobre intervenções no ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ccs/snoticias/i33principal.php?id=17475>>. Acesso em Jul. 2011.

_____. **Terceira faixa na avenida Francisco Junqueira começa a funcionar na segunda-feira**. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ccs/snoticias/i33principal.php?id=18436>>.

CÔRREA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, J.E. (Org.) **Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade do Ribeirão Preto**, 1956.

DACANAL, C. **Acesso restrito**: reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais. 2004. 178 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2004.

DAMIANI, Urbanização crítica e produção do espaço, **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.10, n.10, p. 305-339, jul.-dez. 2009.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Após reintegração de posse em Ribeirão Preto, Defensoria Pública de SP ajuíza ação civil pública para garantir atendimento habitacional para cerca de mil pessoas**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3086>>. Acesso em 25 Jul. 2011.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2003.

FACCI, M. G. D. Para além do escolanovismo em Vigotski: compreendendo o trabalho do professor na obra psicologia pedagógica. In: FACCI, M.; TULESKI, G.; BARROCO, S. M. S. (Orgs.). **Escola de Vigotski**: contribuições para a psicologia e educação. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2009. p.35-62.

FARIA, R. S. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930)**: o moderno discurso de higiene, beleza e disciplina. 2003. 432 f. Dissertação de Mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

FERRARA, L. D' A. **Olhar periférico**: informações, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERRARA, L. D' A. **Ver a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. Adeus ano Velho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2, Jan. 2011. ribeirão, C 5, p. 5-5.

FOLHA DE SÃO PAULO. Imóveis da José Bonifácio são protegidos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30, Jun. 2008. ribeirão, C 7, p. 7.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ribeirão Planeja trocar terrenos públicos por casarões históricos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7, Mai. 2011. ribeirão, C 3, p. 3.

FREITAS, G. V. A bacia hidrográfica como unidade territorial para o planejamento e gestão ambiental: estudo da bacia hidrográfica do Ribeirão Preto no município de Ribeirão Preto – SP, **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.1,n.2, p. 65-84,2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Perfil Municipal 2010**. Disponível em:<<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>.

GOMES, P. C. C. Cenários da vida urbana: imagens, espaços e representações. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.5, n.7, p.9-14, jan.-jun. 2008.

GOMES, P. C. C.; GÓIS, M. P. F. A cidade em quadrinhos: elementos para a análise da espacialidade nas histórias em quadrinhos. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.5, n.7, p.17-32, jan.-jun. 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Paixão da Terra: Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1984. p. 63-79.

GONÇALVES, C. W. P. Reflexões sobre Geografia e Educação: Notas de um debate, **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.2, p.9-42, mar. 1987. Disponível em:<http://www.agb.org.br/arquivos/tl_numeros_antigos.html>. Acesso em: 15.dez. 2010.

GONZALEZ BERNALDEZ, F. **Ecologia y Paysage**. Madrid: Blume,1981.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 4ª ed, 1972.

GUILARD S.A; DUARTE, C. R. S. Ribeirão Preto: Os valores naturais e culturais de suas paisagens urbanas. In: COSTA, L. M. S. A (Org.) **Rios e paisagens urbanas**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. Proureb, 2006. p.95-119.

GUIMARÃES, S. T. de L. **Paisagens**: aprendizados mediante as experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. 167 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2007.

GUIMARÃES, S. T. L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: Aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. In:

OLAM – Ciência & Tecnologia. Rio Claro, v.5, n.1, p.202-217, maio. 2005. Disponível em:<<http://www.olam.com.br>> Acessado em: Jul. 2009.

GUZZO, P., CARNEIRO, R. M. A., OLIVEIRA JUNIOR, H. Cadastro municipal de espaços livres urbanos de Ribeirão Preto (SP): acesso público, índices e base para novos instrumentos e mecanismos de gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 19-30, 2006.

HARDT, L. P. A, HARDT, C. Análise perceptual da qualidade ambiental e de vida. In: **OLAM** – Ciência & Tecnologia. Rio Claro, v.10, n.1, p.206-227, jan.- jul. 2010. Disponível em:<<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/olam/index>>. Acessado em: 20 Jul. 2011.

HELLER, A. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 31-114.

IANNI, Octavio. **As relações de produção na agricultura**. São Paulo: *Seleção de textos* 2. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). jun,1977. p.15 -29.

KATUTA, A. M. A educação docente: (re)pensando suas práticas e linguagens. **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 1, n. 28, p. 221-238, jan.- jun. 2007. Disponível em: <http://www.agb.org.br/arquivos/tl_numeros_antigos.html>. Acessado em [5.mar.](#) 2011.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro** – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: Ed. VGA,1996.

LASTÓRIA, A.C. (Org.) **Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Ambiental de Ribeirão Preto – SP. Ribeirão Preto**: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://sites.ffclrp.usp.br/laife/>>. Acesso em: 15 Jul. 2010.

LEFEVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006. p.85-91.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencia del Hombre, 1978.

LIMONAD, Espaço-Tempo e Urbanização: Algumas considerações sobre a urbanização brasileira, **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.5, n.8, p. 243-259, jul.-dez. 2008.

MAIA, D. S. Lotes e ruas: Componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPÓSITO, E. S., SPÓSITO, M. E. B., SOBARZO,O. (Orgs.). **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 155-173.

MARTINS, L. M. A brincadeira de papéis sociais e a formação da personalidade. In: ARCE, A; DUARTE, N. (Orgs). **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: As contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006. p. 27-50.

_____. **A formação da personalidade do professor: um enfoque vigotiskiano.** Campinas: Autores Associados, 2009. p.87-106.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p.79-90.

MÉSZARÓS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MIRANDA, A. L. **O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto.** 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

MIRANDA, J. P. **Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje.** Ribeirão Preto: Livraria Eldorado, 1971.

MIRANDA, S. L. O desenho como mapa e a educação conservadora no ensino de geografia. **Terra Livre**, São Paulo, v.1, n.33, p. 139-154, jul.-dez. 2009. Disponível em:<http://www.agb.org.br/arquivos/tl_numeros_antigos.html>. Acesso em: 10. Jan. 2011.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica.** São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

OBRAS ANTIENTCHENTES RIBEIRÃO PRETO. **3ª etapa das obras antientchentes está prevista para conclusão no final do ano.** Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/?p=543#more-543>>. Acessado em: Jul. 2011.

_____. **Projeto Criança Ecológica.** Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/?p=458>> . Acesso em: 28.Jul.2011.

_____. **Projeto Entre Rios leva informação e conscientização à população.** Ribeirão Preto, 2011. Disponível em:<<http://www.obrasantienchenterp.com.br/?p=562>>. Acesso em: Jun. 2011.

_____. **Interditada desde julho, avenida Fábio Barreto é liberada.** Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/?p=543#more-543>>. Acesso em: Jul. 2011.

_____. **Segunda etapa de intervenções para evitar enchentes é vistoriada.** Disponível em: <http://www.obrasantienchenterp.com.br/?p=287>. Acesso em: 28.Jul.2011.

OSEKI, J. H. A fluvialidade do Rio Pinheiros: um projeto de estudo In: **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.** São Paulo, v.8. p.168-177, 2000.

PIRES, J. M. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In: BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R (Orgs). *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFCL/USP. 1999. p.166-201.

PRATES, P. C. **Ribeirão Preto de Outrora**. 3ª ed. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirantes, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Prefeitura entrega estudo ao Ministério Público com opção pelo canal aberto na Jerônimo Gonçalves**. Ribeirão Preto: 2007. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ccs/snoticias/i33principal.php?id=6352>>. Acesso em: Out. 2007.

_____. **Prefeitura inicia remodelação e revitalização do Parque Ecológico Maurílio Biagi**. Ribeirão Preto: 2008. Disponível: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ccs/snoticias/i33principal.php?id=9236>>. Acesso em: 28 Out.2008.

RIBEIRO. A. C. T. A atualização técnica do urbano. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v.5, n.8, p. 190-211, jul.-dez. 2008.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1990.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo e no Espaço** – Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROJAS, L. M. H. El paisaje como recurso didactico. **Revista Biocenosis**, [S/L], v.18. p. 43-49. 2004.

ROSSINI, E. R.; OLIVEIRA, M. R. Sociedade e Natureza. In: BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R (Orgs). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas/FFCL/USP. 1999. p. 24-54.

SÃO PAULO, Instituto de Pesquisa Tecnológica. **Relatório Técnico Nº 96.581-205 Diagnóstico da situação dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BHRG) – SP/MG**. Relatório Síntese. São Paulo, SP: Laboratório de Recursos Hídricos e Avaliação Geoambiental, 2000. 52 p.

SÃO PAULO, **LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/lrh2000/lrh2000.htm>>. Acesso em: 20 Jul. 2011

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema a subjetividade -intersubjetividade In: DUARTE, N. (Org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.21-46.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO. **Pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais elaboram projeto inovador para a revitalização da região central**. Ribeirão Preto: 2011. Disponível em

<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/coderp/i9997/principal.php?idc=7&id=205>>.

Acessado em: Jul.2011.

SERRA, D. C. de A. **A participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural de Ribeirão Preto**: o CONPPAC/RP. 2006. 257 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2006. p.115-124.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A, C. B. S. **Cem anos do desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/i14index.php?pagina=/scultura/arqpublico/artigo/i14indice.htm>> Acessado em: 21 jun. 2010.

SILVA, E. D. **A história contada através da rua**. 1998. 294 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Paulista Julio de Mesquita. Franca, 1998.

SILVA, M. A.M de. Para além das terras dos canaviais paulistas. In: SETUBAL, M. Al. (Coord). **Terra Paulista**: trajetórias contemporâneas. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.79-107.

SPÓSITO, E. S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 2001.

SPÓSITO, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SPÓSITO, E. S; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs). **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TELLES, G. R. A paisagem é tudo. In: Pessoas e Lugares. Lisboa, n.4. p.4-8. Disponível em:< http://www.leader.pt/pessoas_lugares.htm#jpl>. Acessado em Jul. 2009.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. Chapel Hill: University of North Carolina,1977.

TULESKI, S. C. Reflexões sobre a gênese as psicologia científica. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p.121-139.

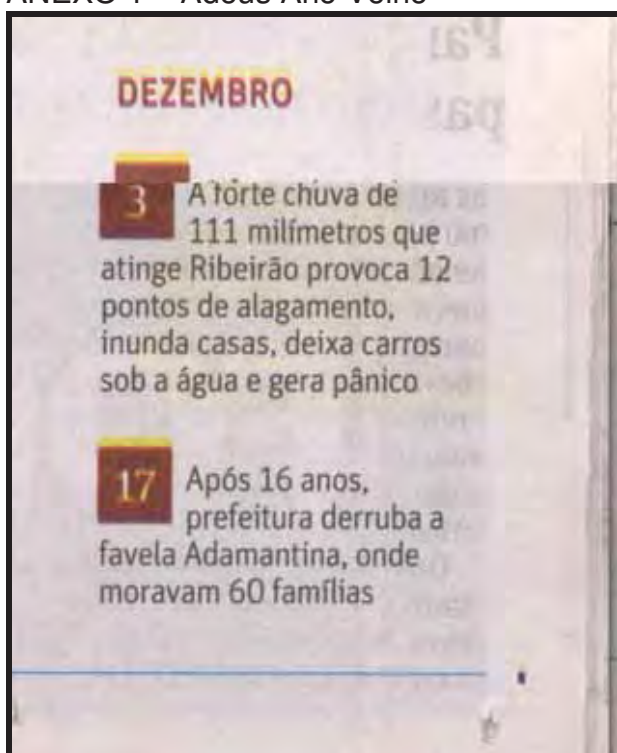
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR – ÚNICA. São Paulo: Disponível em: <www.portalunica.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2011.

VARGAS, H.C; RIBEIRO, H. **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: Edusp, 2001. p 13-19.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas III**. Madri: Centro de Publicações del M.E.C y Visor, Distribuciones,1995.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas I**. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, S.A, 1991. p.119-132

VILLAR, P. C. **Gestão das áreas de recarga do Aquífero Guarani**: o caso do município de Ribeirão Preto, São Paulo: 2008. 2008. 184 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANEXOS**ANEXO 1 – Adeus Ano Velho**

Fonte: Folha de São Paulo, 2 de Jan. 2011

ANEXO 2 – Imóveis da José Bonifácio são protegidos

FOLHA DE SÃO PAULO **ribeirão** C7

QUARTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 2008

Imóveis da José Bonifácio são protegidos

Conppac abre processo de tombamento da rua do centro de Ribeirão, o que impede alteração nos prédios por um ano

Promotor Goulart quer providências para evitar que os donos dos prédios se sintam ameaçados e comecem a demolir-los

VERIDIANA RIBEIRO
DA FOLHA DE SÃO PAULO

O Conppac (Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto) abriu processo para analisar o pedido de tombamento da rua José Bonifácio, no centro da cidade, feito pelo Ministério Público Estadual.

Segundo a lei que regulamenta o Conppac, a abertura do processo significa que o bem fica protegido provisoriamente, pelo período de um ano. Por causa disso, qualquer alteração nos imóveis da rua terá que ser submetida ao Conppac.

Segundo o promotor do Meio Ambiente, Marcelo Pedroni Goulart, autor do pedido, a par-

tir do momento em que o presidente do Conppac, Gilberto Pinhata, declarou a intenção, em 1º de julho, que poderia pedir o tombamento da rua, os imóveis históricos da via passaram a correr risco.

"Isso não pode apenas ser falado, é preciso que se tome providências, sob risco de os proprietários de imóveis nessa rua comecem a demolir seus imóveis", disse Goulart.

De acordo com Pinhata, o prefeito Welton Garparini (PSDB) já foi informado sobre o assunto e o pedido de tombamento vai ser discutido na próxima reunião do Conppac, que acontece na primeira terça-feira de agosto.

Além das lojas, a rua José Bonifácio, uma das mais antigas, é o endereço do Mercado Municipal, o "Mercadão", e da antiga UGT (União Geral dos Trabalhadores), prédio que foi tombado em 2004 pelo ex-prefeito perista Gilberto Muggeior.

USP reformará casais da 'Era do café' de Ribeirão

DA FOLHA DE SÃO PAULO

A prefeitura da USP em Ribeirão abriu concorrência pública para reformar oito casas históricas do campus da cidade por um valor de R\$ 228,7 mil. As casas surgiram hoje de moradia para servidores de instituição.

Os imóveis estão tombados desde 1994 pelo Condephaat, órgão estadual responsável pelo patrimônio histórico. Tais casas foram, no fim do século 19, colônias de imigrantes que trabalharam nas plantações de café do então fazendeiro Monte Alegre —que abriu o campus da USP.



Foto: Sérgio F. Silva / Imagoeconomica

Maria Elisa Nascimento passou em frente à casa que será reformada na USP, ela mora na casa vizinha

Fonte: Folha de São Paulo, 30. Jul.2008

ANEXO 3 – Ribeirão Planeja trocar terrenos públicos por casarões históricos

PATRIMÔNIO

Ribeirão planeja trocar terrenos públicos por casarões históricos

DA RIBEIRÃO PRETO - A Prefeitura de Ribeirão Preto planeja assumir, por meio de permutas, a propriedade de casarões históricos tombados. Em troca dos imóveis, os donos receberão áreas públicas em valores equivalentes.

As primeiras trocas devem envolver o casarão Camillo de Mattos, na Duque de Caxias com a Tibiriçá, e o palacete Murtocco, que fica na rua São José, ambos no centro.

Segundo a secretária da Cultura de Ribeirão, Adriana Silva, as permutas receberam aval do departamento jurídico. As trocas ainda terão de passar por aprovação da Câmara e também não há definição de quais áreas serão envolvidas na permuta.

Após assumir os imóveis, a prefeitura estuda abrir licitação para ceder os locais para instituições culturais, que fariam o restauro dos imóveis.

Segundo a secretária da Cultura, o projeto faz parte de um programa de preservação do patrimônio histórico de Ribeirão, envolvendo inicialmente os imóveis incluídos no chamado "Roteiro do Café".

Há outros casos de recuperação em estudo, mas nem todos por meio de permuta. Há locais onde os próprios donos têm interesse em restaurar os imóveis, de acordo com Adriana.

FUTEBOL

Oeste pega a Ponte pelo título do interior

O time enfrenta a equipe campineira em casa hoje, às 18h30. No primeiro jogo, a Ponte venceu por 2 a 1. Por isso, o Oeste precisa ganhar por dois gols para ser campeão — a vitória por um gol leva a disputa para os pênaltis.

Foto: Silva/Folha press



Vista do casarão Camillo de Mattos, no centro de Ribeirão; prefeitura deve assumir imóvel

Fonte: Folha de São Paulo, 7. Mai.2011

ANEXO 4 – Início da Revitalização?

4 CIDADES GAZETA DE RIBEIRÃO
RIBEIRÃO PRETO Sexta-feira, 5 de novembro de 2010

Início da revitalização?

Patrimônio e habitação
Secretaria de Cultura divulga hoje 1ª parte de inventários dos prédios históricos do Centro de Ribeirão

ÁREA CENTRAL
Vazio urbano é discutido

As discussões sobre vazios urbanos e a área Central começou durante o 1º Seminário de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, que tratou da recuperação das áreas urbanas degradadas. No evento, o secretário do Planejamento, Fernando Piccolo, afirmou que pretende incluir no Plano Diretor um tópico sobre vazios urbanos. O presidente do Comur, Fernando Freire, disse que é importante haver um levantamento dos imóveis inutilizados ou subutilizados e identificar qual a "vocação da área central" para que os prédios sejam adaptados conforme a necessidade. "Com o levantamento, é possível determinar qual prédio pode ser habitado, qual pode pedir tombamento, etc. Assim destina-se à habitação aqueles capacitados, tornando o Centro área residencial novamente." (MCF)

Vista da Catedral, no Centro de Ribeirão Preto: patrimônio histórico

MAÍRIA CAROLINA FREITAS
Gazeta de Ribeirão
mairia.freitas@gazetadebribrao.com.br

A Secretaria da Cultura divulga hoje, no 3º Fórum Permanente de Cultura de Ribeirão Preto, a primeira fase do inventário sobre o Centro de Ribeirão Preto. Ele será a base para a revitalização da área central, partindo dos prédios históricos. O diagnóstico propõe a criação de um centro histórico. Entretanto, ele não aborda a questão da reurbanização nem da ocupação dos prédios, de acordo com a Secretaria da Cultura.

"Nosso olhar é direcionado aos prédios e às questões culturais, como revitalizar isso. Não vamos abordar as questões de reurbanização, de habitação", afirmou a secretária da Cultura, Adriana Silva.

O repovoamento da região central de Ribeirão é uma das soluções para a diminuição do déficit habita-

cional e o desaceleramento da expansão territorial, segundo o presidente do Conselho Municipal de Urbanismo (Comur), Fernando Freire.

Segundo ele, 15% dos imóveis inseridos na área central estão desocupados. As discussões sobre vazios urbanos começaram na primeira audiência pública que discute a Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo. Durante evento que aconteceu na semana passada, a Secretaria de Planejamento afirmou que vai incluir um tópico sobre vazios urbanos no Plano Diretor.

O secretário do Planejamento, Fernando Piccolo, diz que não tem projeto para desenvolver estudo dos prédios da área central e que não tem técnicos para fazer o levantamento. "A reurbanização do Centro seria mais um estudo ligado ao Comur e a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp), que faz parte do Centro. Não tenho técnicos para fazer esse levantamento." A secretária não prevê um estudo dos prédios vazios, apenas a revitalização do Centro. "A revitalização engloba a obra do canal

da Jerônimo Gonçalves, o Mobilário Urbano, que já está em andamento."

Piccolo disse que a secretária vai discutir apenas sobre os vazios urbanos das áreas que não estão construídas. O Planejamento quer ocupar as áreas inutilizadas e evitar o desperdício dos espaços vazios. Para isso, a Secretaria pretende incentivar os proprietários a ocupá-los. A Secretaria discute implantar o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) progressivo, com aumento anual das tarifas sobre os terrenos vazios.

Fonte: Gazeta de Ribeirão Preto, 5. Nov. 2010.

ANEXO 5 – A maior obra história.

O que tem sido feito

A maior obra da história de Ribeirão.

*O problema histórico de enchentes na cidade está sendo resolvido.
A Prefeitura está realizando as obras antienchentes a todo vapor.*

A obra terá um total de 5 fases, sendo que a 1ª e a 2ª já foram entregues à população.



1,5 metros a mais na profundidade do rio.

Demolição e reconstrução de 5 pontes.

Plantio de 61 palmeiras e um projeto de compensação ambiental com o plantio de 2.282 mudas pela cidade.

Mais de 100 milhões de reais em investimentos programados para as 5 fases.

Vazão de água aumentada em 500%.

6 metros a mais na largura do rio.

Milhares de pessoas beneficiadas.

17,7 mil m² de recapeamento asfáltico.

Propaganda veiculada na cidade, principalmente nos pontos de espera dos ônibus urbanos. Extraída do folder: **Entre Rios**, distribuído pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto na exposição das obras antienchentes, ocorrida no Estúdio Kaiser de Cinema como atividade inserida na programação da 11ª Feira do Livro, realizada entre os dias 28/05 a 5/6/2011.